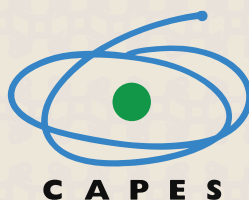


Caminhos das Letras: uma experiência de **integração**

Lúcia Sá Rebello
Valdir do Nascimento Flores
(Organizadores)



© dos autores
1º edição: 2015

Projeto gráfico: Jadeditora Edição Gráfica
Edição e Capa: Rafael Marczal de Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C183 Caminhos das letras : uma experiência de integração / Lúcia Sá Rebello, Valdir do Nascimento Flores (organizadores). – Porto Alegre : Ed.Instituto de Letras/UFRGS, 2015

214 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-64522-21-3

1. Linguística. 2. Criação textual. 3. Psicolinguística. 4. Bilinguismo. 5. Linguagem.
6. Literatura. I. Rebello, Lúcia Sá. II. Flores, Valdir do Nascimento.

CDU 80
CDD 410

Índice para catálogo sistemático:

1. Linguística 80

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Sumário

SEÇÃO 1: ARTIGOS

CAMINHOS DAS LETRAS: RELATOS DE UM PERCURSO..... 7

Lúcia Sá Rebello*

Valdir do Nascimento Flores**

A ESCRITURA DE GRADED READERS – ADAPTAÇÃO, PRINCÍPIOS TRADUTÓRIOS E PROCESSO CRIATIVO..... 10

Elizamari Becker*

PROLEGÔMENO PARA UMA TAXONOMIA DE DICIONÁRIOS DO FRANCÊS..... 21

Félix Valentin Bugeño Miranda*

A QUESTÃO DA TERRA E O TEXTO CONSTITUCIONAL: AS DIFERENTES VOZES QUE O ATRAVESSAM 34

Freda Indursky*

PSICOLINGUÍSTICA DO BILINGUISMO 47

Ingrid Finger*

O TEMPO CONDICIONAL: QUESTÕES DE IDENTIDADE EM LÍDIA JORGE E HELDER MACEDO 61

Jane Tutikian*

Meu caro Guilhermino... – ANÁLISE DE DUAS CARTAS de Murilo Mendes para Guilhermino Cesar 78

Lúcia Sá Rebello*

Luciano Rodolfo**

JAKOBSON, A FONOLOGIA E A HERANÇA SAUSSUREANA 101

Luiza Milano*

A RESPEITO DA (IN)DIFERENCIABILIDADE DO TEXTO LITERÁRIO 111

Michael Korfmann*

ENSINAR SAUSSURE? SIM, MAS COMO? 124

Valdir do Nascimento Flores*

SEÇÃO 2: RESUMOS

A EXPERIÊNCIA NA E PELA LÍNGUA(GEM) EM TESTEMUNHOS DE POVOS AMERÍNDIOS: A INSTAURAÇÃO DE LUGARES ENUNCIATIVOS 142

Adélia Maria Evangelista Azevedo*	
A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DE TEKOHÁ PELOS KAIOWÁ DO MATO GROSSO DO SUL.....	149
Adilson Crepalde*	
AFRICANIDADE E CONTEMPORANEIDADE DO PORTUGUÊS DE COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	156
Antonio Carlos Santana de Souza*	
TOPODINÂMICA DA VARIAÇÃO DO PORTUGUÊS GAÚCHO EM ÁREAS DE CONTATO INTERVARIETAL NO MATO GROSSO.....	162
Carla Regina de Souza Figueiredo*	
LÍRICA E IDENTIDADE: O TELURISMO POÉTICO NA ACADEMIA SUL-MATO-GROSSENSE DE LETRAS.....	170
Emilio Davi Sampaio*	
O USO DO DISCURSO DE OUTREM COMO MARCA DE PARCIALIDADE NO TEXTO JORNALÍSTICO INFORMATIVO: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA.....	176
Geraldo José da Silva*	
TRADUZINDO O INTRADUZÍVEL: ESTUDO DE DUAS TRADUÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA DE BELOVED, DE TONI MORRISON.....	183
Lucilia Teodora Villela de Leitgeb Lourenço*	
ESPELHOS NARRATIVOS: A QUESTÃO DO SUJEITO EM JOÃO SILVÉRIO TREVISAN E PEDRO ALMODÓVAR.....	189
Paulo Henrique Pressotto*	
PERSPECTIVAS DO FOLHETO DE CORDEL NA SUA TRANSPOSIÇÃO DOS SERTÕES PARA OS CENTROS URBANOS.....	196
Raymundo José da Silva*	
DISCURSOS, MEMÓRIA E FABRICAÇÃO/CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE: OS BRASIGUAIOS NOS DOIS LADOS DA LINHA.....	202
Rosemere de Almeida Agüero*	
ANÁLISE DE UM CORPUS DE PRODUÇÃO ESCRITA EM PORTUGUÊS POR INDÍGENAS BILÍNGUES/MONOLÍNGUES DE DOURADOS/MS A PARTIR DA LINGUÍSTICA DE CORPUS.....	208
Sandra Espíndola*	

Seção 1

ARTIGOS

CAMINHOS DAS LETRAS: RELATOS DE UM PERCURSO

Lúcia Sá Rebello*

Valdir do Nascimento Flores**

Este *Caminhos das letras: uma experiência de integração* torna pública a última ação executada no âmbito do DINTER- Programa de Doutorado Interinstitucional desenvolvido em cooperação entre o Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), na cidade de Dourados, no período compreendido entre os anos 2010-2014.

O presente projeto de DINTER se justificou em várias frentes:

- no aprimoramento do perfil acadêmico do corpo docente do Curso de Letras da UEMS, com a finalidade de aperfeiçoar o quadro para que futuramente se possam formar propostas de mestrado na área;
- na qualificação dos professores da Instituição no sentido de fortalecer as bases constituintes dos Grupos de Pesquisa já cadastrados no CNPq, bem como possibilitar a articulação e constituição de outros grupos, a fim de tornar a UEMS uma referência na área para a região centro-oeste;
- no fortalecimento da pesquisa na área de Letras, tanto no que se refere aos Estudos Linguísticos quanto aos Estudos Literários;
- no aprimoramento do conhecimento dos professores da área na UEMS, o que implica a sua independência acadêmica para o ofereci-

* Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da UFRGS. Professora de Literatura Comparada do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

** Professor Titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da UFRGS. Professor de Linguística do PPG-Letras da UFRGS. Bolsista do CNPq.

mento futuro, pela universidade, de outros cursos de pós-graduação na área;

- no atendimento a uma demanda latente da Instituição no que se refere à titulação dos professores da área de Letras;
- no subsídio ao atendimento a uma demanda regional, ofertando cursos de pós-graduação visando à qualificação dos egressos dos Cursos de Letras, não somente na condição de especialização, mas também com o mestrado;

A qualificação do corpo docente do Curso de Letras da UEMS em nível de Doutorado, visou, também, a um ensino mais eficiente e significativo, através das seguintes metas:

- aprofundamento do conhecimento teórico nas especialidades de Análise do Discurso, Linguística Aplicada, Estudos da Linguagem na visão da gramática, Estudos Comparados e Literaturas Brasileira, Portuguesa e Luso-Africanas;
- a qualificação do corpo docente através da atualização bibliográfica, da discussão de textos e da reflexão específica das linhas de pesquisa desenvolvidas;
- a utilização de conhecimentos teóricos adquiridos;
- o desenvolvimento de uma consciência crítica quanto às reflexões envolvidas em cada uma das áreas desenvolvidas no DINTER.

Fizeram parte do corpo docente do DINTER UFRGS-UEMS, os seguintes professores Cléo Vilson Altenhofen, Ingrid Finger, Valdir do Nascimento Flores, Jane Fraga Tutikian, Lúcia Sá Rebello (Coordenadora Acadêmica do DINTER), Rita Terezinha Schmidt e Michael Korfmann.

Concluídas as atividades de execução do DINTER-UFRGS-UEMS, é tempo de tornar públicas algumas ideias que sustentaram teoricamente esse projeto. Dar visibilidade a tais ideias é, portanto, o objetivo maior deste *Caminhos das letras: uma experiência de integração*. Para alcançá-lo, apresentamos, a seguir, uma coletânea de textos que sintetizam as grandes linhas das reflexões feitas no âmago do projeto.

Os textos aqui reunidos estão distribuídos em duas grandes partes: a

primeira, em que são apresentados os artigos de professores que, de uma forma ou outra, integraram a execução do DINTER; a segunda, em que são apresentados resumos ampliados das teses defendidas no âmbito do Programa.

Sobre os artigos cabem dois esclarecimentos. De um lado, o leitor verá, há textos de professores da UFRGS que, embora não sejam integrantes da equipe que executou o Programa DINTER, ministraram disciplinas aos alunos ao menos quando da presença destes na UFRGS. De outro lado, há textos de professores que efetivamente estiveram na “linha de frente” do projeto, atuando em atividades de docência na unidade de recepção (UEMS). Em ambos os casos, encontram-se os aportes teóricos que subsidiaram a formação pretendida.

A disposição dos artigos no livro ilustra a forma como ocorreram as atividades. Em outras palavras, optamos por não separá-los nas duas grandes áreas de nosso PPG – Linguística e Literatura – e isso por um motivo muito simples: a execução do DINTER transcorreu de maneira tão integrada entre as duas áreas que dar visibilidade a isso é uma maneira consistente de colocar em discussão disputas disciplinares nem sempre salutares, quando o que está em destaque é a construção de um conhecimento eticamente responsável e teoricamente consistente.

Os resumos das teses comprova que os objetivos deste projeto foram consistentemente alcançados. Uma vista de olhos sobre eles é suficiente para concluir que tanto UFRGS como UEMS estiveram unidas por um bem maior e socialmente relevante.

Cabe, finalmente, fazer um agradecimento especial a todos os que estiveram envolvidos com este trabalho: professores, alunos e, muito especialmente, à CAPES. Sem o empenho de todos nada teria sido possível.

A ESCRITURA DE GRADED READERS – ADAPTAÇÃO, PRINCÍPIOS TRADUTÓRIOS E PROCESSO CRIATIVO

Elizamari Becker*

Os textos literários adaptados ou facilitados constituem um recurso didático muito utilizado para promover a aprendizagem de língua estrangeira, a chamada “leitura extensiva” (Bell, 1998), que pretende desenvolver a proficiência de leitura do aprendiz e aproximá-lo da cultura da língua que está aprendendo, aumentar sua capacidade de construção de novo conhecimento, ampliar seu vocabulário na língua estrangeira, fixar o uso de estruturas sintáticas, dentre outros objetivos ligados ao prazer que a leitura de um texto literário pode proporcionar. Inúmeras estratégias de simplificação são concomitantemente empregadas em adaptações desse tipo – simplificação lexical e sintática, paráfrase ou explicitação, reescritura, entre outras.

Muitos clássicos da literatura universal, originalmente escritos em inglês, figuram, em formatos simplificados de níveis variados, nas cartelas de grandes editoras, tendo como público-alvo estudantes de inglês como língua estrangeira e movimentando um mercado de significativa prosperidade. Essas adaptações, muitas das quais revestidas de elementos intersemióticos (Jakobson, 1959), parecem ser confeccionadas segundo parâmetros (editoriais) bem definidos e seus adaptadores empregam estratégias de reescritura que não são incomuns a tradutores que balizam suas práticas pelos ditames da recepção.

Diferentemente dos Estudos de Tradução, que visitam frequente e principalmente as esferas do bilinguismo, os Estudos de Adaptação encontram-se mais vinculados ao monolinguismo. Conforme explica John Milton, “ao contrário dos Estudos de Tradução, que normalmente se ocupam da tradução interlinguística, as investigações subscritas nos Estudos de Adaptação normalmente dedicam-se a versões intersemióticas e intralinguísticas e, muito raramente, tratam de questões interlinguísticas” (Milton, 2009, p. 4, trad. nossa).

Esse é o caso dos *Graded Readers* dos catálogos de grandes editoras como a Oxford, a Cambridge, a Penguin Readers: não há necessariamente a transposição de uma língua para outra; a língua continua sendo, na grande maioria dos casos, o inglês. Mas os graus de proficiência na língua é que são seriados e modalizados, permitindo que usuários de inglês como língua estrangeira, com comandos variados do mesmo, tenham acesso à literatura de grandes clássicos da literatura em língua inglesa em adaptações especialmente pensadas e confeccionadas para eles. Essas adaptações estão, portanto, alinhadas com dois conceitos de tradução (Jakobson, 1959 [2004], p. 139) bem conhecidos no campo dos Estudos de Tradução: o de tradução intralingual, em que temos uma interpretação de signos verbais por meio de outros signos verbais da mesma língua, e que recorre a estratégias como a paráfrase, a explicitação, a simplificação, a sumarização, a reescritura, a atualização etc.); o de tradução intersemiótica (ou transmutação), em que ocorre uma interpretação de signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais.

1 FUNÇÕES (OU PROMESSAS) DA FICÇÃO DE LEITURA SIMPLIFICADA

Esses livros de leitura simplificada possuem funções pedagógicas bem definidas: servir como um livro-texto de transição para aprendizes de língua estrangeira; criar autonomia nesses aprendizes para construir conhecimento sem o acompanhamento do professor; permitir a autoavaliação através do cumprimento de uma tarefa de leitura desafiadora, a do texto

* Doutora em Letras, com ênfase em Estudos de Literatura e Literatura Comparada (UFRGS, 2006). Professora Adjunta em atividade no Programa de Pós-Graduação em Letras e no Departamento de Línguas Modernas da UFRGS. Tradutora Pública e Comercial (Junta Comercial do Rio Grande do Sul). E-mail: elizamari.rodrigues@ufrgs.br.

literário; estimular diferentes estratégias de leitura para aquisição de vocabulário. Além disso, essas adaptações pretendem ser um passatempo agradável e divertido, conforme explica Collins em seu pequeno manual sobre como escrever *graded readers*:

For would-be writers, writing Graded Readers has many advantages. They are not huge literary works which take forever to produce. Writing a Graded Reader is a skill that can be learnt, has clear guidelines to follow and gets easier with practice. Graded Readers are fun to read and are also fun to write (Collins, 2014).

Mas mesmo os adeptos dos textos de leitura simplificada têm suas restrições ao uso exclusivo desses textos no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira. As recomendações mais comuns incluem alternar as leituras simplificadas com a leitura de material autêntico, para que o leitor aprenda a controlar o grau de ansiedade frente a textos menos simplificados ou adaptados. Os educadores que advogam por essa combinação de textos adaptados com textos autênticos entendem que o senso de conquista é muito maior quando o aluno progride do simplificado para o autêntico, aprendendo a vencer a insegurança em situações de confronto com elementos lexicais e sintáticos desconhecidos e fazendo do estranhamento uma ferramenta de aquisição de uma maior proficiência.

2 CARACTERÍSTICAS DOS GRADED READERS

Os livros de leitura simplificada ou *graded readers* são voltados para um público leitor específico – os aprendizes de língua estrangeira, sobretudo os de inglês – e possuem uma formatação bem definida, muitas vezes explicitada nos catálogos das editoras ou ainda em manuais destinados a tradutores-adaptadores que queiram colaborar com esse mercado. Eles são seriados por níveis, seguindo a mesma seriação dos livros didáticos que o mercado oferece e, muitas vezes, segundo os padrões de proficiência do *Common European Framework of Reference for Languages: Learning, Teaching, Assessment*.

Há editoras que mantêm um estrito controle de número de palavras e até mesmo de estruturas gramaticais, como é o caso da Penguin Readers Series, pertencente a Pearson Education Limited, que possui 7 níveis bem definidos de competência leitora, cada um deles contendo um rigorosa restrição de número de palavras, conforme registro de quarta capa das adaptações daquela editora:

- 6 Advanced (3000 words)
- 5 Upper Intermediate (2300 words)
- 4 Intermediate (1700 words)
- 3 Pre-Intermediate (1200 words)
- 2 Elementary (600 words)
- 1 Beginner (300 words)
- Easystarts (200 words)

Seus editores, Hopkins e Potter, informam os professores, no *site* <http://penguinreaders.com/teachers-main.html>, que seus *readers* têm por missão (1) proporcionar aos estudantes uma leitura que estimule o senso de realização e de conquista destes últimos e (2) fazer com que essa experiência de leitura contribua ainda para aumentar a confiança e a autonomia desse público.

A Oxford Readers, além da seriação por níveis, tem ainda uma seriação por faixa etária, segundo o entendimento de que públicos distintos possuem interesses também distintos. Assim, os títulos adaptados são escolhidos de acordo com quatro faixas: infantil, infanto-juvenil, adolescentes e jovem-adultos. Quanto às histórias, são classificadas em diferentes gêneros: *classics, crime and mystery, fantasy and horror, human interest, non-fiction, playscripts, thriller and adventure, true stories, world stories*. As séries da Oxford também possuem propostas pedagógicas bem definidas, como: complementar cursos de língua da própria Oxford em seus diversos níveis, estimular a autonomia de leitores, difundir os clássicos da literatura universal; uma das séries de *graded readers* da Oxford, intitulada *Oxford Bookworms Club Reading Circles*, foi criada para atender a pequenos círculos ou clubes de leitores que, por iniciativa própria ou sob orientação de

um professor, queiram compartilhar suas experiências de leitura.

A Cambridge possui uma cartela seriada em seis níveis e indicada para seus também seriados exames de proficiência (KET, PET, FCE, CAE) para ESOL (*English for Speakers of Other Languages*). Seus *readers* estão também seriados de acordo com o CEF (*Common European Framework*).

A Black Cat CIDEB talvez tenha o catálogo mais amplo de todas, não só pelo número de publicações, mas também pela variedade de línguas – além do inglês, a Editora possui *graded readers* também em alemão, espanhol, francês e italiano. Seus “tentáculos mercadológicos” alcançaram culturas tão especiais como a chinesa, para a qual oferta um catálogo inteiro de *readers* bilíngues (em inglês e mandarim). As especificidades de tais *readers* não param no bilinguismo: em consonância com as práticas pedagógicas chinesas, altamente controladoras, as histórias são entrecortadas e até antecipadas por muitos exercícios, o que, para padrões ocidentais, pode parecer uma interferência indesejada no fluxo da leitura e minimizar seu prazer.

Outra característica dessa literatura é seu caráter intersemiótico, sobretudo no que diz respeito a recursos pictóricos. Os *graded readers* costumam apresentar um conjunto de ilustrações e imagens em composição com os textos. Essas ilustrações podem ficar restritas às capas ou à introdução dos capítulos, ou podem aparecer a par e passo com páginas alternadas de textos. Algumas séries, principalmente quando voltadas a público infantil, são abundantemente coloridas. As séries vão perdendo sua farta quantidade de ilustrações e suas cores à medida que, em sua serialização, tendem para um público mais adulto ou para níveis mais avançados. A economia de texto necessária a leitores iniciantes é compensada no apelo imagético.

Há também um consolidado revestimento de elementos paratextuais nessas adaptações. O paratexto é aqui entendido como *um limiar... que oferece a cada um a possibilidade de entrar, ou de retroceder... “zona indecisa” entre o dentro e o fora* (Genette, 1987, p. 9). Esses elementos paratextuais incluem introduções ou prefácios contendo informações sobre

o autor e a obra originais, sobre a história ou a cultura dos povos ou dos lugares ficcionalmente representados. Podem conter ainda textos explicativos, como notas de rodapé, pequenos glossários (bilíngues, monolíngues ou até pictóricos), e exercícios de interpretação de texto ou de vocabulário e gramática. Informações de orelha e de quarta capa sobre a série, o público-alvo e a história (normalmente um breve resumo) também ajudam a compor o rico aparato paratextual que, juntamente com as ilustrações, serve de invólucro para os *graded readers*.

Nos Estudos de Tradução discute-se bastante sobre o status e o reconhecimento do tradutor e como só mais recentemente as traduções passaram a ter os nomes dos tradutores nas capas dos livros. Os Estudos de Adaptação não parecem apresentar grandes queixas a esse respeito. É comum que adaptadores (e até ilustradores) tenham seus nomes estampados com visibilidade nas capas, precedidos de textos como “Retold by...” ou “Translated and adapted by...” ou “Text adaptation by”, rivalizando com os nomes dos próprios autores dos textos originais nos quais os *graded readers* se basearam.

Atualmente, a maioria dessas adaptações é acompanhada de outros componentes (incluídos ou vendidos separadamente), como material de áudio (CDs) e vídeo (DVDs) e livros de exercícios ou testes com chave de correção. Como estão predominantemente a serviço de leitores menos proficientes na língua, é comum que a oferta de títulos disponíveis para os níveis iniciais ou básicos seja muito superior ao número de títulos para níveis mais avançados, quando os aprendizes, teoricamente menos dependentes de adaptações, já deveriam estar mais interessados em leituras autênticas ou já deveriam ter iniciado a transição para a leitura de textos literários originais.

3 ESTRATÉGIAS DE SIMPLIFICAÇÃO

A seleção de textos originais para a confecção de um *graded reader* é feita com base em critérios bem definidos, todos eles voltados para as ne-

cessárias estratégias de simplificação exigidas por esse tipo de adaptação. Para que uma história de ficção seja adequada para simplificação e adaptação, é desejável que a mesma possua uma ação ou história bem definidas, o que significa dizer que a estrutura narrativa precisa ser composta de uma ação, que se desenvolve em um tempo definido, realizada por um ou mais personagens. Os romances de atmosfera, por exemplo, não se prestam tão bem para esse tipo de adaptação.

Dentre as estratégias de simplificação, temos que elementos secundários devem ser omitidos (personagens, descrições, eventos de pouca relevância para o desenvolvimento da ação); que a sequência narrativa deve ser linear; que articuladores do discurso e nexos oracionais de baixa complexidade (e variedade) devem substituir estruturas mais complexas; que os verbos dicendi (ou declarativos) devem variar pouco. Essas estratégias é que vão garantir o restrito uso de palavras e o controle da extensão dos textos adaptados.

Quando pensamos em tradução, alguns pressupostos são automaticamente acionados: comprometida com o original, deve ser fiel ao mesmo na forma, no tom e no conteúdo, não pode “tomar liberdades” com o original; está a serviço do leitor da língua-alvo, e é escrita no registro correspondente nessa língua; é comumente chamada de “literal”. Quando pensamos em tradução literária, entretanto, sempre há uma “certa medida de adaptação” e um contrato pré-estabelecido entre as partes – autor / tradutor / leitor do texto traduzido – de que medidas de explicitação serão adotadas e de que uma fluência na língua-alvo será buscada. Assim, talvez possamos entender que a tradução literária é a que mais lugar encontra para as práticas de adaptação. Dentro dos Estudos de Tradução, os campos de investigação que reconhecem a adaptação como um exercício válido de restituição textual em outra língua são:

1. a tradução intersemiótica (Jakobson; Eco);
2. a desconstrução (Derrida);
3. a localização - processo de tradução que ajusta o produto ou serviço (normalmente um aplicativo de computador ou conteúdo de *web-*

sites, ou produtos acompanhados por muitos manuais em diversas línguas) ao seu receptor ou consumidor de uma língua, cultura e expectativa bem específicas. A localização de um produto exige cuidado com aspectos tão amplos como fusos horários, moedas, feriados nacionais, cores locais, realidades geográficas, percepções de gênero e de hierarquia, dentre outros. Um produto ou serviço adequadamente localizado é aquele que parece ter sido criado e desenvolvido na cultura que recebe a tradução.

Os termos mais comuns nos Estudos de Tradução relacionados a adaptação são: simplificação; reescritura; *retextualização*; reinvenção.

4 UMA HISTÓRIA AMPLAMENTE ADAPTADA

Uma das histórias mais recontadas no formato *graded reader* é *Treasure Island*, de Robert Louis Stevenson. Praticamente todas as grandes editoras adaptaram o romance de aventura de Stevenson, efetuando uma gama de simplificações, a começar pela estrutura narratológica – Oxford Bookworm Library, Heinemann, Penguin, Black Cat, McGraw-Hill, Cytamy w Oryginali (polonesa). Na história original, há dois narradores: inicialmente, temos a narração do Dr. Livesey e, mais tarde, Jim Hawkins passa a narrar a história. Na adaptação da Penguin Readers essa troca de narradores não ocorre, já nos textos da Black Cat e da Heinemann, apesar da simplificação drástica do número de capítulos, a dupla narração se mantém. Os trinta e quatro capítulos do original tornam-se três na versão adaptada da Penguin, sete na da Cytamy w Oryginali (polonesa), nove na da Black Cat, catorze na da Heinemann e também catorze na versão em quadrinhos da McGraw-Hill.

Toda a moral e a reflexão do original são atenuadas dramaticamente em todos os *readers*, recaindo, sobre a ação, a atenção dos adaptadores. Elementos linguístico-culturais importantes são omitidos na maioria das adaptações, como o falar característico dos piratas, as canções, os trechos mais históricos sobre a época ou sobre crítica social que fazem. Na adaptação da Black Cat, voltada para o público chinês infanto-juvenil, foram omi-

tidas todas as referências ao rum ou a bebidas alcoólicas ou alcoolismo, referências essas que são bastante enfatizadas no original e que participam na caracterização de várias personagens. A razão dessas omissões deve passar, com certeza, pelo controle ético e pedagógico do governo chinês. Verifica-se também uma significativa simplificação da adjetivação em todas as versões.

Todas essas adaptações ganham farta ilustração, sendo que as da Penguin e da polonesa Czytamy w Oryginali, por serem endereçadas a público jovem-adulto, trazem ilustrações mais sóbrias, somente em carvão e sem cores. Todas elas possuem textos introdutórios, situando brevemente a obra e o autor no cânone literário, além de exercícios – as versões da Black Cat e da McGraw-Hill, para aprendizes chineses bem jovens, são repletas deles; já a da Czytamy w Oryginali possui um caderno de atividades que é vendido separadamente e a da Penguin e a da Heinemann possuem apenas algumas poucas perguntas ao final do livro.

CONCLUSÃO

Nos Estudos de Tradução e nos de Adaptação, alguns desconfortos, como a necessidade de adaptar para alcançar a compreensão do leitor e sua adesão ao processo de leitura, já estão superados. Na evolução do processo sobre o entendimento do que sejam leitura e interpretação, em que o foco se deslocou do texto original para o texto traduzido, e em que a tradução se colocou a serviço do leitor, e não mais do autor, a adaptação nunca contou com tanto espaço, aceitação e até simpatia como agora. O que ainda parece não estar superada é a busca pela medida da escala que define em que momento uma tradução passa a ser uma adaptação e vice-versa. As perguntas que ainda latejam na cabeça da crítica são: Que distância é essa que separa tradução de adaptação? Públicos diferentes daqueles previstos para o original explicariam (e justificariam) as adaptações? Seria a função específica de cada retextualização o critério que definiria o que pretende ser uma tradução e o que pretende ser uma adaptação? E os leitores de

textos adaptados, o que dizem ter lido? *Treasure Island*, de Stevenson? Uma adaptação de *Treasure Island*? Ou simplesmente *Treasure Island*?

Mais do que qualquer outro tipo de tradução, a tradução literária sempre esteve muito sensível às impossibilidades da tradução literal, mais consciente acerca das tensões criadas pelas aproximações entre as línguas, as culturas e as literaturas (e os cânones) e as diferentes convenções e percepções entre as línguas e os sistemas literários a que as mesmas pertencem (Biguenet and Schulte, 1989). Dentre os muitos gêneros literários de tradução, o da tradução de poemas, que tenta reconciliar o praticamente irreconciliável (forma e conteúdo), é talvez o que precise empreender maior reflexão sobre estratégias de adaptação e que permita maiores liberdades (Lefevere, 1992). E é quando o tradutor se depara com os dilemas sobre o que manter e priorizar no novo texto (em detrimento daquilo que decide descartar) é que suas práticas de adaptação tornam-se menos latentes e mais explícitas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELL, Timothy. Extensive Reading: Why? and How?, *The Internet TESL Journal*, Vol. IV, No. 12, December 1998. Disponível em: <<http://iteslj.org/Articles/Bell-Reading.html>>. Acesso em: 6 jun. 2015.
- BIGUENET, J., & SCHULTE, R. (Eds.) *The craft of translation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.
- COBB, T. Computing the vocabulary demands of L2 reading, *Language Learning & Technology*, n. 11 (3), p. 38–63, 2007. Disponível em: <<http://llt.msu.edu/vol11num3/cobb/default.html>>. Acesso em: 6 jun. 2015.
- COLLINS, Anne. How to Write a Graded Reader and Graded Reader Activities. © Macmillan Publishers Limited 2014. Published by Macmillan Heinemann ELT. Disponível em: <<http://www.macmillanreaders.com/wp-content/uploads/2010/07/How-to-Write-a-Graded2.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2015.
- DAWSON, Nick. Penguin Readers. Teacher's Guide to using graded readers.

Disponível em: <http://engres.ied.edu.hk/lang_arts/exemplars/story/PenguinGradedReaders.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2015.

GENETTE, Gérard. Paratextos editoriais. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, (1987) 2009.

JAKOBSON, Roman. On linguistic aspects of translation. In: VENUTI, Lawrence (Ed). *The translation studies reader*. 2nd ed. London, New York: Routledge, 2004.

LEFEVERE, A. *Translating literature: practice and theory in a comparative literature context*. New York: The Modern Language Association of America, 1992.

MILTON, John. Translation Studies and Adaptation Studies. In: PYM, Anthony; PEREKRESTENKO, Alexander (Eds.) *Translation Research Projects 2*. Tarragona: Intercultural Studies Group, 2009. pp. 51-58. Disponível em: <http://isg.urv.es/publicity/isg/publications/trp_2_2009/index.htm>. Acesso em: 5 jun. 2015.

STEVENSON, Robert Louis. *Treasure Island*. London, Paris and New York: Cassel and Company, Limited, 1883.

_____. *Treasure Island*. Adapted by Stephen Colbourn. London: Heinemann ELT, 2001.

_____. *Treasure Island*. New Oriental. Password Readers. Hong Kong: McGraw-Hill, 2006.

_____. *Treasure Island*. Retold by Ann Ward. London: Penguin Readers & Pearson Education Ltd, 1995.

_____. *Treasure Island*. Retold by Anna Paluchowska. Kraków: Czytamy w Oryginali, 2004.

_____. *Treasure Island*. Retold by John Escott. Oxford Bookworms Library. London: Oxford University Press, 2008.

_____. *Treasure Island*. Text adaptation, notes and exercises: Peter Foreman. Black Cat Publishing: Hong Kong, 2003.

PROLEGÔMENOS PARA UMA TAXONOMIA DE DICIONÁRIOS DO FRANCÊS

Félix Valentin Bugueño Miranda*

INTRODUÇÃO

De forma análoga à lexicografia hispânica, e parafraseando Müller (1980), é possível afirmar que a língua francesa também possui relações específicas com o dicionário. Quemada (1990, p. 870), por exemplo, contabiliza um total de 15.000 dicionários do século XVII até a data de publicação do seu trabalho. Além disso, deve-se mencionar o dado estatístico arrolado em Pruvost (2002, p. 5), que contabiliza outros 916 dicionários entre 1994 e 1996. Evidentemente, em vários casos, trata-se de sobreposições em ambos os cálculos, já que muitos títulos correspondem a reedições, mas, como o próprio Pruvost (2002, p. 15) destaca, a lexicografia francesa se caracteriza por “uma forte vitalidade e uma engenhosa continuidade” [une forte vitalité et une ingénieuse continuité].

Mais precisamente, a lexicografia francesa tem uma relação intrínseca com a orientação no uso da língua¹. De fato, Molinari (2007, p. 185) comenta que “na França, a compilação de obras lexicográficas está estreitamente unida à elaboração da norma linguística” [en France le développement des instruments lexicographiques s’accompagne de l’élaboration de

* Professor de Lexicografia, Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGLET-UFRGS).O presente trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no Institut für Romanistik da Universidade de Paderborn / Alemanha com o auxílio de uma bolsa do Convênio CAPES/ DAAD (BEX 13951/13-0). Agradeço à Profa. Dra. Jutta Langenbacher-Liebgott o convite e o seu acolhimento acadêmico e pessoal. Agradeço também à colega Lúcia Sá Rebello pela possibilidade de publicar este trabalho.

¹ Emprega-se a expressão *orientação no uso da língua* pelo caráter negativo conferido, no Brasil, a denominações como *norma culta* ou *norma padrão*. Para um panorama dessa problemática no Brasil, cf. Zanatta (2009).

la norme linguistique].

Nesse panorama, um fato determinante que explica, em grande medida, a afirmação feita no parágrafo anterior é a doutrina do *bon usage* [o bom uso [sc. da língua]], que se perpetuou desde o século XVII, e que advogava em favor de um purismo cuja norma de referência era o francês da elite social (cf. Kolboom; Kotschi; Reichel, 2002, p. 33). No entanto, e segundo Braselmann (1999, p. 4), já no século XVI, consolidou-se, na França, “um discurso linguístico normativo” [ein sprachnormatives Diskurs], de modo que é possível afirmar que a doutrina do *bon usage* é a institucionalização desse discurso, executada, dentre outros, pela Académie Française. Dessa forma, a importância do dicionário como codificação normativa da língua, começando por DAC (1694)², é um *continuum* que articula grande parte da lexicografia francesa.

Essa consciência idiomática faz parte daquilo que a moderna sociolinguística chama de *crenças* [beliefs] sobre a própria língua materna e/ou sobre outras línguas (cf. LoLTeAL, 2002, s.v. *belief systems*; ver também Crystal (2010, p. 1-5)). Em termos concretos, existe claramente, na França, uma atitude purista (cf. Paveau; Rosier, 2008, p. 36-37). Berschin; Felixberger; Goebel. (2008, p. 227) demonstram, em plena coincidência com o exposto por Braselmann (1999), que a questão central tanto na França do século XVI como hoje não é discutir se a orientação no uso da língua (*norme linguistique*) é fundamental ou não, mas onde buscar essa orientação. Em termos diassistêmicos, diatopicamente, considerou-se a realização linguística de Paris; em termos diamésico-diastráticos, considerou-se a fala da corte³. A doutrina do *bon usage* é simplesmente a consagração institucional dessa atitude [ingl. *attitude*]⁴.

² Seguindo a norma da metalexigrafia européia, as obras lexicográficas aparecem identificadas por uma sigla. Na Bibliografia fornece-se a referência completa.

³ Berschin; Felixberger; Goebel (2008, p. 229) salientam que o caráter referencial da fala estava assegurado desde que a fala coincidissem com os usos linguísticos dos melhores escritores da época.

⁴ MLSp (2010, s.v. *Einstellung*) afirma que “[...] a atitude perante as línguas cumpre um papel fundamental, como por exemplo, no status de variedades linguísticas, [...], assim como na escolha de variedades linguísticas e (socialmente) marcadas para efeitos da funcionalidade de repertórios verbais, relacionando-se, dessa forma, com questões atinentes à postura perante a língua [...]” “[...] spielt die E. gegenüber Spr. eine wesentliche Rolle, so z.B. für den Status von Spr. [...] und die (sozial) markierte Sprachenwahl, für die Funktionalität verbaler Repertoires und damit verbunden Fragen der Spracherhaltung [...]”.

Assim, o *bon usage* e os *believes* desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da lexicografia francesa, e, conseqüentemente, no panorama das obras lexicográficas que ela oferece. A preocupação com o bom falar e com o fato idiomático em geral leva Quemada (1990 p. 870) a afirmar que “[...] a França pode ser considerada, em muitos aspectos, a terra de eleição dos dicionários” [la France peut être considérée à bien des égards comme la terre d’élection des dictionnaires].

Curiosamente, e embora exista uma preocupação evidente com a língua, conforme se comentou anteriormente, não há muitos trabalhos que ofereçam uma visão de conjunto das obras lexicográficas disponíveis, e, nos casos presentes na literatura, essa visão está sempre circunscrita a alguma condição especial. Em progressão cronológica, citamos os casos de Matoré (1968), Dubois; Dubois (1971), Baldinger (1974), Müller (1985) e Quemada (1990). Em relação a Matoré (1968), trata-se de uma ordenação cronológica da lexicografia francesa até os inícios dos anos 60. Para muitos dos dicionários citados, há uma descrição das suas características e conteúdo, mas não é possível ter uma visão de conjunto. No caso de Dubois; Dubois (1971), o único dicionário rigorosamente analisado é o DFC (1966). Em relação a Baldinger (1974), há uma exposição que permite ter uma visão de conjunto, mas essa ordenação diz respeito somente aos dicionários diassistemicamente restritos à diacronia, além de se considerar, na análise, o FEW (1927-1983) que, *stricto sensu*, é um dicionário da tradição lexicográfica suíça, embora referente à história e etimologia do francês. Müller (1985), por sua vez, elabora um panorama parcial, na medida em que o conjunto de obras lexicográficas elencadas é ordenado de acordo com três parâmetros: 1) sua condição prescritiva, 2) sua condição não prescritiva 3) sua condição de registro do léxico atual do francês (em oposição implícita às obras prescritivas). Embora ofereça dados fundamentais, a própria exposição não foi concebida para oferecer um panorama abrangente das obras lexicográficas disponíveis (falta, por exemplo, o tratamento das obras de orientação onomasiológica, ortográfica, do argot, etc.). A tentativa de classificação mais elaborada é a de Quemada (1990), que oferece, a exem-

plo de Matoré (1968), um panorama histórico da lexicografia francesa, embora, nesse caso, ofereça-se uma imagem mais estruturada de dita tradição lexicográfica em questão. Há um princípio de ordenação, que consiste em classificar as obras lexicográficas segundo elas sejam “gerais” [générale] ou especializadas [spécialisée], que, por sua vez, podem ser mono- ou plurilíngues, didáticas ou culturais [culturelles], descritivas ou históricas, etc. É exatamente nesse ponto que a proposta de classificação de Quemada (1990) perde consistência, na medida em que o disjuntor *ou* exprime uma oposição equipolente, que, na verdade, é inexistente. Além disso, é sensível a falta de qualquer menção às obras de orientação onomasiológica, tão presentes na lexicografia francesa. Tampouco é possível deixar de mencionar Grevisse; Goosse (2008, p. 1535-1536). Embora se trate de uma gramática, oferece informações abrangentes da língua em todas as suas dimensões. Contudo, há somente uma breve exposição sobre dicionários, classificados em “dicionários” (um parâmetro muito pouco preciso, pois junta dicionários de orientação semasiológica com dicionários bilíngues, por exemplo), “dicionários especiais e repertórios diversos” (parâmetro com exemplos escassos e heterogêneos) e “dicionários etimológicos”.

1 SOBRE A TAXONOMIA PROPOSTA

A classificação proposta segue o modelo de Bugueño Miranda (2014). Na elaboração dessa taxonomia, é necessário considerar os seguintes princípios:

- a) uma taxonomia é sempre um *tertium comparationis*;
- b) uma taxonomia espelha sempre as especificidades de uma dada tradição lexicográfica;
- c) na taxonomia proposta, não serão consideradas as obras lexicográficas em suporte eletrônico;
- d) na taxonomia proposta, não serão consideradas as obras lexicográficas de outras tradições em língua francesa.

Explicitação dos princípios:

a) o modelo proposto almeja servir como uma base de comparação para diferentes tradições lexicográficas. Considerando que as obras lexicográficas são instrumentos de resolução de determinadas tarefas linguísticas e cogitadas para atender às necessidades de um grupo de usuários específicos, um modelo de representação de tradições lexicográficas deve oferecer a opção de comparação entre essas tradições, a fim de permitir ao usuário saber se as obras disponíveis em outra tradição correspondem às suas necessidades de busca;

b) não há uma taxonomia de aplicação universal. Isso significa que os parâmetros de classificação nem sempre são plenamente coincidentes com a tradição lexicográfica que tentam descrever;

c) Pruvost (2000, apud Klare, 2004, p. 29) distingue, para o francês, entre a *galaxie Gutemberg*, ou seja, os dicionários impressos, e a *galaxie électronique*, ou seja, os dicionários em formato digital. No entanto, as obras em suporte eletrônico não serão consideradas em função de dois fatores. Primeiramente, a relação associativa que se estabelece entre o meio digital e o dicionário só gradualmente se desloca do processamento de linguagem natural para formatos de dicionários para usuários comuns. A esse respeito, Heid (2013, p. 25) comenta que “o foco parece se afastar dos dicionários para PLN e se deslocar (de volta?) para novos tipos eletrônicos de dicionários para usuários humanos”. [the focus seems to go away from dictionaries for NLP and rather to move (back?) towards new electronics types of dictionaries for human users]. Além disso, é necessário reconhecer que os dicionários em suporte eletrônico se diferenciam dos dicionários em suporte impresso só no que diz respeito a uma estrutura de acesso mais rápida. No caso específico da língua francesa, TLFi (2004) é um exemplo paradigmático (cf. Trotter, 2013, p. 666) para um panorama da lexicografia francesa em suporte digital). Empregando uma distinção proposta por Brey (1989), nas obras em formato digital, é maior o “potencial de consulta” [*consultabilité*], mas não o “potencial de legibilidade” [*lisibilité*]. Além dis-

so, embora a metalexiconografia francesa acostume a estabelecer e salientar essa diferença, na prática, a maior parte das obras em formato eletrônico, além de ser uma transposição ao formato digital de obras impressas, como já se comentou, ou correspondem a edições *on line* muito antigas ou são obras de uma duvidosa qualidade (cf. Schafroth (2014) para uma análise detalhada)⁵;

d) embora o francês seja língua oficial de vários países, o problema da norma, que é comum a esses países, e que determina, em grande medida, a lexicografia em língua francesa, é eminentemente francês. No caso específico do Canadá, Rey; Duval; Siouffi (2007, p. 1146) observam, no entanto, que o francês quebequense apresenta uma particularidade que o distingue da realização da língua na França. Por essa razão, a lexicografia em francês quebequense merece um tratamento individual.

2 UMA TAXONOMIA RELACIONADA A UMA TRADIÇÃO PARTICULAR

Em Bogueño Miranda (2008), já se sugeria que a classificação de dicionários não se pode decupar da tradição que essa classificação almeja espelhar. Em termos concretos, é fundamental a correlação entre o formalismo que significa uma classificação⁶ e as particularidades que a própria tradição lexicográfica apresenta. No caso da lexicografia francesa, essa correlação é evidente. A lexicografia francesa, como um todo, é produto de três constantes:

1. trata-se de uma lexicografia com bases extremamente sólidas, que a determinam até o presente. Conforme se ressaltou anteriormente, Pruvost (2002, p. 15) a qualifica como uma lexicografia de “uma forte vitalidade y de uma engenhosa continuidade” [une forte vitalité et

une ingénieuse continuité]. Produto disso é que a literatura especializada não prescinde jamais de uma visão historicista, como, por exemplo, Quemada (1990) ou Pruvost (2002, especialmente p. 92-113);

2. é uma lexicografia claramente normativa⁷. O século XVII é fundamental para entender a tendência ainda claramente vigente em relação à orientação no uso da língua. Nesse contexto, as figuras de François Malherbe e Claude Favre, seigneur de Vaugelas são fundamentais. Malherbe advogou em favor da clara rejeição dos usos dialetais, dos arcaísmos, dos neologismos e do abuso na sinonímia. Por sua vez, corresponde a Vaugelas ter formulado a doutrina do *bon usage* [bom uso]. Seu impacto foi de tal magnitude, que as *remarques* (primeira palavra do título da sua obra *Remarques sur la langue française, utiles à ceux qui veulent bien parler et bien écrire* [Observações sobre a língua francesa, úteis àqueles que querem falar e escrever bem]) constituem um gênero na linguística francesa (cf. Ayres-Bennett, 2004, p. 23);

3. em função dos argumentos precedentes, a lexicografia francesa presta especial atenção a dois aspectos da língua: correção ortográfica e adequação léxica. Paveau; Rosier (2008, p. 210 e ss.) referem-se a esse último aspecto distinguindo entre “as boas maneiras lexicais” [les bonnes manières lexicales] e “as más maneiras lexicais” [les mauvaises manières lexicales]. Em termos concretos, preservar as boas maneiras lexicais implica uma preocupação pela etimologia⁸, por encontrar a expressão léxica justa e pela conservação das palavras raras⁹. Combater as más maneiras léxicas significa, por outro lado, evitar as palavras *passé-partout* (arquilexemas como *chose*), o abuso léxico, o uso neológico, a cacofonia, as palavras vulgares e os estrangeirismos.

A própria dinâmica lexicográfica francesa tem como consequência uma dificuldade em relação à profusão de nomes com que são rotuladas as

⁵ Buridant (2013, p. 537-538), em uma resenha de um número sobre lexicografia em suporte digital da revista *Lexique* v.19 (2009), enumera, além dos fatores elencados *ad supra*, outros dois que, embora não sejam objeto deste trabalho, devem ser levados em conta no momento de avaliar a lexicografia em suporte digital. Por um lado, a divergência negativa que supõe a transposição da versão impressa para a eletrônica de muitos dicionários, como, por exemplo, no que diz respeito às gravuras. Em outras palavras, o dicionário perde qualidade. Por outro lado, e de maneira especial no âmbito anglo-saxônico, a lexicografia em formato digital deixa de ancorar as suas decisões nos avanços da linguística teórica e se centra no automatismo dos programas computacionais.

⁶ Um formalismo é um conjunto de procedimentos que servem para a representação de uma teoria ou de um constructo (cf. HWtbPhil, 1993, s.v. *Formalisierung*).

⁷ Embora, *de facto*, a tendência normativa seja clara na lexicografia francesa, há também sinais em prol de uma relativização na orientação idiomática (cf., por exemplo, Rey, 2007), assim como também se procura discutir as bases mesmas da doutrina normativa (cf., por exemplo, Ledgen, 2000).

⁸ A esse respeito, cf. o comentário etimológico s.v. *locomotive* em ExprLocRob (2007).

⁹ Ver, por exemplo, *pétroleuse* s.v. *pyromane* em SynRob (2005).

diferentes obras lexicográficas e que, às vezes, criam uma linhagem tão própria, que acaba dificultando seu tratamento classificatório. Citamos aqui dois casos que apresentam resultados muito diferentes no momento de avaliá-los com fins classificatórios. Por um lado, estão as classes *Petit* (PLa (2010) e PRob (2010), respectivamente), que constituem versões reduzidas de *editiones maiores*. Nesse caso particular, há uma articulação advinda da própria iniciativa editorial, que se deixa classificar sem grandes problemas no âmbito de uma taxonomia. Por outro lado, estão casos como os ponderativos *universel, culturell, encyclopédique* ou *méthodique* (como GrLaEnc, 1982; e RobMéth, 1987).

A taxonomia refletirá de maneira explícita as considerações precedentes. Por um lado, as tendências linguísticas que caracterizam o francês se deixam refletir claramente nas expressivas preferências que o enquadramento taxonômico apresenta. Por outro lado, as designações *sui generis* com que muitas vezes a lexicografia francesa nomeia suas próprias obras também têm um reflexo no quadro taxonômico, na medida em que nem sempre é possível estabelecer de maneira clara e unívoca a correlação entre os descritores taxonômicos e os títulos conferidos a muitas obras. A Figura 1 (anexo 1) apresenta a taxonomia proposta. Por razões de espaço, só foi fornecido um exemplo de obra lexicográfica por genótipo lexicográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES-BENNETT, W. De Vaugelas à nous jours. Comment définir le genre des remarques sur la langue française ? In: CARON, Philippe (éd.). *Les remarques sur la langue française du XVI^e siècle à nous jours*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2004, p. 19-29.

BALDINGER, K. *Introduction aux dictionnaires les plus importantes pour l'histoire du français*. Paris: Klincksieck, 1974.

BERSCHIN, H.; FELIXBERGER, J.; GOEBL, H. *Französische Sprachgeschichte*. Darmstadt: WBG, 2008.

BRASELMANN, P. *Sprachpolitik und Sprachbewusstsein in Frankreich heute*. Tübingen: Niemeyer, 1999.

BRAY, L. Consultabilité et lisibilité du dictionnaire: aspects formals. In: HAUSMANN, F.J.; REICHMANN, O.; WIEGAND, H.E.; ZGUSTA, L. (Hrsgn.) *Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires*. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie. Berlin/New York: de Gruyter, Band 1, 1989, p.135-145.

BUGUEÑO MIRANDA, F. Da classificação de obras lexicográficas e seus problemas. Proposta de uma taxonomia. *ALFA*. São Paulo, n. 58/1, p. 215-231, 2014. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5378/4924>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. Panorama da lexicografia alemã. *Contingentia*. Porto Alegre, n. 3/2, p. 89-110, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/6508/4241>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

BURIDANT, C. Resenha a Lexique 19. Changer les dictionnaires? Numéro coordonné par P. Corbin / N. Gasiglia. *Revue de Linguistique Romane*. Strasbourg, n. 76, p. 537-538, 2013.

CRYSTAL, D. *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge: CUP, 2010.

DUBOIS, J.; DUBOIS, C. *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris: Larousse, 1971.

HEID, U. The impact of computational lexicography. In: GOUWS, R.H.; HEID, U.; SCHWEICKARD, 11W.; WIEGAND, H.E. (Eds.). *Dictionaries*. An International Encyclopaedia of Lexicography. Berlin/Boston: de Gruyter, Band 4, 2013, p. 24-31.

HWtbPhil. Rehfus, Wulff (Hrsg.). *Handwörterbuch Philosophie*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2003.

GREVISSE, M.; GOOSSE, A. *Le bon usage*. Grammaire française. Bruxelles: De Boeck & Larcier, 2008.

KLARE, J. Französische Wörterbuchkultur – Tradition und Neuerung. In: SCHARNHORST, J. (Hrsg.). *Sprachkultur und Lexikographie*. Von der Forschung zur Nutzung von Wörterbüchern. Frankfurt am Main: Lang, 2004, p. 25-72.

KOLBOOM, I.; KOTSCHKI, Th.; REICHEL, E. *Handbuch Französisch*. Sprache, Kultur, Gesellschaft für das Studium, Lehre, Praxis. Berlin: Erich Schmidt, 2002.

LEDGEN, G. *Le bon français*. Les étudiants et la norme linguistique. Paris: L'Harmattan, 2000.

LoLTeAL. RICHARDS, J.C.; SCHMIDT, R. *Longman Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics*. London: Longman, 2002.

MATORÉ, G. *Histoire des dictionnaires français*. Paris: Larousse, 1968.

MLSp. Glück, H. (Hrsg.). *Metzler Lexikon Sprache*. Stuttgart: Metzler, 2010.

MOLINARI, Ch. « Francophonisme » et lexicographie: enjeux linguistiques et sociolinguistiques. In : GALAZZI, Enrica; MOLINARI, Chiara (éds.) *Les français en émergence*. Berne : Peter Lang, 2007, p. 183-202.

MÜLLER, B. *Le français d'aujourd'hui*. Paris: Klincksiek, 1985.

_____. El proyecto de un diccionario del español medieval (DEM) y el estado de la investigación en el campo del léxico del español antiguo. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. Paris : Klincksiek, n. 5, p.175-194, 1980.

PAVEAU, M.-A.; ROSIER, L. *La langue française*. Passions et polémiques. Paris: Vuibert, 2008.

PRUVOST, J. *Les dictionnaires de la langue française*. Paris: PUF, 2002.

QUEMADA, B. Französisch: Lexikographie. In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, Ch. (Hrsgn.) *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, Band V/1. Tübingen: Niemeyer, 1990, p. 869-894.

REY, A. *L'amour du français*. Contre les puristes et autres censeurs de la langue. Paris : Denoël, 2007.

REY, A.; DUVAL, F.; SIOUFFI, G. *Mille ans de langue française*. Paris: Perrin, 2007.

SCHAFROTH, E. *Französische Lexikographie*. Berlin: de Gruyter, 2014.

TROTTER, D. Gallo-Romance II: Synchronic lexicography. In: GOUWS, R.H.; HEID, U.; SCHWEICKARD, W.; WIEGAND, H.E. (Eds.). *Dictionaries*. An International Encyclopedia of Lexicography. Berlin/Boston: de Gruyter, Band 4, p. 663-672, 2013.

ZANATTA, F. *A normatividade e seu reflexo em dicionários semasiológicos do português*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras UFRGS, Porto Alegre, 2010.

DICIONÁRIOS CITADOS

DAc. (1694). *Dictionnaire de l'Académie Française*. Paris: Chez la Veuve de JEAN BAPTISTE COIGNARD, Imprimeur ordinaire du Roy & de l'Académie Française.

DFC (1966). Dubois, Jean et alii. *Dictionnaire de français contemporain*. Paris: Larousse.

DFrangl (1980). *Dictionnaire de français*. Paris: Guy Le Prat.

DFV (1976). DAVAU, Maurice ; COHEN, Marcel ; LALLEMAND, Maurice. *Dictionnaire du français vivant*. Paris : Bordas.

DHomLa (2009). *Dictionnaire des homonymes*. Paris: Larousse.

DInvF (1965). JUILLAND, A. *Dictionnaire inverse de la langue française*. The Hague: Mouton.

DPronon (1989). WARNANT, Leon. *Dictionnaire de la prononciation française*. Paris : Duculot.

Dsyn (2003). BARATIN, Marc; BARATIN-LORENZI, Mariane. *Dictionnaire des synonymes*. Paris : Hachette.

DSynAnAnt (2007). BOUSSINOT, Roger. *Dictionnaire Bordas Synonymes, analogies et antonymes*. Paris: Bordas.

ExprLocRob (2007). Rey, Alain; Chantreau, Sophie. *Dictionnaire des expressions et locutions*. Paris: Le Robert.

FEW (1927-1983). WARTBURG, W.v. *Französisches Etymologisches Wörterbuch. eine Darstellung des galloromanischen Sprachschatzes*. Bonn: Klopp.

GrLaEnc (1982). *Grand dictionnaire encyclopédique Larousse en 15 volumes*. Paris: Larousse.

LanVerte (2007). MERLE, Pierre. *Nouveau dictionnaire de la langue verte. Le français argotique et familier au XX^e siècle*. Paris: Denoël.

MoRégFr (1992). DEPECKER, Loïc. *Les mots des régions de France*. Paris : Belin.

OrtRob (2002). JOUETTE, André. *Dictionnaire d'orthographe et expression écrite*. Paris: Le Robert.

PiègesFr (2007). Girodet, Jean. *Pièges et difficultés de la langue française*. Paris: Bordas.

PLa (2008). *Le Petit Larousse Illustré*. Paris: Larousse.

PROB(2010). REY, Alain (éd.). *Le Petit Robert. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue Française*. Paris: Le Robert.

RobMéth (1987). REY-DEBOVE, J. *Le Robert Méthodique. Dictionnaire méthodique du français actuel*. Paris: Le Robert.

SynRob (2005). *Dictionnaire des synonymes et nuances*. Paris: Le Robert.

TLFi (2004). *Le Trésor de la langue française informatisé. Dictionnaire de la langue du XIX^e et du XX^e siècle (1789–1960)*. Paris / Nancy-Metz: CNRS / Université de Lorraine. Disponível em: <<http://atilf.atilf.fr/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

ANEXO 1

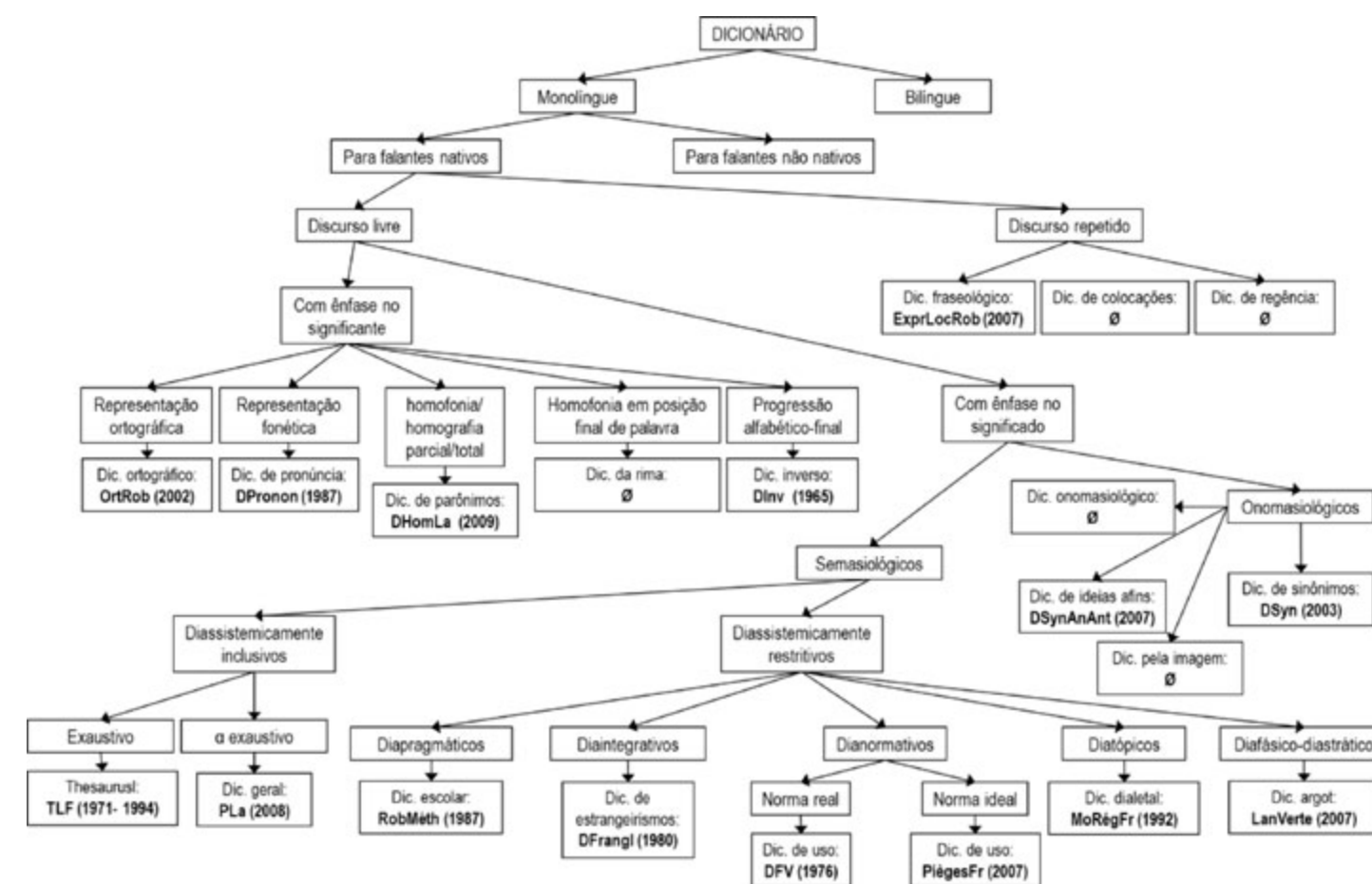


Figura 1 – Taxonomia de obras lexicográficas francesas

A QUESTÃO DA TERRA E O TEXTO CONSTITUCIONAL: AS DIFERENTES VOZES QUE O ATRAVESSAM

Freda Indursky*

Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas.

...

*A participação foi também pela presença,
pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam, livremente,
as onze entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento,
na procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões.*
(Ulysses Guimarães, Promulgação da Constituição Brasileira, 05.10.1988)

1 UM PREÂMBULO

No presente trabalho, desejo retomar uma noção de que venho me ocupando há já algum tempo, a da *heterogeneidade do texto*. Em trabalho anterior (Indursky, 2001), defini a *categoria analítica texto* como uma *heterogeneidade provisoriamente estruturada*. Postulei tal provisoriedade, vinculando-a ao trabalho discursivo do sujeito-leitor que, em sua *prática discursiva de leitura*, desarticula aquela estruturação para, a seguir, inserir no *texto* que está sendo lido outros *fios discursivos*, provenientes de sua história de leitura, da história de leitura do texto em questão, de outros textos, de outros discursos, ou seja, do *interdiscurso*.

O que resulta de uma leitura assim concebida é um outro texto, ou mel-

hor, um outro *efeito-texto* (Indursky, 2001) que pode ser idêntico ao texto lido, em função da identificação do sujeito-leitor com o posicionamento do sujeito-autor. Mas não só. O sujeito-leitor também pode questionar o posicionamento assumido pelo sujeito-autor, *contra-identificando-se* com ele em sua produção de leitura. Mas esse processo de leitura pode ser ainda mais radical, levando o sujeito-leitor a discordar/antagonizar com o posicionamento do sujeito-autor, o que o conduzirá a desidentificar-se da Formação Discursiva (FD) a partir da qual o *texto* em processo de leitura foi produzido para identificar-se com uma outra FD diferente e/ou oposta (Indursky, 2011). Isto desencadeará a estruturação de um outro *efeito-texto*¹⁰ como resultado da prática discursiva de leitura.

O resultado desse novo *efeito-texto* é tão provisório quanto aquele que lhe deu origem, pois este ciclo recomeça a cada nova leitura a que o *texto* é submetido, tanto por parte do sujeito-autor quanto do sujeito-leitor. No que diz respeito ao sujeito-autor, a cada nova leitura sua, o texto ainda está aberto e sujeito à modificações, até o momento de sua publicação. É o ato da publicação que coloca o “ponto final” definitivo e fecha o texto. A partir daí, o texto está disponível aos leitores e seus gestos de leitura. Por outro lado, o mesmo pode ocorrer por parte do sujeito-leitor, pois a cada vez que o leitor procede à leitura, novos fios discursivos podem ser associados ao *efeito-texto*. É isto que sustenta a afirmação de que um leitor pode produzir diferentes leituras de um mesmo texto.

Como se vê, uma prática de leitura à luz da Análise do Discurso (AD) não pressupõe a estabilização/cristalização dos sentidos. Tampouco implica a adesão incondicional do sujeito-leitor à tomada de posição assumida pelo sujeito-autor. Deve entendê-la, sim, mas pode dela discordar (Pêcheux, 1988) e fazer deslizar os sentidos (Pêcheux, 1990).

* Professora Titular do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: freda.indursky@gmail.com

¹⁰ O *efeito-texto* é resultante da textualização bem sucedida de recortes discursivos provenientes do interdiscurso. Se desse trabalho discursivo resultar uma superfície aparentemente homogênea que torne invisível a costura entre os diferentes recortes, a ponto de parecer terem ali sua origem, produzindo *efeito de unidade* e *homogeneidade*, está-se diante de um *efeito-texto* (Indursky, 2001).

Nos trabalhos de 2001 e de 2011, minha reflexão inscrevia-se exclusivamente no plano teórico. No presente trabalho, desejo retomar algumas dessas questões para mostrar esta *heterogeneidade provisoriamente estruturada* funcionando no texto. Para tanto, vou tomar como objeto de análise um texto legal bastante específico, o da Constituição Brasileira de 1988. Não vou analisá-lo em sua totalidade. Dele, vou trazer apenas um recorte discursivo, definido em função de meu Projeto de Pesquisa *O discurso do/sobre o MST*. Mais precisamente: vou recortar o *Artigo 5º* e apenas dois de seus itens, dentre os 78 em que ele se desdobra, porque esse recorte permite refletir tanto sobre a questão da terra quanto sobre a constituição do texto em sua heterogeneidade. Aliás, essas duas questões estarão se entretecendo ao longo do texto.

Assim procedendo, vou associar, no presente trabalho, a *questão da terra* à minha reflexão teórica sobre *as práticas discursivas de escrita e de leitura* do sujeito. Para tanto, vou analisar a prática de *textualização* de recortes discursivos oriundos de diferentes *lugares sociais*, tanto na prática discursiva da escrita quanto na prática discursiva da leitura, à luz da AD e, desta forma, refletir a partir de uma ótica teórico-analítica sobre a categoria heterogênea e provisoriamente estruturada que é o *efeito-texto*, pois é nele que as referidas práticas se produzem.

A partir dos preceitos oriundos da Linguística Textual, sabemos que um *texto*, para ser entendido como tal, deve ser dotado de *coesão* e de *coerência*. Deslocando-me para a Análise do Discurso, diria que tais *qualidades do texto* são resultantes do que chamo de uma *heterogeneidade provisoriamente estruturada*. Ou seja, é porque os diferentes recortes que constituem o *efeito-texto* estão bem estruturados, bem “costurados” por uma *sintaxe textual e discursiva* (Indursky, 2009) que temos a ilusão de que o texto é texto, isto é, que o texto é *uma unidade significativa*, dotada de coesão e de coerência.

Meu propósito com o presente trabalho consiste em fazer balançar este *imaginário de texto*, mostrando como o texto é apenas ilusoriamente dotado de unidade e que, de fato, ele resulta em uma *heterogeneidade provi-*

soriamente estruturada, à espera dos *gestos de leitura* que farão balançar tal estruturação e sua *ilusória unidade*.

Embora não vá proceder a nenhuma análise de emendas constitucionais posteriores à promulgação da Constituição de 1988, sua numerosa existência¹¹ aponta para o que estou chamando de *heterogeneidade provisoriamente estruturada* a qual é indicativa de que o “fechamento” do texto é simbólico, embora necessário para produzir o *efeito-texto* (Gallo, 2008).

Passemos, então, às reflexões teóricas preliminares às análises propriamente ditas. E elas me conduzem diretamente à noção de *sujeito*.

2 QUEM É O SUJEITO LEGISLADOR?

Para iniciar esta reflexão, nada melhor do que formular algumas perguntas em torno do *sujeito* com que nos deparamos ao analisar o texto constitucional. Então, vejamos:

Quem é o sujeito do discurso legal?

Onde ele se inscreve?

A partir de que lugar ele legisla?

De um modo geral e de longa data, instituiu-se a crença de que o texto legal é universal e neutro. É daí, aliás, que decorrem os ditos populares que expressam esse senso comum: a “*lei é igual para todos*” e, ainda, “*a lei é cega*”.

Se isto fosse verdade, no entanto, teríamos que admitir que o legislador, tal como a lei, também é cego e, além disto, surdo. Ele seria uma categoria que pairaria acima de tudo, de todos, e, sobretudo, de todas as classes sociais, sem vincular-se a nenhuma delas em particular. Só assim poderia produzir um texto legal desinteressado. Mas não é isto o que sucede. Sendo o legislador também desde sempre um *sujeito*, sabemos que, como todo e qualquer *sujeito*, ele se inscreve em um *lugar da estrutura social*, é interpelado por uma *formação ideológica* (FI), identifica-se com uma *Formação Discursiva* (FD) e pertence a uma *classe social*. São estes traços que

¹¹ Foram feitas 87 emendas à Constituição até 16.04.2015, data da consulta realizada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm>. Acesso em: 02 maio 2015.

o constituem enquanto sujeito, e o tornam *sujeito de seu discurso*. E isto, com certeza, antecede, de muito, sua relação com as funções enunciativas e discursivas do legislador. Dito de outra forma: é enquanto um sujeito assim constituído que o legislador *legisla, formula, propõe emendas, vota, veta e organiza* o texto legal.

É em função de sua *constituição subjetiva* que os legisladores podem divergir entre si. Os membros do legislativo são fortemente marcados pelas diferenças/divergências, as quais correspondem à diversidade provenientes do corpo social. Vejamos um exemplo. Na Carta Magna, encontram-se formulações como *direito de propriedade e direito à propriedade*. A diferença, marcada pela regência nominal que une *direito e propriedade*, permite vislumbrar que tais direitos não são idênticos e visam a interesses diferentes, formulados por sujeitos igualmente diversos. Ou seja, o legislador legisla de seu lugar social e em defesa de seus interesses e/ou dos interesses de sua classe social.

Constatar que no texto constitucional ressoam diferentes vozes, provoca novas interrogações:

Um texto em que ressoam diferentes vozes, pode ainda assim ser dotado de unidade de significação?

Se há posicionamentos diversos no interior do texto constitucional, quem exerce a função-autor (Orlandi, 1988, p. 77) desse texto legal?

Poderia esse texto ter sido produzido por um único sujeito enunciador?

Início pela última questão. O texto constitucional é fruto de uma Assembleia Constituinte, elaborado por inúmeros constituintes eleitos expressamente para esta função. Por conseguinte, não é possível pensar em *um único enunciador*. Todo constituinte (pode)/propõe artigos, (pode)/propõe alterações e/ou supressões. E cada um deles, ao fazer suas intervenções, se torna um sujeito enunciador naquela *cena enunciativa*. Portanto, não há um único sujeito enunciador do texto constitucional.

Da mesma forma, não é possível pensar em *um único sujeito discursivo* nessa *cena enunciativa*. Como vimos mais acima, na Constituinte havia sujeitos identificados com diferentes FD e diversas posições-sujeito. Todo e

qualquer constituinte ao propor artigos, alterações ou supressões o fez a partir de seu *lugar social e interpelado por diferentes formações ideológicas*. Por conseguinte, não havia, tampouco, um único sujeito discursivo na Constituinte. Diria que havia pelo menos dois sujeitos discursivos¹² representativos da *formação social* vigente no momento em que foi elaborada a Constituição Brasileira de 1988. Havia um número maior de *sujeitos enunciativos* do que de *sujeitos discursivos* na Constituinte porque não são tantos os lugares sociais, nem tantas as Formações Discursivas com as quais os constituintes pudessem se identificar.

Em função do que precede, cabe questionar:

Se havia inúmeros sujeitos enunciativos e (pelo menos) dois sujeitos discursivos presentes na cena enunciativa da Constituinte, qual deles assumiu a organização do texto, isto é, quem exerceu a função-autor¹³ do texto constitucional?

Diante desse cenário, foi instituída uma comissão responsável pela redação das proposições, das modificações e das emendas provenientes da plenária¹⁴. Por conseguinte, a *função-autor*, responsável pela *formulação/organização do texto constitucional*, não foi exercida por um único sujeito enunciador, nem por um único sujeito discursivo. Tampouco foi obra de todos os constituintes. A *função-autor* do texto constitucional foi exercida por um grupo representante dos Constituintes. O que nos permite entender, com base no caso que ora examinamos, que a *função-autor* pode ser coletiva¹⁵ e isso a distingue da função-autor de textos de outra natureza.

No exercício da *função-autor*, no que tange à elaboração do texto constitucional, não cabia mais propor, nem acrescentar ou suprimir o que quer que fosse. Essa comissão tinha por função dar textualidade ao que fora

¹² De fato, havia muitos outros, mas para examinar a questão que aqui estou mobilizando, faço abstração dos demais e me restrinjo a dois: um conservador, representante das oligarquias, e o outro, progressista, representante de classes sociais desfavorecidas, os sem-parcela, como os nomeia Rancière (1995).

¹³ Segundo Orlandi (1988), o sujeito, ao produzir um texto, o faz a partir da função-autor que o coloca na responsabilidade de produzir um texto organizado, claro, coerente.

¹⁴ Segundo o discurso de Ulysses Guimarães, no ato da Promulgação da Constituição Brasileira, “61.020 emendas foram apresentadas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de 1 milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas, no longo trajeto das subcomissões à redação final”.

¹⁵ Penso que não é privativa do Legislativo uma *função-autor coletiva*. Há outros casos em que ela ocorre, mas não é o caso de as enumerarmos aqui. Fica aqui apenas o registro dessa possibilidade.

deliberado e aprovado pela plenária. Ou seja: cabia-lhes como tarefa organizar tudo o que a plenária havia deliberado e aprovado, formulando as proposições das diferentes vozes discordantes, e fazê-lo de tal forma que o texto constitucional parecesse ter sido formulado por um único enunciador, produzindo um *efeito de homogeneidade* responsável, por sua vez, pelo *efeito de unidade* (Indursky, 2001).

De fato, na maior parte dos textos, a *função-autor* consegue aplainar essas diferenças, embora, por vezes, tais esforços homogeneizantes não são suficientes para apagar as marcas da heterogeneidade, tal como veremos nas análises da seção seguinte.

Antes, porém, cabe ainda mais um questionamento.

Como fica a autoria deste texto? Ela se confunde com a função-autor? Ou, num caso como este, não cabe considerar a autoria?

Todo texto legal que passa por uma comissão encarregada de dar-lhe forma precisa voltar à plenária para ser aprovado. No caso do texto constitucional não é diferente. E é no momento em que o texto final é aprovado e assinado por todos os constituintes que se institui a *autoria*. E todos os signatários da Constituinte se tornam partícipes de uma *autoria* igualmente *coletiva*. Esse momento equivale à colocação do ponto final que “fecha” simbolicamente o texto, habilitando-o a ser publicado.

Com base no que precede, vê-se que o texto constitucional, tal como qualquer outro texto, é uma heterogeneidade provisoriamente estruturada. Mas esse texto guarda algumas peculiaridades próprias aos textos legais, pois ele é organizado por uma *função-autor coletiva* e assumido por uma *autoria* igualmente *coletiva*. E é esse *caráter coletivo* que é responsável por possíveis inconsistências e contradições que podem se fazer presentes, como é o caso a ser examinado na próxima seção.

3 ANALISANDO

Vejam um pouco mais de perto essas diferentes subjetividades que são textualizadas juntamente com os recortes discursivos. Sem querer ma-

pear todos os que fizeram parte daquela Constituinte, vou limitar-me a lembrar dois nomes situados em lugares sociais antagônicos. De um lado, representando a direita da época, estava Ronaldo Caiado, então membro da UDR¹⁶, que se opunha ferozmente à Reforma Agrária. De outro, podemos identificar Lula, do Partido dos Trabalhadores, e identificado com a causa da Reforma Agrária e do MST. É evidente que perfis ideológicos tão diferentes só poderiam gerar vozes muito dissonantes entre si, que não poderiam identificar-se com a mesma Formação Ideológica nem subjetivar-se pelo viés da mesma Formação Discursiva. Ao contrário. Tais subjetividades tão díspares representavam a diversidade da sociedade brasileira que os elegeu e essa diversidade ressoou fortemente na Assembleia Constituinte e se faz remarcar na Constituição¹⁷.

O que aqui vamos analisar vai permitir observar que o texto constitucional reúne em seu interior recortes afetados por diferentes formações discursivas e, em decorrência disto, registram-se nele diferentes posições-sujeito que deixam vislumbrar diversas tomadas de posição frente à *questão da terra no Brasil*. Trata-se, pois, de uma heterogeneidade estruturada provisoriamente que guarda na tessitura de sua textualização os vestígios da alteridade de onde deriva sua contradição.

Captar estas marcas é trabalhar no sentido de desestabilizar essa aparente e ilusória estruturação de um efeito-texto. E esta é a tarefa do leitor crítico e maduro em sua prática discursiva da leitura: desconstruir essa ilusória unidade e coerência. E mais fortemente ainda é o propósito do analista de discurso: desmontar a ilusão que preside a imaginária homogeneidade, unidade e coerência de todo e qualquer texto. Passemos, pois, às análises.

Como já anunciado mais acima, vou examinar uma passagem da Constituição. Mais especificamente, dela vou recortar¹⁸ o *caput do artigo 5º*, bem como os *itens XXII e XXIII*, vinculados ao mesmo *art. 5º*. Eis o recorte de que vamos nos ocupar:

16 União Democrática Ruralista que representava os interesses dos latifundiários.

17 Tal fato mostra-nos que o texto constitucional é um lugar privilegiado para observarmos a heterogeneidade da categoria analítica *texto*, em que pese a ilusão de que esse texto seja uno e coerente.

18 Orlandi (1984) formula a noção de recorte discursivo que consiste em uma porção de linguagem e situação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros no País a inviolabilidade de direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social.[...]

Este recorte vai me permitir mostrar que o texto constitucional é heterogêneo, pois articula enunciados afetados por diferentes Formações Discursivas, mobilizando posições-sujeito que são pelo menos muito diferenciadas, senão antagônicas. Focando nosso recorte, tais diferenças podem ser apreendidas através de marcas linguísticas diferentes, que funcionam como pistas de diferentes posições-sujeito. Refiro-me especificamente aqui a dois sintagmas preposicionais aparentemente sinônimos que ocorrem no recorte discursivo acima. O primeiro – *direito à propriedade* – ocorre no *caput* do artigo 5º e o segundo – *direito de propriedade* – encontra-se no item XXII, deste mesmo artigo.

À primeira vista, pode parecer que esses enunciados discursivos expressem a mesma coisa, mas, de fato, produzem efeitos de sentido bem diferentes, pois estão estruturados a partir de preposições diferentes: *de* e *a*. Regências nominais diferentes – *direito à* e *direito de* – desencadeiam aqui efeitos de sentido igualmente diversos.

No primeiro caso, cuja ocorrência encontramos no *caput* do referido artigo, estamos face ao *direito à propriedade*, que é garantido a todos os brasileiros. Ou seja, todo brasileiro, independentemente de raça, credo, cor ou classe social terá *direito de ter acesso à propriedade*. Não lhes será vetada a *possibilidade de almejar e /ou possuir uma propriedade*. Este é um direito que lhes é plenamente assegurado.

Já na segunda ocorrência, proveniente do item XXII do mesmo artigo, estamos face a *direito de propriedade*. Neste caso, está-se garantindo a propriedade a quem já a possui. Como se vê, não se trata de nenhuma redundância nem é possível aí identificar uma relação de sinonímia.

Retomando, então: o *caput* do artigo 5º trata do direito que qualquer cidadão tem de almejar e/ou possuir uma propriedade. Diria mesmo que por estar no *caput* oferece um olhar mais amplo que se superpõe ao que está posto no item XXII.

O item XXII, por sua vez, um desdobramento do artigo 5º, que deveria definir os termos em que é possível aceder à propriedade, trata, na verdade, de assegurar àqueles que já a possuem o seu direito sobre ela, seu direito de conservá-la. Por conseguinte, há entre estes dois enunciados, inscritos no mesmo artigo, uma contradição que revela a presença de diferentes posições-sujeito ideologicamente opostas, inscritas no texto constitucional, em uma relação de contiguidade, pois tanto a posição sujeito que prega o *direito à propriedade* quanto a posição de sujeito que estabelece o *direito de propriedade* encontram-se contempladas e inscritas no mesmo artigo, embora em posições hierárquicas diversas, daí decorrendo a ambivalência de sentidos presente neste recorte discursivo, a qual é indicativa da tensão existente entre estas diferentes posições-sujeito, de forma que o direito que é assegurado pelo primeiro enunciado, de certa forma, é relativizado pelo segundo, não importando a natureza da propriedade, se é terra produtiva ou não, nem tampouco levando em consideração se a terra possuída seja ou não um latifúndio.

Assim, estes dois enunciados discursivos em situação de co-ocorrência no mesmo artigo do texto constitucional ilustram bastante bem a heterogeneidade das vozes constituintes e que se fazem presentes no texto constitucional. O primeiro enunciado discursivo – *direito à propriedade* - vem de um sujeito que se identifica com uma formação discursiva que desejava ver garantido este direito a todos os cidadãos e não somente àqueles que ocupam uma posição social e econômica privilegiadas. Este sujeito discursivo representava as forças progressistas do país, presentes na Constituinte, as quais defendiam a reforma agrária e “*a função social da terra*”, tal como está expresso no item XXIII deste mesmo artigo 5º. De certa forma, o enunciado discursivo expresso pelo item XXIII sugere a possibilidade de que os grandes latifúndios sejam objeto de uma redistribuição de terras.

Entretanto, essa possibilidade fica apenas subentendida. Ela faz ressoar no texto constitucional vozes que se manifestaram e se manifestavam em outros lugares, em outros discursos, mas que não tiveram poder de impor e inscrever o latifúndio explicitamente como objeto de reforma agrária. Tais continuam a ressoar desde outros discursos, funcionando como uma presença-ausente na Carta Magna. No confronto de forças, elas apenas sussurram, trazem o eco de discursos produzidos em outro lugar.

Já o segundo enunciado discursivo – *direito de propriedade* – vem de um sujeito que se identifica com uma Formação Discursiva que defende o direito dos latifundiários às terras que possuem e que, no momento da elaboração da Constituição, garantiram que esses direitos fossem explicitamente formulados. Este sujeito representava as forças conservadoras na Constituinte, defensoras das grandes propriedades rurais e contrárias à Reforma Agrária em terras privadas, independentemente se tais terras cumpram ou não a *função social da terra*, tal como propugnava a UDR, representada na Constituinte de 88. E essas vozes não sussurravam, elas falavam alto e bom som.

Como se vê, estas duas posições-sujeito, identificadas pelo viés das diferentes regências nominais de que os enunciados discursivos são portadores, representam diferentes vozes da sociedade, remetem a interesses de diversas classes sociais, mostram anseios que não identificam um único sujeito, mas remetem a dois sujeitos históricos, inscritos em Formações Discursivas antagônicas. Trata-se de enunciados, cujos efeitos de sentido se excluem mutuamente no âmbito de uma mesma FD e refletem o rumor das vozes que se confrontavam na Constituinte e ainda se defrontam na Constituição e o clamor de vozes que se manifestavam no corpo social.

São enunciados que, de direito, só poderiam encontrar-se no interdiscurso, espaço em que todos os sentidos são possíveis. No entanto, no texto constitucional, eles ocorrem em relação de contiguidade, comparecendo no interior de um mesmo artigo. Tal fato revela que este texto é marcado pela heterogeneidade de sentidos e diversidade de vozes, daí decorrendo a contradição como propriedade discursiva senão da totalidade do texto

constitucional, pelo menos do recorte em análise. Dois sintagmas diferentes que apontam para efeitos de sentido diversos e até mesmo antagônicos presentes no mesmo artigo da Constituição são sinalizadores do embate entre forças sociais desiguais.

Tal fato permite retomar uma questão levantada na seção anterior: a função-autor no caso do texto constitucional não conseguiu ocultar totalmente os diferentes sentidos produzidos a partir de lugares sociais tão diversos. Nele, permaneceram algumas marcas de sua exterioridade e heterogeneidade e seu pretendido efeito de unidade expõe, na verdade, uma certa ambivalência e o confronto que a Constituição abriga.

4 EM BUSCA DE UM “EFEITO-FECHO”

É com base no primeiro enunciado discursivo – *direito à propriedade* – que o MST e todos os outros movimentos de sem-terra se organizam para reivindicar a desapropriação do latifúndio para fins de reforma agrária. E o segundo enunciado – *direito de propriedade* – serve de fundamento para combater a bandeira dos sem-terra, qualificando suas ocupações como invasão da propriedade privada e de formação de quadrilha. Como se vê, estes dois enunciados, inscritos no mesmo artigo do texto constitucional, amparam ações de classes sociais muito diferentes, que se defrontam em seus interesses e em seu discurso. Trata-se de uma divisão entre o *poder* de um dos lados e a *resistência* marcada pelas ações políticas de ocupação, de outro. A Constituição é de 1988. Mas este litígio, embora mais enfraquecido em nossos dias, está longe de acabar.

Um texto como este, marcado pela heterogeneidade, pela ambivalência e pela contradição, ao sinalizar a presença dessa divisão, revela que a unidade de significação e a coerência reivindicadas pela linguística textual como qualidades textuais são mera ilusão. E mostra também que todo esforço empreendido pela função-autor para apagar as marcas da heterogeneidade resulta frequentemente vão. Em que pese todo seu trabalho discursivo de construção de uma costura perfeita e invisível, que torne

imperceptível a presença do discurso-outro e que possibilite a construção textual como uma homogeneidade imaginária, responsável pelo efeito de coerência e do conseqüente efeito-texto, a heterogeneidade do texto acaba, por vezes, por fazer-se mais visível, deixando à mostra uma costura não tão perfeita e uma superfície textual um pouco menos lisa que expõe a rugosidade do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALLO, S. L. *Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva*. Blumenau: Nova Letra, 2008.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura. *in*: ERNST-PEREIRA; FUNCK, S.B. (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: EDUCAT, 2001.

_____. A escrita à luz da Análise do Discurso. *In*: CORTINA, A.; NASSER, S. M. G da C. (Orgs.). *Sujeito e linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

_____. Estudos da linguagem: a leitura sob diferentes olhares teóricos. *in*: Tfouni, L.V. (Org.). *Letramento, escrita e leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

ORLANDI, E. Segmentar ou recortar? *Série Estudos*. Uberaba, n. 10, p. 9-26, 1984.

_____. Nem escritor, nem sujeito: apenas autor. *in*: _____. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

RANCIÈRE, J. *La Méésentente*. Paris: Galilée, 1995.

PSICOLINGUÍSTICA DO BILINGUISMO

Ingrid Finger*

INTRODUÇÃO

Todos os indivíduos têm potencial para adquirir e usar a língua ou as línguas a que são expostos desde a infância. Mas muitos são também capazes de se comunicar em mais de um idioma. Atualmente, o número de pessoas que usam mais de uma língua em sua vida diária ultrapassa o número daqueles que são capazes de se comunicar somente em um idioma, sendo que a maior parte das línguas adicionais que dominamos são aprendidas na vida adulta, após a língua materna ter sido adquirida. Essa constatação tem levado, nas últimas três décadas, a um aumento considerável no interesse, tanto no meio acadêmico como na mídia, por temas relacionados ao bilinguismo adulto e infantil.

Nas pesquisas envolvendo populações bilíngues, mais especificamente, uma das áreas de pesquisa que muito tem se ampliado é a chamada Psicolinguística do Bilinguismo. Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo fazer uma breve apresentação dessa crescente área de pesquisa. Para isso, iniciaremos com uma apresentação da área conhecida como Psicolinguística e, a seguir, discutiremos o conceito de Bilinguismo, contrastando-o com as áreas de pesquisa denominadas na literatura de Multilinguismo e de Aquisição de Segunda Língua. A seguir, apresentaremos a concepção atual de bilinguismo. Por fim, nas seções finais, abordaremos as linhas de investigação bem como os métodos experimentais empregados na pesquisa realizada sob o escopo da Psicolinguística do Bilinguismo.

* Professora do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da UFRGS. Professora de Linguística do PPG-Letras da UFRGS.

1 O QUE ESTUDA A PSICOLINGUÍSTICA

A Psicolinguística é o campo de pesquisa que investiga os fatores psicológicos ou neurobiológicos que tornam o ser humano capaz de adquirir, compreender e usar a linguagem. Em outras palavras, a Psicolinguística investiga a forma como as línguas são adquiridas e de que modo a comunicação através de uma língua oral ou de sinais é produzida e compreendida pelos indivíduos. Os psicolinguistas estão interessados em compreender o que as pessoas são capazes de fazer com as línguas, como elas aprendem, de que modo usam as línguas que dominam e quais processos, mecanismos e procedimentos subjazem a aquisição e uso da linguagem. Para isso, usam técnicas e procedimentos de pesquisas originados principalmente na Psicologia Cognitiva, com rigoroso controle metodológico. A Psicolinguística possui natureza interdisciplinar, sendo estudada por pesquisadores de vários campos, tais como Linguística, Psicologia, Ciências Cognitivas, Neurociências e Informática.

O uso da linguagem na interação com outros falantes ocorra com aparente facilidade e rapidez e de forma automática no nosso dia-a-dia. Mas esse uso envolve um sofisticado processamento cognitivo e esse é justamente o escopo dos estudos na Psicolinguística. Em outras palavras, os psicolinguistas concebem a linguagem como uma espécie de janela para a cognição. Nesse sentido, a investigação psicolinguística reside na busca de uma maior compreensão sobre como ocorre o processamento da linguagem na mente/cérebro dos seus usuários, ou seja, sobre quais são os processos cognitivos envolvidos no uso cotidiano da linguagem.

Os estudos psicolinguísticos investigam como ocorrem os processos de compreensão – ou recepção – e de produção da linguagem, tanto na língua falada ou sinalizada como na língua escrita. Mas os processos de compreensão e de produção da fala são governados por processos cognitivos superiores e de domínio mais geral, como a atenção, a memória de trabalho, os sistemas de memória declarativa e procedimental, o controle cognitivo, dentre outros. Mais recentemente, principalmente na área do bilinguismo,

esses processos cognitivos de domínio mais geral, não exclusivos ao processamento da linguagem, também vêm sendo cada vez mais investigados nos estudos psicolinguísticos, justamente devido ao papel primordial que tais mecanismos cognitivos exercem no processamento da linguagem. Nesse sentido, seu escopo é amplo, pois a Psicolinguística investiga em que medida os processos de compreensão e produção da linguagem que caracterizam a comunicação humana sofrem influência de mecanismos gerais responsáveis pelo processamento cognitivo.

Finalmente, é importante salientar que, nos estudos psicolinguísticos, o processamento de uma ou mais línguas é concebido como uma atividade cognitiva e não são abordadas as dimensões social e intencional das atividades que envolvem a linguagem humana, como por exemplo do fato de que os falantes usam as suas línguas para atingir determinados objetivos no mundo ou de que usam um tipo peculiar de linguagem dependendo do grupo de pessoas com quem estão interagindo.

2 AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA, BILINGUISMO E MULTILINGUISMO

Aquisição de Segunda Língua e Bilinguismo são às vezes vistos como disciplinas distintas e outras vezes como sinônimos, ou como campos de pesquisa que se sobrepõem (Ortega, 2009). Por um lado, os estudos na Aquisição de Segunda Língua dão ênfase aos estágios pelos quais o aprendiz – normalmente adulto – transita no decorrer do desenvolvimento da língua adicional, bem como à variedade de fenômenos que interferem e determinam o sucesso dessa aprendizagem em variados contextos, como os efeitos da idade, as influências interlinguísticas, o papel do ambiente linguístico e do contexto social, as diferenças individuais entre aprendizes, etc. Como um campo de pesquisa, o Bilinguismo, por outro lado, tende a focar no produto que resulta da experiência bilíngue, ou seja, o que caracteriza o conhecimento e uso da linguagem em quem domina mais de uma língua, tanto no caso de crianças como de adultos. Os estudos de Bilinguismo analisam como as duas línguas do bilíngue são representadas no cére-

bro e interação entre si, e de que forma os falantes bilíngues são capazes de alternar entre suas línguas dependendo de necessidades específicas ou de intenções comunicativas. Tanto no caso da Aquisição de Segunda Língua como no Bilinguismo, a aquisição e o uso podem ser estudados a partir de perspectivas psicolinguísticas, sociolinguísticas e educacionais.

Os termos bilíngues e multilíngues são empregados para descrever indivíduos que são capazes de se comunicar em duas ou mais de duas línguas, respectivamente. Bilinguismo e multilinguismo não são, obviamente, sinônimos e vários estudos diferenciam o processamento da linguagem em grupos de bilíngues e de multilíngues (ver Cenoz; Jessner, 2000; Herdina; Jessner, 2002; Cenoz, 2003; dentre outros). Entre as principais diferenças entre os processos de aquisição de uma terceira ou uma quarta língua, em comparação com a aquisição de uma segunda língua estão a maior diversidade temporal e o maior nível de experiência linguística anterior, que pode servir como conhecimento base para uma nova língua.

3 DEFININDO BILINGUISTO

O termo *bilinguismo* também carece de uma definição mais precisa, já que seu significado depende, em larga medida, do contexto em que a expressão aparece. Bilinguismo pode ser usado para descrever conhecimento e uso de duas línguas por um mesmo indivíduo, contextos sociais em que duas línguas são usadas diariamente por um grupo de pessoas, escolas em que os conteúdos são ministrados em duas línguas (currículo bilíngue), etc. O que parece ser consenso entre os pesquisadores do bilinguismo é que os bilíngues trazem consigo um tipo de conhecimento e uso da linguagem que muito se distingue do conhecimento e uso da linguagem que caracterizam os falantes monolíngues. Por mais difícil que seja quantificar uma experiência de vida como o bilinguismo, é essencial que sempre se leve em consideração nas pesquisas o tipo de experiência linguística dos informantes. Por essa razão, ressalta-se aqui a necessidade de identificarmos de forma mais clara o que caracteriza o falante bilíngue, a fim de que

os dados obtidos em experimentos envolvendo esse tipo de participante possam fazer mais sentido.

Por muitos anos, os bilíngues foram vistos como a junção de dois monolíngues em uma só pessoa (na chamada Hipótese do Duplo Monolíngue, proposta por Saer, 1922). Poucos anos mais tarde, Bloomfield (1933) segue na mesma linha ao afirmar que os bilíngues possuem “controle nativo de duas línguas” (p. 56). Segundo a lógica dessa concepção, os bilíngues devem, nas suas duas línguas, demonstrar conhecimento e desempenho equivalentes em comparação aos falantes monolíngues de cada uma de suas línguas.

Grosjean (1985, 1997, 1998) se opõe fortemente à essa visão monolíngue do bilinguismo, chamando a atenção para o fato de que os bilíngues adquirem suas línguas em várias etapas da vida, e usam cada uma delas para atingir diferentes objetivos, em contextos distintos e na convivência com interlocutores diferentes. Para o autor, diferentes aspectos da vida do bilíngue exigem o emprego de línguas diferentes, característica que ele denomina de Princípio da Complementariedade.

De acordo com Grosjean (2013), o Princípio da Complementariedade dá conta da função que cada uma das línguas do bilíngue desempenha em sua vida. Por exemplo, a preferência por uma determinada língua no desempenho de funções internas ligadas à afetividade, como xingar, rezar, fazer contas de cabeça e contar piadas, por exemplo, dá pistas de qual a língua de preferência do bilíngue, que normalmente é a sua língua dominante (Mackey, 2000). Além da função, o Princípio da Complementariedade também se refere aos domínios de uso de uma língua, que se caracterizam pelas possibilidades de uso existentes na comunidade na qual o indivíduo está inserido.

A expressão *domínio de uso* foi empregada pela primeira vez por Joshua Fishman (1972) para descrever de que modo os falantes organizam o uso das suas línguas em contextos específicos e na medida em que esses contextos comunicativos determinam a variedade e o estilo das línguas usadas. Fishman (1972) cita a família, as amizades, a religião, a educação e o

trabalho como sendo os principais domínios de uso. Ainda no que se refere aos domínios de uso, Hamers e Blanc (2000) lembram, ainda, que o status de cada língua na comunidade na qual o bilíngue está inserido também exercerá um papel importante na proficiência do sujeito bilíngue.

Grosjean (1998) defende que o estado de ativação e de processamento das línguas do bilíngue podem se deslocar ao longo de um contínuo – *the language mode continuum* –, que vai do modo monolíngue ao modo bilíngue, passando por vários estágios intermediários de ativação e de processamento das línguas. Segundo o autor, em sua vida diária e de forma muito rápida, o bilíngue se desloca de um lugar a outro ao longo do contínuo, dependendo da situação em que se encontram, do tópico da conversa, de quem são os interlocutores.

Baker (2006) ressalta que não é possível identificar um indivíduo bilíngue considerando apenas a quantidade de fala (ou de sinalização, no caso de línguas de sinais) que ele é capaz de produzir em cada uma das suas línguas, porque, muitas vezes, mesmo tendo capacidade de se expressar oralmente em duas línguas, a pessoa pode demonstrar preferência em se comunicar em uma delas apenas ou, mesmo sendo capaz de se comunicar nas duas línguas, pode apresentar conhecimento linguístico mais limitado em uma delas. Dependendo da experiência de vida, a pessoa pode ter maior fluência na fala em uma língua e na escrita em outra, ou até mesmo dominar mais determinados tópicos de conversa em uma língua do que na outra, fato que reforça a afirmação de Cook (2003) de que os bilíngues possuem um sistema linguístico de maior complexidade, em comparação aos monolíngues.

O nível de conhecimento de vocabulário normalmente também varia de língua para língua, sendo raro encontrar dois indivíduos que possuam conhecimento comparável de vocabulário nas suas duas línguas. Isso porque o grau de bilinguismo de um indivíduo é determinado, em larga medida, pela frequência de uso, bem como pelo tipo de prática que é dedicado a cada uma de suas línguas, considerando-se também o fato de que o nível de proficiência em cada uma das habilidades linguísticas (compreensão,

fala/sinalização, leitura e escrita) pode variar de língua para língua por ser influenciado pela experiência de uso.

Essas ideias deram origem ao que hoje se considera uma *concepção atual de bilinguismo*, segundo a qual a maioria dos bilíngues não possui igual proficiência e fluência nas duas línguas que domina. Como os bilíngues adquirem suas línguas em momentos diversos, com objetivos diferentes, e convivendo com pessoas distintas em contextos diferentes, seu conhecimento de vocabulário poderá ser diferente em cada uma de suas línguas. Além disso, muitas vezes o indivíduo pode ter sotaque em uma de suas línguas, pois a proficiência é resultado da quantidade e qualidade de exposição à cada uma das línguas do bilíngue. Nesse sentido, a proficiência do bilíngue pode inclusive modificar durante a vida, pois depende diretamente do uso que o indivíduo faz daquela língua.

No contexto dessa concepção atual de bilinguismo, não há espaço para usar a competência monolíngue como parâmetro, com o objetivo de avaliar o nível de conhecimento de cada uma das duas línguas do bilíngue. Os bilíngues possuem características únicas em termos de conhecimento e uso de linguagem que não estão presentes nos monolíngues, ao mesmo tempo em que é virtualmente impossível para um bilíngue se tornar monolíngue. Ortega (2009) defende que podemos prever (ou esperar) que cada vez mais os pesquisadores se voltem para métodos e desenhos experimentais que sejam capazes de investigar o bilinguismo de aprendizes que são expostos cedo ou tarde a uma nova língua sem considerá-los “réplicas deficientes ou desviantes de monolíngues” (p. 27).

Como vimos, a experiência bilíngue é altamente dinâmica. Nesse contexto, um desafio enorme para os pesquisadores passa a ser desenvolver tarefas e procedimentos de pesquisa que sejam sensíveis o suficiente para capturar as várias dimensões relevantes do bilinguismo, dada à enorme variação individual no que se refere à experiência bilíngue.

4 A PSICOLINGUÍSTICA DO BILINGUISMO: LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

Na área da Psicolinguística, os estudos envolvendo participantes bilíngues são bastante recentes no Brasil. Nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa, entretanto, o interesse pela compreensão de como indivíduos que dominam mais de uma língua, sejam eles bilíngues ou multilíngues, acessam e usam suas línguas nos mais variados contextos possui uma tradição bem mais consolidada.

Um dos fenômenos mais fascinantes a respeito da fala bilíngue é a facilidade com que eles são capazes de acessar itens lexicais de ambas as línguas, sem confusão ou interferência, alternando o emprego dessas línguas muitas vezes até na mesma frase, um fenômeno conhecido na literatura por *code-switching*. Na tentativa de esclarecer como isso é possível, Weinreich (1953) descreveu três modos de organização do conhecimento de palavras no léxico mental bilíngue, que ele denominou de coordenado, composto e subordinado, uma nomenclatura usada também para classificar os tipos possíveis de bilíngues. Para ele, os bilíngues coordenados são aqueles que mantêm os conceitos e as formas das palavras nas duas línguas separados na memória, sendo que cada palavra em cada uma das línguas possui seu próprio significado. No caso dos bilíngues compostos, a palavra na L1 e sua tradução na L2 partilham de um significado comum, ou seja, um mesmo conceito pode ser acessado através de duas palavras distintas, uma em cada língua. Finalmente, no caso do bilinguismo subordinado, as palavras na língua mais fraca seriam interpretadas a partir das palavras da língua mais forte, mais dominante. O bilinguismo subordinado, característico dos estágios iniciais da aprendizagem de uma L2, daria lugar ao bilinguismo coordenado à medida que os aprendizes ampliam sua proficiência. A possibilidade de que diferentes tipos de organização lexical coexistissem na memória de um falante bilíngue foi apontada brevemente por Weinreich, e é mais explicitamente retomada em estudos atuais que analisam a forma como a memória bilíngue se estrutura.

Nesse sentido, uma das mais impactantes descobertas nas pesquisas sobre Bilinguismo nas últimas três décadas refere-se ao fato de que infor-

mações das duas línguas do bilíngue parecem estar ativadas mesmo que o contexto comunicacional determine a exigência de uso de somente uma delas (língua alvo) (Colomé, 2001; Costa et al., 2000; Kroll et al., 2006), um fenômeno denominado na literatura por ativação simultânea/ paralela ou interação interlinguística. Essa competição, que ocorre no momento em que o falante acessa as palavras que estão armazenadas na sua memória bilíngue e são necessárias para compreender ou produzir linguagem obviamente faz com que a língua não alvo – ou seja, a língua que o falante não tem intenção de usar – interfira em alguma medida no desempenho na língua alvo, sendo que efeitos desse tipo de interferência são encontrados em estudos comportamentais, de neuroimagem e eletrofisiológicos (ver, por exemplo, Rodriguez-Fornells et al., 2005; Wu; Thierry, 2010). Essa interação interlinguística tem sido relatada em experimentos envolvendo o processamento da leitura, da percepção de sons e também na produção da fala, em crianças e adultos bilíngues, em todos os níveis de proficiência e com várias combinações de língua (ver Kroll; De Groot, 2005, para uma síntese de estudos).

Assim, as pesquisas na Psicolinguística do Bilinguismo investigam como ocorre o processamento linguístico bilíngue, examinando as consequências da interação interlinguística na seleção lexical quando o indivíduo possui duas ou mais línguas em seu repertório, tanto em tarefas de compreensão como de produção da linguagem, envolvendo o processamento de sons, de palavras, de frases e também do texto/discurso. Todos os aspectos da linguagem – fonética/fonologia, morfossintaxe, semântica e pragmática – são foco de investigação nas modalidades de língua oral, escrita e de sinais.

Além disso, a interação dos mecanismos de processamento linguístico com outros sistemas cognitivos mais gerais, como os sistemas de memória, o controle cognitivo e a atenção, a emoção e a consciência também tem sido cada vez mais foco de investigação, a partir do pressuposto de que, como afirmam Kroll e Bialystok (2013), a experiência bilíngue afeta de forma única a mente e o cérebro e acarreta consequências profundas para a linguagem e para a cognição. As autoras argumentam que “as mentes

bilíngues são diferentes não porque o bilinguismo cria vantagens ou desvantagens, mas porque os bilíngues recrutam recursos mentais de forma diferente dos monolíngues” (p. 02). Como o cérebro humano é plástico e se molda a partir da experiência, pode-se assumir que há mudanças no cérebro e no processamento cognitivo que são moldadas pela experiência que resulta de ser bilíngue.

5 A PSICOLINGUÍSTICA DO BILINGUISMO: MÉTODOS EXPERIMENTAIS

Os métodos experimentais típicos dos estudos atuais na Psicolinguística do Bilinguismo (na verdade, isso também se aplica à pesquisa na Psicolinguística) visam capturar os processos, mecanismos e procedimentos empregados pelos falantes de forma automática nas muitas formas de uso que fazem das línguas que eles dominam. O objetivo dos pesquisadores é sempre avaliar de que forma as pessoas acessam e usam as línguas nos mais variados contextos, tentando isolar os efeitos dos mecanismos de consciência, controle e atenção.

Os primeiros experimentos em laboratório sobre como se os bilíngues acessam e usam suas duas línguas foram realizados pelo psicólogo norte-americano James McKeen Cattell (25 de maio de 1860 – 20 de janeiro de 1944). Cattell é considerado o pesquisador americano que ajudou a consolidar a Psicologia como uma ciência legítima, sendo o primeiro professor de Psicologia nos Estados Unidos (Universidade da *Pennsylvania*). Suas pesquisas envolvendo participantes bilíngues foram realizadas nos anos em que fez seu doutorado e depois trabalhou como assistente no laboratório de Wilhem Wundt, na Universidade de Leipzig, Alemanha. Com o auxílio de um cronômetro de gravidade modificado, Cattell investigou quanto tempo bilíngues levavam para responder tarefas envolvendo estímulos que incluíam letras e palavras (1886a,b,c; 1887). Com a ajuda do cronômetro, Cattell foi capaz de medir o tempo de reação (TR) dos participantes, em milissegundos, na medida em que eles liam letras e palavras ou nomeavam palavras e gravuras.

No paradigma experimental da Psicolinguística, a lógica da medida de tempo de reação é a de que os falantes farão um menor uso de estratégias e de planejamento controlado se houver pressão para que realizem uma tarefa rapidamente. Mais do que uma medida de velocidade de desempenho, a medida de tempo de reação avalia o processamento automático, e é vista como uma forma de medir o nível de dificuldade da tarefa e, consequentemente, do esforço necessário para completar a tarefa. Assume-se que, quanto maior o esforço, mais árduo e complexo é o processamento, ou seja, maior a demanda cognitiva que o processamento da linguagem na tarefa em questão exige do falante.

Obviamente, nem todas as tarefas que medem tempo de reação de fato acessam processamento automático. Tarefas que avaliam, por exemplo, leitura automonitorada, nas quais o indivíduo é solicitado a ler frases inteiras, mas que aparecem segmentadas na tela, ou seja, uma palavra ou um grupo de palavras de cada vez, medem o tempo que o participante leva para ler cada palavra ou grupo de palavras. Essas são medidas *online* de processamento, e refletem processamento em tempo real. Por outro lado, procedimentos como julgamentos de gramaticalidade ou tarefas que requerem interpretação semântica, em que os participantes leem uma frase ou palavra e devem decidir se ela é ou não aceitável ou qual a interpretação mais apropriada em determinado contexto, são consideradas medidas *off-line* de processamento e não medem processamento automático.

O tempo de reação nas tarefas experimentais é normalmente medido através de um dispositivo conhecido como caixa de botões (*serial response box* ou, simplesmente, *button box*), acoplado ao computador que é utilizado para a aplicação das tarefas. Existem softwares específicos que podem ser usados para o desenho de experimentos que avaliam tempo de reação, sendo que os mais usados são o *E-Prime* (<http://www.pstnet.com/eprime.cfm>) e o *PsyScope* (<http://psy.cns.sissa.it/>), usado somente em computadores Apple Macintosh.

Um aspecto de grande valia para a pesquisa sobre processamento bilíngue tem sido o desenvolvimento de ferramentas de investigação mo-

dermas que possibilitam conhecer as bases neurocognitivas do processamento online como, por exemplo, o rastreamento ocular (*eye-tracking*), os potenciais relacionados a eventos (ERPs) e a ressonância magnética funcional (fMRI). O rastreamento ocular é uma técnica que consiste no monitoramento do movimento dos olhos do participante enquanto ele lê uma palavra, frases ou um texto, ou quando ele ouve uma palavra isolada e é solicitado a reconhecer a palavra ouvida, clicando em uma de quatro gravuras que aparecem na tela do computador (cujos nomes, por exemplo, apresentam semelhança fonológica com a palavra ouvida). Esses experimentos normalmente têm como objetivo avaliar se as duas línguas do bilíngue estão ativadas em paralelo através da fixação ocular do participante ao ouvir e escolher a figura correta.

Potenciais relacionados a eventos e a ressonância magnética funcional (fMRI) são medidas de reação cerebral a um estímulo sensorial, cognitivo ou motor. Trata-se de uma forma de investigar de que forma o conhecimento de duas línguas interfere no funcionamento cerebral quando o indivíduo desempenha uma tarefa em apenas uma das línguas que domina. Essas ferramentas da neurociência têm contribuindo de forma importante para um enfoque experimental informado pelos estudos sobre processamento cognitivo e sobre o funcionamento do cérebro, ampliando o enfoque linguístico que tradicionalmente caracterizou a pesquisa em processamento da linguagem e do bilinguismo por décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKER, C. *Foundations of bilingual education and bilingualism*. 4 ed. Clevedon/ Avon: Multilingual Matters, 2006.

BLOOMFIELD, L. *Language*. London: Allen and Unwin, 1933.

CATTELL, J. The time taken up by cerebral operations, Part 3. *Mind*, v. 11, p. 377-392, 1886b.

_____. The time taken up by cerebral operations, Part 4. *Mind*, v. 11, p. 524-538, 1887.

_____. The time taken up by cerebral operations, Parts 1 & 2. *Mind*, v. 11, p. 220-242, 1886a.

CENOZ, J. The additive effect of bilingualism on third language acquisition: A review. *International Journal of Bilingualism*, v.7, p.71-87, 2003.

CENOZ, J.; JESSNER, U. (Eds). *English in Europe: The acquisition of a third language*. Clevedon: Multilingual Matters, 2000.

COLOMÉ, A. Lexical activation in bilinguals' speech production: Language-specific or language-independent? *Journal of Memory and Language*, v.45, p.721-736, 2001.

COOK, V. *The effects of the second language on the first*. London: Multilingual Matters, 2003.

COSTA, A.; CARAMAZZA, A.; SEBASTIÁN-GALLÉS, N. The cognate facilitation effect: Implications for the model of lexical access. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, v.26, p.1283-1296, 2000.

FISHMAN, J. Varieties of ethnicity and varieties of language consciousness. In: DIL, A. (Ed.) *Language and socio-cultural change: Essays by J. Fishman*. Stanford: Stanford University Press, 1972.

GROSJEAN, F. Bilingualism: a short introduction. In: GROSJEAN, F.; LI, P. *The Psycholinguistics of Bilingualism*. Wiley-Blackwell, 2013.

_____. Studying bilinguals: Methodological and conceptual issues. *Bilingualism: Language and Cognition*, v.1, p.131-149, 1998.

_____. The bilingual as a competent but specific speaker-hearer. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 6, p. 467-477, 1985.

_____. The bilingual individual. *Interpreting*, v.2, p. 163-187, 1997.

HAMMERS, J.; BLANC, M. *Bilinguality and bilingualism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HERDINA, P; JESSNER, U. *A dynamic model of multilingualism: Perspectives of Change in Psycholinguistics*, Clevedon: Multilingual: Matters, 2002. 182 p.

KROLL, J. F.; BOBB, S. C.; WODNIECKA, Z. Language selectivity is the exception, not the rule: arguments against a fixed locus of language selection in bilingual speech. *Bilingualism: Language and Cognition*, v.9, p. 119–135, 2006.

KROLL, J. F.; de GROOT, A.M.B. (Eds.) *Handbook of Bilingualism: Psycholinguistic approaches*. New York: Oxford University Press, p. 268-281, 2005.

KROLL, J.F.; BIALYSTOK, E. Understanding the consequences of bilingualism for language processing and cognition. *Journal of Cognitive Psychology*, v. 25, p. 497-514, 2013.

MACKEY, W. The description of bilingualism. In: WEI, Li (Ed.) *The bilingualism reader*. London: Routledge, p. 26–54, 2000.

ORTEGA, L *Understanding Second Language Acquisition*. London: Hodder Education, 2009. 304 p.

RODRIGUEZ-FORNELLS, A.; VAN DER LUGT, A.; ROTTE, M.; BRITTI, B.; HEINZE, H. J.; MUNTE, T. F. Second language interferes with word production in fluent bilinguals: brain potential and functional imaging evidence. *Journal of Cognitive Neuroscience*, v.17, p. 422–433, 2005.

SAER, D. J. The Effects of bilingualism on intelligence. *British Journal of Psychology*, v. 14, p. 25-38, 1992.

WEINREICH, U. *Languages in contact: Findings and problems*. The Hague: Mouton, 1953.

WU, Y. J.; THIERRY, G. Investigating bilingual processing: the neglected role of language processing contexts. *Frontiers in Psychology*, v. 1, n. 158, p. 1-6, 2010.

O TEMPO CONDICIONAL: QUESTÕES DE IDENTIDADE EM LÍDIA JORGE E HELDER MACEDO

Jane Tutikian*

*Louco sim louco porque quis grandeza, o Desejado,
O Encoberto...tudo. É a identidade nacional.*
(Helder Macedo)

*Não exageremos. No século XVI fomos os primeiros
a dar a volta ao mundo..."- disse um lojista emparvecido
com aquele movimento.*
(Lídia Jorge)

1 PENSANDO A HISTÓRIA, A IDENTIDADE E AS NARRATIVAS

Saber-se quem tem sido o grande desafio do homem ao longo de sua história, desde que o homem é homem, em qualquer lugar do mundo. Mais ainda, saber de seu espaço é *saber-se quem*, na medida mesmo em que é da natureza do bicho homem marcar território como forma também de justificar a sua existência. E, mais do que mais ainda, maior o desafio de *saber-se quem* quando mudam-se os tempos - tidos e havidos - os da modernidade, e instauraram-se os carregados de crises, de desafios, de solidão, impregnados do outro, e da substituição dos valores humanos pelos de mercado. E o futuro chega sem que tenhamos dado conta do presente e do passado.

* Professora Titular do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O impacto global, diante da quantidade de informação, do dinamismo, do grande jogo da cultura de risco e, sobretudo, na presença da alteridade, reflete sobre a tradição, obrigando ao estabelecimento de uma espécie de *identidade relacional*, como quer Álvaro Campelo.¹⁹

A busca da identidade, nesse fim/início de século, passa, então, pela recuperação de certos valores de raízes específicas, seja para resgatar a tradição, seja para tentar construir uma nova tradição, no mundo novo, no multiculturalismo, no fascínio da magia das tecnologias científicas.

Nesse sentido, o panorama geral da literatura portuguesa nos mostra que sua grande marca tem sido o diálogo com a História. De um lado, há certa quantidade de escritores instalados dentro da relação tradicional e, de outro, na relação de leitura crítica, de subversão da História, essa História complexa que, segundo Helder Macedo (2009), revela-se pelo movimento pendular entre uma idéia excessiva de grandeza e um sentimento excessivo de decadência. E, mais ainda, uma História que enfrenta duas revoluções simultâneas: a dos Cravos e a globalização. Para Macedo, “talvez que os escritores portugueses estejam confrontando de um modo particularmente evidente, porque concentrado num pequeno país com uma longa História, uma problemática comum a outros países europeus” (Macedo, 2009, p. 95).

Assim, além da leitura da História para “libertação” do presente, e da inclusão do ponto de vista dos excluídos, além da reavaliação da História imediata, do Salazarismo, da Revolução, da Colonização e da Descolonização, acresça-se, nesse diálogo/confronto este outro tempo, o nosso, como um desafio a mais na construção/ /desconstrução/reconstrução do processo identitário. É o que este trabalho pretende analisar nos textos ficcionais de Helder Macedo e de Lídia Jorge.

2 QUANDO TUDO É NADA: A IMOBILIDADE

¹⁹ Segundo Campelo, em *Pós-colonialismo e identidade*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998, as identidades são construções históricas praticadas na capacidade de coerência e de segurança que fornecem aos cidadãos e às culturas. Nesse sentido, a acreditação e comunicação da identidade passa pela capacidade que revela de ser relacional, possibilitando a abertura ao outro, embora sabendo-se quem.

Se a década de 70 é uma década de grandes mutações no campo ideológico, em que a falência da utopia se afirma, no campo científico e tecnológico, com o alarme de iminente perigo nuclear, civil ou militar; no campo da eletrônica e da informática, que transformam os Estados Unidos em uma nação hegemonicamente cultural, é também a década marcada pela “reivindicação, mesmo sob aspectos quiméricos, de múltiplas identidades culturais” (Lourenço, 1994, p. 32). De acordo com Eduardo Lourenço, “a década de 70, como nenhuma outra, mostrou a que ponto ‘a cultura’ não é apenas o verniz e o luxo neutros de uma sociedade, mas o seu cartão de identidade” (idem, *ibidem*).

Nesse contexto, a partir de 74, Portugal rompe com o discurso do totalitarismo e com a ilusão da grandeza do Estado Novo, voltando-se para a reabilitação dos valores nacionais e da cultura portuguesa. O discurso que, então, se evidencia, é o discurso antiépico, marcado pela busca da identidade. Se o nacionalismo está na raiz de tudo na cultura portuguesa, agora o discurso laudatório e messiânico recompõe-se como discurso crítico. É resultado da “repensagem da história portuguesa em revisão de sua existência”, a que alude Maria de Lourdes Netto Simões (1992, p. 600). Aí, a proposta maior de Lídia Jorge e de Helder Macedo.

Lídia Jorge promove a mitologização da História quando, revolvendo as visões míticas, as imagens espontâneas, portadoras de um caráter reflexo, cria sua própria mitologia a partir de materiais históricos, provocando a exageração da experiência cotidiana. Longe do caráter apologético, o mito é tomado como fator de desmascaramento, mas é também fator de desvendamento de princípios imutáveis localizados entre o cotidiano empírico e as mutações históricas, criando, no texto ficcional, espaço de reflexão e denúncia. O texto de Lídia Jorge, assim como o de Helder Macedo, ultrapassa os limites ficcionais para a colocação de teses históricas dialeticamente pensadas.

O dia dos prodígios pode ser traduzido como metáfora ou alegoria dos acontecimentos anteriores e posteriores à Revolução de Abril. Como o povo mítico de Vilamaninhos, parcela significativa do povo português não

chegou a reconhecer o momento histórico que vivia, não entendeu a mensagem trazida pelos soldados da Revolução, do mesmo modo como aqueles não entenderam o milagre que eles próprios representavam, a exemplo da cobra voadora. A autora propõe, por meio de uma simbologia mítica, a leitura crítica de uma parte da História portuguesa, em que rompe de vez definitiva com o grande mito de uma solução salvadora exterior, “caída” do céu, não buscada.

É de *O dia dos prodígios* a citação que se segue: “Ninguém. Ninguém se liberta de nada se não quiser libertar-se. E ainda disse. Mas aqui. Aqui ficam todos pelo desejo das coisas.” (Jorge, 1990, p. 203). Nesta obra, tudo funciona como duplicidade paralela, há a História e a história. As personagens são os portugueses, atores de uma História que não foi contada – a Revolução dos Cravos e suas consequências – senão através de uma história/parábola – *O dia dos prodígios* – “o breve tempo de uma demonstração”, em que desempenham um papel, portanto representação de si mesmos, estabelecendo a relação entre a arte e o real.

O cais das merendas, por sua vez, traz em seu substrato a ideia de condição de marginalidade de Portugal em relação à Europa e à própria América. Lídia Jorge nos coloca diante de uma história centrada entre o real e o irreal na experiência de um povo sem memória e sem identidade próprias. Seu herói é um Sebastião Guerreiro, que encontra no contato fácil com o estrangeiro a forma de sobreviver, numa alusão irônica e melancólica ao outro Sebastião. É a crítica ao processo de aculturação sofrido por um Portugal peninsular e periférico, marginal, na condição de nação abandonada por uma Europa madrasta.

Nesse sentido, *O cais das merendas* não é senão a crônica histórica de um povo que atinge o limiar do esquecimento de si próprio, um povo aldeão que procura e ao mesmo tempo perde a sua identidade ao ser transplantado, carnavalescamente, para um meio cosmopolita, onde há o desenraizamento cultural.

Lídia Jorge desmitifica e dessacraliza o espaço e subverte os elementos tradicionais, colocando à mostra a fragilidade do processo identitário

quando circunscrito a uma nova dependência cultural, dicotomizando autoafirmação e autonomia, voltando-se, essencialmente para o consumo ilimitado. A tópica do equívoco da própria concepção revolucionária, já aludida em *O dia dos prodígios*, desloca-se para o ambiente urbano em *Notícia da cidade silvestre* (1984), apreendendo, na transição do longo ciclo histórico do fascismo à Revolução, o confronto entre o homem novo que de fato produz e aquele que deveria produzir. O que se evidencia, paralelamente ao esforço de construção da democracia, é a degradação política, social e interpessoal, é todo um questionamento existencial voltado para a redefinição do próprio espaço, um espaço marcado pelo fim das utopias e dos mitos, no final da década de 70, pela crise geral de valores que traz consigo a crise da identidade.

A década de 80, por sua vez, num panorama geral, revela-se como a década da grande ruptura de uma herança histórica sacralizada. A História se modifica pela derrocada ideológica do mundo comunista. A Geografia restaura-se por um novo mapa geopolítico. A reunificação da Alemanha, as primeiras eleições livres nos países do leste, o PCI mudando de nome, nada disso deixa transparecer grandes mudanças em um Portugal, que luta com seus problemas internos. A modernização social choca-se com crescentes dificuldades financeiras e com a desorganização de uma sociedade expropriada e dotada de liberdade civil antes da econômica, permanecendo a desigualdade, acrescida da reabsorção dos retornados e desalojados da África, da baixa escolarização, do atraso industrial. E o tempo crítico se coloca entre 1976 e 1985. É evidente, também, que a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (1985) causou um choque profundo na economia e na sociedade portuguesas.

Culturalmente, a década de 80 traz consigo uma geração que se revela oposição à geração de 60. Distancia-se dos temas e paixões do 25 de Abril, desconfia do social, das ideologias que o cercam e do coletivo, colocando em seu lugar a confiança nas instituições, no mercado e no indivíduo. É a emergência do individualismo e do narcisismo contemporâneos, do hedonismo e da permissividade. Observemos, entretanto, que a comunidade

como vivência coletiva perde seu lugar, mas não se perde um certo consenso de portugalidade e de identidade nacional. Por outro lado, a Revolução Cultural que se desenhara com a Revolução não se concretiza. Não há, nessa década, movimentos culturais substantivos, mas personalidades dispersas.

Se a vaga de emigrantes dos anos 60 tornou a Europa “uma espécie de Estados Unidos ao pé da porta”, como afirma Eduardo Lourenço (1994, p. 141), desmitificando a Europa imaginária, mais tarde o grande turismo de massa e a globalização trazem não só a Europa, mas o mundo, e Portugal se depara com o multiculturalismo. O imperialismo americano é de um outro tipo, embora se reciclem nele mitos, imagens, discursos. É o imperialismo cultural, uma cultura que impõe, vendendo a mitologia democrática e o utopismo igualitarista e fraternal.

Aqui, encontramos-nos com *O jardim sem limites* (1995), cuja personagem central é o português da “Geração do Vazio”, os jovens sem rosto próprio e sem identidade, frutos da globalização e do multiculturalismo que, a exemplo dos habitantes de *O cais das merendas*, mas por razões outras, rompem com o passado, mas não têm espaço para agir porque “a vida estava pronta”.

É a primeira geração posterior ao 25 de Abril, uma geração que se depara com um não saber-se. Quando o mundo passa a ser determinado pela ideia pragmática de economia, quando, de fato, já não existem sistemas isolados, mas receptores de acontecimentos e ideologias provenientes de vários centros de irradiação, compreender qual o sentido do homem nesse específico tempo histórico num país que não se configura como uma sociedade de consumo forte nem como tecnologicamente avançada, eis o que aí se propõe. Temos diante de nós o homem português do nosso tempo, com seus problemas, seu caos, sua devoração e asfixia causadas pelas contradições múltiplas.

Aí, retomando a mitologização do séc. 20, Lídia Jorge abre a possibilidade de “diálogo franco com a História”²⁰, alinhavado pela descrença na

marcha da civilização. É o anti-historicismo, que Mielietinski (1987) toma de P.H. Rhav, segundo o qual, a consciência da crise da sociedade e da civilização, vincula-se à história nacional e aos costumes do seu tempo, expressando o medo e a desconfiança. E o mito desmascara o funcionamento social, e desvenda os princípios imutáveis, revisando criticamente o sistema como um todo. É como Lídia Jorge trabalha a mitologização para encaminhar à desmitologização, através de teses históricas dialeticamente pensadas.

Agora, o espaço é a Casa da Arara. Interessante observar, aqui, que a casa como constituição alegórica e simbólica da identidade nacionais é recorrente na obra de Lídia Jorge. Como bem observou Fornos (2009, p. 58), “diferentes etapas históricas de Portugal, podem ser observados na “Casa do Leborão”, na “Casa da Arara” e na “Casa de Valmares”, respectivamente presentes em *A última dona*, *O jardim sem Limites* e *O vale da paixão*. Podemos acrescentar, embora sem receber nomeação própria, a casa onde residem as personagens Carminha Palha e sua mãe, de *O dia dos prodígios* e, mesmo, o ateliê onde vive Júlia Grei, local de partida para a reconstrução da identidade da jovem, em *Notícia da cidade silvestre*. Ou, ainda, o edifício Goldini, em *Combateremos a sombra* (2007), onde se localiza o consultório do Dr. Orlando, e onde as histórias dos pacientes vão sendo urdidas.

Em *O jardim sem limites*, lançando mão da menea e da publicística, a autora joga um narrador homodiegético no centro de um microcosmo - a Casa da Arara, uma casa de propriedade de remanescentes da Revolução, em que se alugam cômodos para jovens - de onde vai observar e narrar dois núcleos: o de 60 (os Lanuit) e o de 80 (os jovens). Historicamente gerações em confronto. A primeira, a da utopia, a do social, a do coletivo. A segunda, afastada do 25 de Abril e das suas paixões, é individualista, colonizada por uma cultura mediática massificante.

É como Lídia Jorge nos coloca diante de uma devoração de tempo e espaço. As personagens são marginalizadas e se automarginalizam, há a solidão dos jovens e dos velhos, o esvaziamento de significação do passa-

20 Expressão usada por MIELIETINSKI, em *A poética do mito*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

do, do presente e do futuro já que, como quer Kenneth Burke (1969) essa solidão não é de natureza, mas de forças sociais e, nesse contexto em que se perde a identidade, *ser é ser semelhante a*.

Como não há possibilidade de recuperação do passado, e como não há valores históricos para colocar no seu lugar, as imagens nacionais produzidas são um nada, há, então, a busca da imagem nos mitos hollywoodianos:

De resto, ali estavam os cabelos revoltos de Gamito a quem chamavam Burt Lancaster, além da cara alongada de Osvaldo a quem chamava Al Pacino. Junto da maviola encontrava-se Falcão de quem não conhecia a alcunha, e encostado à porta, estava César, de nariz em forma de faca, também chamado por isso de Dustin Hoffman (Jorge, 1995, p. 13)

Leonardo, o *static man*, é Robert de Niro, e Falcão, afilhado mental de Orson Welles.

Quando os garotos assumem o nome dos artistas de cinema, fazem a apropriação simbólica da identidade, da língua, do discurso e do comportamento do outro. É a escolha feita na cultura mosaico que têm à sua frente, mas também na imposição americana, desde os anos 50, de sua presença e da essência da sua cultura a todos os países tendo na indústria cinematográfica sua grande difusora.

Assim, numa cultura colonizada, ser o outro é o mesmo que ser superior, logo, a imagem é superação do eu e submissão ao estereótipo. É a descrição metafórica de uma sociedade despreparada para um outro tempo e sem autoestima.

Tenta-se transformar o feito do Static Man, o recorde de imobilidade, em um feito coletivo, “Isto é, o rapaz de branco, de longos cabelos empastados em color cream, não era um palhaço, era um atleta a treinar-se para o Guinness Book. “Ah! Assim, sim! Já teremos alguma vez batido um record mundial?” Não, ninguém se lembrava” (idem, p. 175-176).

O que se abala quando o jovem recusa o recorde:

De novo o nosso país não vai ganhar! Não vai entrar na corrida dos primeiros...” [...] “Quer dizer que não vai constar do livro? Se não vai constar do livro, não

consta da História, naturalmente!” Não era fácil compreender o que se passava e até a frase estivesse mal escrita.” Ouça, menino, pedimos-lhe que aceite! É a nossa vida também que fica em causa [...] (idem, p. 326)

É o coletivo que se abala pela recusa do recorde: significa mais uma perda para uma história nacional.

O livro constitui um labirinto que se vai construindo em espiral e o fio de Ariadne, é dado à narradora que vai buscando o sentido a partir do mapa da parede, através da associação de diferentes pedaços da realidade. Para afirmar adiante: “Limitei-me a assistir para conhecer. Não sou culpada.” (idem, p. 325). O que se recolhe deste conhecimento é um homem português sem saída, com seus problemas e sua asfixia causados pelas contradições de toda a ordem.

Na verdade, o labirinto do séc. 20 dá forma à angústia humana, à condição humana problemática. O ilimitado do jardim, aqui, é apenas a possibilidade, mas a possibilidade não admite perfeição. Sob outro prisma, chegamos à questão da imobilidade portuguesa, da estagnação e do aprisionamento ao passado glorioso que, ao longo da sua história literária, tem sido tema recorrente. A imobilidade – tal qual se lê em O jardim sem limites – levada ao extremo, é a morte.

O vento assobiando nas gruas (2003) e *Combateremos a sombra* também dialogam com este tempo. No primeiro, como bem observa Carlos Reis (2003, p. 20), “germinam fenómenos contraditórios que o fim de século português e multicultural incentiva: o sucesso musical de Janina Mata King, a fama interposta pela televisão, o tráfico de droga, etc.” No segundo, *Combateremos a sombra*, quem deita no divã do Dr. Osvaldo Campos, através de seus pacientes, é um Portugal desencantado com o que percebe ser.

É como que Lídia Jorge desmistifica e dessacraliza o espaço e subverte os elementos tradicionais, colocando a mostra a fragilidade do processo identitário circunscrito a uma nova dependência social e cultural.

3 QUANDO TUDO E NADA ANDAM JUNTOS: O NEVOEIRO

Desde *Partes de África* (1991), a identidade tem sido um tema recorrente na obra de Helder Macedo. Aí, neste primeiro livro pós-colonialista escrito em Portugal, o autor, através de um narrador não digno de confiança, constrói uma estrutura híbrida e fragmentada, estabelecendo um discurso ponte entre a tradição literária e a inovação.

Este mesmo narrador/autor desenha a própria “cartografia de uma identidade portuguesa”²¹, e o faz na medida mesmo em que transforma o objeto no qual se busca – as fotos da parede da casa paterna, em Portugal – na busca de si,²² nos tecidos da rememoração. Trata-se de “um condutor biograficamente qualificado das suas factuais ficções”. Ciente de que “ninguém voltou a existir por escrever nem por ser escrito”, revolve o processo colonialista, a estagnação e a decadência do Império. Esta cartografia desenha novo território: o da definição da identidade como um processo dinâmico, inacabado, a existir por infundável construção.

Partes de África surge num período de transição entre o que Portugal tinha sido e o que desejava ser. Segundo Helder Macedo (2009, p. 97), “nas zonas intervalares onde os valores absolutos se relativizam é onde as identidades circunstanciais se definem. Nunca ninguém é como foi nem como vai ser, só pode ser como está sendo, mesmo quando não dá por isso”. Nesse sentido, *Partes de África* e *A Costa dos Murmúrios* são paradigmáticos.

Ainda dentro do período histórico da transição, obra significativa é *Pedro e Paula* (1998), que, para dar visibilidade ao antes e depois da Revolução dos Cravos, tece, com maestria, o destino dos gêmeos. Faz de Paulo um alienado opressor satisfeito com sua própria alienação, mas faz de Paula [e este parece ser o papel reservado às mulheres do escritor], a possibilidade da mudança, personificando o desassossego potencialmente libertador. Quer dizer, os gêmeos representam a geração portuguesa do pós-guerra:

Pedro, conservador, é o velho Portugal de estruturas políticas e sociais fechadas, colonialistas; Paula, por sua vez, é o novo Portugal, aquele aberto ao movimento de mudança.

A mulher e a História voltam na grande alegoria que é *Sem Nome* (2004). Falar da identidade de Júlia é o mesmo que falar da geração produzida pela Revolução. Do ponto de vista do tempo, o mesmo de *O Jardim sem limites*, mas de uma outra perspectiva; lá, os fantasmas exteriores, construídos; aqui, os do passado, herdados. O reconhecimento que Júlia faz de si mesma passa pelo conhecimento da História recente de Portugal, e pela mesma compreensão da construção/desconstrução das identidades, respaldada pela ambivalência real/ imaginário. “A sua mentira tornou-se numa falsa verdade que, por poder ser assumida como verdadeira, simultaneamente se torna libertadora dos fantasmas do passado e torna possível um futuro libertado desses fantasmas. Mas isso é a natureza da História, não é? O que geralmente se entende como História não é a História como aconteceu, é a escrita da História, é uma ficcionalização do passado da perspectiva do presente.”, afirma Macedo (2009, p. 100). Assim, Júlia, através da sua mentira, conseguiu encontrar uma verdade própria que se tornou na sua própria verdade, ou seja, a sua identidade pessoal e social.

Natália, romance-diário de 2008, se insere na mesma linhagem, quando seu eixo propulsor configura-se na pergunta “Quem sou eu?”, pergunta esta que determina a percepção de vida e imaginação de uma jovem mulher, órfã de pai e mãe, assassinados na Argélia pouco antes de 1974 pela polícia secreta portuguesa e criada pelos avós.

É, entretanto, em *Vícios e Virtudes* (2002), que a criação de Helder Macedo expõe de forma mais completa e aberta a experiência da identidade nacional. Nesse sentido, independente das marcações temporais de sua produção, constitui o epicentro de sua obra.

Helder Macedo, com seu narrador principal - de uma multiplicidade de pontos de vista - partícipe inteiro do texto que se constrói, um escritor/historiador, privilegiado intelectual de olhar acintosamente crítico e irônico, arquiteta o romance a partir de uma ideia de livro, que serão livros- “Al-

21 Referência ao título do artigo de Isabel Gould, “Partes de África: cartografia de uma identidade cultural portuguesa. Publicado na *Luso-Brazilian Review* – v. 42, n1, 2005, p. 232-234.

22 Referência ao título do artigo de Isabel Gould, “Partes de África: cartografia de uma identidade cultural portuguesa. Publicado na *Luso-Brazilian Review* – v. 42, n1, 2005, p. 232-234.

terIdades” de Francisco de Sá e “Vícios e virtudes” do segundo autor/narrador, que se confunde com o próprio Helder-, sobre uma Joana, que se faz duas, e seus mistérios. Um jogo em torno de convergências e ambiguidades que leva o autor a perguntar: “[...] isto afinal é um romance histórico, uma história de fantasmas, uma ópera ou uma novela policial?” (idem, p. 147).

O romance traz uma estrutura observada por Teresa Cristina Cerdeira (2002) como especular: “em que amor e morte, perdas e ganhos, verdades e traições, vícios e virtudes aparecem lado a lado, como as necessárias faces de uma moeda ou como o verso e o reverso das cartas do baralho...”.

Às colocações de Cerdeira, acrescentamos os dois principais eixos formadores da diegese: Joana da Áustria, quinhentista, - a mãe de D. Sebastião, de um lado, de outro, simplesmente Joana, a reencarnação da primeira ou a “revolucionária capitalista”, pós-moderna. É o desenvolvimento paralelo da história de duas mulheres - querendo ser uma - em dois tempos diferentes. É a partir das Joanas - convergências -, que a especularidade se estende: D. Sebastião, filho da Joana da Áustria, de um lado, o grande ausente, de outro, o menino morto, filho da Joana, a outra, a pós-moderna, cuja morte anuncia na hora do ato amoroso e, de cuja existência se duvida.

Em outras palavras: tempo *versus* tempo; século 15 *versus* século 20; passado *versus* presente; tradição *versus* globalização, e a grande tese que aí se defende é a destruição da correspondência secular entre o sebastianismo e a identidade nacional:

Louco sim (diz o primeiro escritor) louco porque quis grandeza, o Desejado, o Encoberto... Tudo. É a identidade nacional.

E o segundo:

Tocou-me numa das minhas fobias, estou farto dessa, dos que falam da identidade nacional como se fosse gente:

“Uma ova. Uma ova a identidade nacional, não há tal coisa. Há pessoas e circunstâncias. Mudam umas, mudam as outras, muda a identidade nacional. E se muda já não é a mesma, deixa de ser o que era, de modo que não há.”

O primeiro:

“Então, pá, até há livros sobre isso! Tens cada uma!”

A que o segundo responde:

“Pois há. Mas a dizer tudo ao contrário. O sim pelo não e o não pelo sim.” (Macedo, 2002, p. 30)

É por este caminho que Vícios e virtudes se inscreve no confronto dialógico com a História, rompendo com os conceitos vinculados à tradição. A racionalidade passa a servir a uma outra afirmação que não a da ideologia dominante, seja ela resultante ou não da memória coletiva. O ceticismo e a iconoclastia se alojam, dessacralizando, como Lídia Jorge, espaços e ideias, revisando os próprios modelos nacionais estáveis.

Em *Vícios e virtudes*, o segundo autor/ narrador reconhece o sebastianismo como mitologia lusa e princípio eternamente vivo - e contrapõe-se a isso. Reconhece o seu eterno repetir-se como eterna espera, incorporando-se à identidade nacional e concretizando uma espécie de imobilismo alicerçado num insistente olhar voltado para o passado. E assume a sua interpretação de forma não apologética que se pode traduzir por uma espécie de desmitologização, abrindo espaço para uma outra possibilidade de reconhecimento da identidade nacional ou mesmo a recusa à identidade. “Ou então, sei lá, o nevoeiro sebastiânico é agora o mesmismo universal da globalização. Ou, se vale tudo, a globalização é já o Quinto Império traduzido em inglês [...]” (idem, p. 136).

Aí, de fato, “o bônus é que acaba com o sebastianismo antes de começar”, ele, o fato, a História, tem outros desdobramentos: “o problema é que é sobre gente que não é o que é. Que é e que não é. Sobre coisas que acontecem quando não acontecem” (idem, p. 236).

Assim, em Helder Macedo, o mito é produtor de ações e acontecimentos que se fazem protótipos eternos, contra o que luta, portando a frustração em relação à própria História e o que de alienação produz.

À descoberta do primeiro autor, o Francisco de Sá, o segundo contrapõe sua melancolia.

Diz o primeiro:

Ela (Joana, até porque o passado é masculino e o presente feminino) é a Pátria. A identidade nacional. [...] Mulher moderna²³. A Nova Nação. A parecer mais nova do que é [...] Tem de se lhe dar outro nome para o leitor não perceber logo. A Sombra²⁴, porque é uma projeção de todos nós. Olha, aquilo que tu próprio disseste há pouco de ela ser feita de pedaços dos outros. Ou então a Noiva, porque continua à espera. Mas não é o Marido Velho quem ela espera. É o Noivo-Filho que já morreu. [...] A Negra é o antigo império. A descolonização porque já não parece negra. Por isso é que acompanha o Velho. Restos do passado de que ainda temos de nos liberar. [...] é preciso ter esperança no futuro. Olhar para a frente. Aí temos que mudar um pouco os fatos. (Macedo, 2002, p. 234)

Diz o segundo:

[...] Pena é que seja necessário modificar os fatos. O melhor é esperar por D. Sebastião quer venha quer não. Também já o dizia o Pessoa, não é? E nós a acreditarmos. O pior é que entretanto a vida continua com os fatos lá dela. E nós sem sabermos desejar o que há (idem, ibidem).

O último e grande jogo especular proposto por Helder é sebastianismo *versus* globalização: em ambos, a identidade é apresentada como um mesmo nevoeiro. “De modo que agora”, tanto do ponto de vista individual quanto nacional, “o resto é isto. Perguntas sem respostas. Mas talvez também, com alguma sorte, algumas respostas a perguntas que não foram feitas. Ao sim disfarçado em não. Tempo condicional.” (idem, p. 236).

4 DESCONSTRUINDO PARA CONSTRUIR

Nesta época de planetarização em larga escala, quando se renova o conceito de fronteira, deslocando-o para os fatores culturais; quando o conceito de nação deixa de ser universal para colocar-se sobre os fundamentos que formam a identidade; quando a globalização e o multiculturalismo disseminam um diálogo cultural monológico regido pela força do capital e do avanço da revolução tecnológica e das comunicações, o *saber-se quem* está lá. É assim quando a literatura alerta para a fragilidade de uma

identidade quando condenada a um passado idealizado, eternamente presentificado ou, ainda, quando alerta para a fragilidade de uma identidade quando circunscrita a uma nova dependência sociocultural emanada de centros econômicos mais fortes. Pressupostos ancorados à ideia de que a vida está pronta, como em Lídia Jorge, ou de um tempo condicional, como em Helder Macedo.

É como ambos os escritores se ocupam da identidade, uma identidade permanentemente em revisão pelo respeito à História feita de histórias, as outras, as que eles contam, que, segundo Ruggiero Romano (1994), passa por que se possa construir modelos de interpretação do passado que possibilitem entender o presente, instaurando a liberdade para a construção da projeção do futuro e, mais do que isso, para a construção de uma nova percepção (e aqui parafraseio Helder Macedo) das circunstâncias e das pessoas. O pós-25 de Abril tornou enfim possível análises dessa ordem. Primeiro, da revisão da sua história imediata ao pós-colonialismo, de que Partes de *África*, de Helder Macedo, e de que *A costa dos murmúrios*, de Lídia Jorge são, como já afirmado, os melhores produtos. E, depois, e sobretudo, a permeação história/ficção pela renovação da narrativa, como forma-tema-exigência do pacto com o leitor, não pela gratuidade do ato de experimentação, mas pela busca mais próxima da representação do homem português do nosso tempo.

É assim em Lídia Jorge, quando denuncia o esvaziamento da identidade, tornando um tudo um nada; é assim em Helder Macedo, quando recusa uma identidade baseada apenas na tradição, mas o que tem à frente é nevoeiro, tal qual o passado, e coloca lado a lado o tudo e o nada.

Quer dizer, ambos os escritores põem em evidência todo o imaginário nacional que, ao longo da História, formou as configurações culturais de Portugal e do homem português, e o desconstroem. Agora, o passado deixa de ser bússola. A fortuna é a construção do futuro, ainda nevoeiro, ainda condicional, ainda, ainda no nosso tempo. E, nesse sentido, Lídia Jorge e Helder Macedo exemplares. Se para Guillén os grandes romances são ficções que não mentem, então é lícito dizer que os grandes romancistas

23 Entenda-se, no texto, por mulher moderna, a mulher liberada, a que “pertence a um e a outro”.

24 Segundo Mielietinski é “o outro lado da alma”, expressão da parte inconsciente não diferenciada do todo.

são os que não nos enganam. São os capazes de, desbravando os avessos da História, falsificar a verdade para revelar quem verdadeiramente somos e tiram do nada o tudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPELO, Álvaro et alii. *Pós-colonialismo e identidade*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998.

CORREIA, Pedro Pezart. A descolonização. In: *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Printer Portuguesa, 1996.

GOULD, Isabel, Partes de África: cartografia de uma identidade cultural portuguesa. In: *Luso-Brasílian Review*, 42, 2005.

FORNOS, José L. Lídia Jorge: territórios da paixão e da escrita. In: *ABRIL – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, Rio de Janeiro, 2, 2009.

JORGE, Lídia. *Combateremos a sombra*. Lisboa: Dom Quixote, 2007.

_____. *O vento assobiando nas gruas*. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

_____. *O jardim sem limites*. Lisboa: Europa-América, 1995.

_____. *O dia dos prodígios*. 6. ed. Lisboa: Europa-América, 1990.

_____. *A costa dos murmúrios*. Lisboa: Europa-América, 1988.

_____. *Notícia da cidade silvestre*. 6. ed. Lisboa: Europa-América, 1984.

LOURENÇO, Eduardo. *Literatura e revolução. Colóquio Letras*, Lisboa, 78, 1984.

_____. *A Europa desencantada. Para uma mitologia europeia*. Lisboa: Visão, 1994.

MACEDO, Helder. *Natália*. Lisboa: Editorial Presença, 2009.

_____. *Sem nome*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

_____. *Vícios e virtudes*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Pedro e Paula*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

_____. *Partes de África*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

MACEDO, Helder. Jane Tutikian entrevista Helder Macedo. In: *Conexão Letras*, Porto Alegre, 4, p. 95, 2009.

MIELIETINSKI, E. M. *A poética do mito*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

REIS, Carlos. Lídia Jorge: Em busca do final feliz. Trabalho de casa. In: *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Ano XXIII / número 858. De 20 de agosto a 2 de setembro de 2003.

ROMANO, Ruggiero et alii. *Cultura e identidad nacional*. Mexico: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Fondo de Cultura Económica, 1994.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. *Caminhos da ficção*. Salvador: SCT, 1996.

TUTIKIAN, Jane. *Inquietos olhares: A construção do processo de identidade nacional nas obras de Lídia Jorge e Orlanda Amarílis*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

Meu caro Guilhermino... – ANÁLISE DE DUAS CARTAS de Murilo Mendes para Guilhermino Cesar

Lúcia Sá Rebello*

Luciano Rodolfo**

Virar a vida pelo avesso
A fábula com suas raízes
Mergulha na esfera branca.
Passado presente futuro
Tiro alimento de tudo.
[...].

Memória. Murilo Mendes

1 DE CARTAS E CARTAS

Há uma tendência grande de nomear genericamente os vários tipos de documentos de ordem epistolar sob um rótulo único e simples. De uma maneira geral, chama-se carta toda aquela narração em primeira pessoa dirigida a interlocutor(es) específico(s) e que trata tanto de assuntos de ordem privada quanto de generalidades do cotidiano. Não obstante saibamos que o termo comum indica somente uma primeira noção do tipo de escritura com o qual se vai tomar contato, e que revela também uma série de características muito peculiares a esses tipos de textos antes mesmo da sua leitura propriamente dita, há uma nomenclatura que delimita e circunscribe cada tipo de carta em um rol específico.

* Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da UFRGS. Professora de Literatura Comparada do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

Se a forma indica certa similitude entre os vários tipos de escrita epistolar – já que os mesmos obedecem a uma espécie de protocolo estrutural comum – no que tange ao teor, isto é, ao conteúdo das cartas há, basicamente, uma divisão que separa em dois grandes grupos os vários tipos de documentos de ordem epistolar, e que não deve ser negligenciada.

À primeira vista, podemos dividir os vários tipos de missivas nomeando-os da seguinte forma: de um lado as *cartas privadas* e de outro as *cartas públicas*. As primeiras, endereçadas a um interlocutor específico e particular, tratam, por exemplo, de assuntos que podem variar da amizade sincera ao amor exacerbado, passando pelos desejos e vontades sexuais explícitas; já as cartas públicas são destinadas à coletividade ou a vários destinatários e cujos temas perpassam a religião, a filosofia, a política, etc.

Especificamente sobre a correspondência privada, objeto central deste estudo, veja-se o que diz Ângela de Castro Gomes (2004):

[...] a correspondência privada é, com frequência, um espaço que acumula temas e informações, sem ordenação, sem finalização, sem hierarquização. Um espaço que estabelece uma narrativa plena de imagens e movimentos – exteriores e interiores –, dinâmica e inconclusa como cenas de um filme ou de uma peça de teatro. Um tipo de discurso multifacetado, com temas desordenados, que podem ou não ser retomados e desenvolvidos, deixando às vezes bem claro até onde se diz alguma coisa. (GOMES, 2004, p. 21)

Kiefer salienta a relevância desse tipo de divisão, por assim dizer, organizacional dentro do epistolar e observa ainda que alguns tipos de cartas públicas podem transcender a seara da comunicação e invadir o terreno da estética, fato que distinguiria, sobremaneira, os dois grandes grupos. Para o autor

[...] ainda que semelhantes enquanto forma, as cartas distinguem-se no que respeita ao conteúdo. Uma tipologia do gênero deveria levar em consideração, no mínimo, duas grandes espécies: as *cartas privadas* e as *cartas públicas*, as que se destinam a um único leitor, e as outras, endereçadas a vários ou à sociedade inteira. (KIEFER, 1994, p. 68)

Um fato que nos parece relevante e que dilata, corrobora e amplifica a divisão tipológica proposta por Kiefer e que acentua a necessidade de uma primeira separação das cartas para uma análise mais produtiva do material é o que diz respeito ao discurso propriamente dito, isto é, à completude das cartas públicas ou à incompletude das cartas privadas. Se por um lado as primeiras vaticinam, doutrinam ou ainda comunicam um tipo de mensagem que pode, por exemplo, ser de ordem messiânica e são dirigidas geralmente a uma gama enorme de interlocutores, percebemos que tais documentos são dotados de uma independência e de uma unicidade discursiva que não exige a resposta de outrem, não há a necessidade da contrapartida para sua efetiva totalidade textual.

Por sua vez as cartas privadas são essencialmente dependentes e só se perfazem quando as duas partes da correspondência estão à disposição para pesquisa. Essa dependência discursiva parece ter sido muito bem observada por célebres figuras da cultura brasileira e, aliás, foi usada como uma espécie de resguardo ao olhar alheio, indiscreto e imediato, disposto a perscrutar a intimidade pessoal em suas múltiplas possibilidades.

Mário de Andrade, por exemplo, legou seu espólio epistolar à Academia Paulista de Letras e determinou somente o exame póstumo do material, isto é, cinquenta anos após sua morte. É claro que Mário tinha uma noção exata da importância e da riqueza imensa de suas cartas, haja vista todo o seu apego e sua dependência na produção constante e inclusive massiva de missivas aos seus amigos. O autor de *Macunaíma* sabia que o material continha informações de suma importância não somente sobre sua vida, suas convicções e suas opiniões, mas também sobre as personagens e o cenário que compunham o todo de seu teatro epistolar. Cômico da multiplicidade informacional e da profundidade analítica constante no epistolar, Mário de Andrade não media esforços para manter ativa uma grande rede de interlocutores com os quais mantinha um debate profícuo acerca dos mais variados assuntos. Entretanto, a despeito de um nítido relevo discursivo particular, o “missivista contumaz” fazia questão de teorizar, polemizar e filosofar nos limites da carta, por exemplo, sobre o “abrasileiramento

do brasileiro”, sobre a língua e também sobre os limites e as possibilidades do próprio epistolar.

Por todos esses movimentos, contrariando a natureza imediata e particular do gênero epistolar, a atitude (in)consciente do escritor paulista deixa entrever um desejo de transcender a comunicação com um único interlocutor. Santos observa a tendência da correspondência de Mário visar ao coletivo e ao futuro e, assim, lembra que, “em toda a trajetória da correspondência marioandradina, existe o empenho em aprofundar e fecundar um legado às gerações futuras” (Santos, 1998, p. 293).

Mário tinha o dom de dilacerar as bases do epistolar que, às vezes, o fazem documento de mera comunicação trivial entre os indivíduos. O autor de *Macunaíma* explorava todas as possibilidades discursivas que uma carta pode ter, usando-a como espaço de experiência, sublimação e transcendência. Dessa forma, convertia sua força espiritual mais profunda na busca do discurso vivo que visava ao alento, ao entusiasmo e à energia, sem fechar, contudo, as portas ao debate loquaz sobre a tragicidade da vida.

Santos, ao estabelecer uma série de diferenças entre o epistolar e a memória autobiográfica, revela os porquês da quase dependência física a qual Mário estava submetido em relação à produção de suas cartas. A autora mostra ainda, segundo as próprias considerações do escritor paulista, a maior proximidade e a maior probabilidade de uma missiva se avizinhar a uma possível verdade, haja vista uma menor possibilidade de racionalização e deformação dos fatos vividos pelo missivista. Além disso, há a presença do destinatário, uma espécie de figura sacerdotal e testemunhal a ouvir atentamente as confissões do remetente na prática do sacramento redigido e envelopado.

Por outro lado, às vezes, também há intelectuais de sumo porte que simplesmente não atribuem valor substancial aos seus documentos epistolares e têm grande desapego e inclusive desprezo em relação aos mesmos. Machado de Assis, por exemplo, não era um entusiasta em relação às suas missivas. Em carta de 21 de abril de 1908, o autor de *Dom*

Casmurro revela a José Veríssimo que não via nas cartas “nada de interessante, salvo as considerações pessoais que conservarem para alguns”. Helen Caldwell vê na atitude do escritor outra conotação, uma tentativa deliberada de resguardo de possíveis análises literárias calcadas no estudo psicologizante e refratário de sua biografia em relação às suas obras. Assim, Caldwell observa que

Machado de Assis reteve deliberadamente os fatos de sua vida privada, pois aparentemente sentia que tais fatos não tinham nada que ver com sua vida espiritual e que o conhecimento deles traria somente empecilhos à apreciação de suas obras. (CALDWELL, 2002, p. 12)

José Veríssimo, um dos muitos interlocutores com os quais Machado manteve correspondência, revela atitude conscienciosa e velada em relação às cartas do amigo, bem como atribui aos documentos um estatuto de interesse maior, tanto literário quanto documental da época. Com essas certezas Veríssimo insinua ao Bruxo do Cosme Velho, em carta de 24 de abril de 1908:

[...] eu me não arrependo de lhe haver sugerido, n’um d’esses momentos de expansão da nossa amizade, a necessidade de providenciar sobre o seu espólio literário, dizendo-lhe com toda franqueza e sinceridade o muito que interessaria às nossas letras a publicação da sua correspondência, a julgar pela parte d’ella que Amim coubera receber. [...] A mim, que conheço quanto litterariamente, e ainda como documento psychologico e testemunho do seu tempo, valem as suas cartas, me pesava a idéa de que ellas se viesses a perder para a nossa litteratura e para a nossa alma, às quaes, de facto, pertencem. (ASSIS, 1942, p. 230-231)²⁵

As considerações de José Veríssimo, bem como sua tentativa de pôr em evidência a importância e a necessidade de preservação da correspondência do amigo, revelam de forma inequívoca a importância do destinatário no que tange, por exemplo, à apreensão do valor de certos documentos, olhar ativo e agudo que muitas vezes escapa ao remetente.

As palavras escritas em uma missiva, cujos remetente e destinatário estão mortos antes de preservar um “silêncio divino” – como observa Antonio

Ramos Rosa no poema *O olhar de Murilo Mendes* – e relegar ao passado um discurso que seria eminentemente pessoal e, portanto particular, deixa entrever àqueles possíveis destinatários indiretos da carta, deslocados no tempo e no espaço, o fulgor e a pulsação que guardaram essas mesmas palavras, isto é, a vida, não em sentido estrito, mas em sentido lato, horizonte de alcance das mais variadas possibilidades de leitura.

As palavras que, no contexto da escritura da carta, cumprem um determinado papel e uma dada função muito peculiares e de interesse daqueles envolvidos no processo de envio e recebimento dos documentos, em outro contexto, nas mãos e sob o olhar de outros ‘destinatários’ ganham novo estatuto, novos valores, outros significados e claras intenções, por exemplo, de cunho depreciativo.

No âmbito das relações interdisciplinares, uma carta pode manter uma íntima relação com a história, não só da vida de seu autor, mas também com a história de um país, por exemplo. Mais ou menos como um romance moderno cuja apresentação se dá pela via da descontinuidade e do caótico, as cartas são capítulos da vida de um personagem central e, por vezes, de tantos outros periféricos. Como relatos minúsculos da vida, portanto sujeitos a uma espécie de transitoriedade da incoerência, as cartas apresentam aspectos romanescos pela inviabilidade do contínuo, pelo fragmentário e pelo inesperado da vida.

É, contudo, pertinente a observação de que o estudo de determinada correspondência não pressupõe, então, *A verdade*, mas, sim, representa uma forma legítima de realocar e de cotejar discursos e convicções. Não se pode esquecer jamais que uma carta é fundamentalmente uma narração em primeira pessoa, portanto documento passível, por excelência, de dúvidas e incertezas. Ademais, a produção de uma carta pressupõe um “eu” que narra determinados acontecimentos e que o faz de um determinado ponto de vista. Assim, é certo que as condições de verdade bem como as de legitimidade do que vai narrado merecem não só atenção, mas, sobretudo são alvo de questionamento. Nesse sentido, pode-se perceber certa proximidade entre o narrador-missivista e o narrador do romance, por exemplo.

A teoria literária tem demonstrado, via análise do universo romanesco, o quão problemática é a narrativa em primeira pessoa. Afinal, *grosso modo*, trata-se de um tipo de narração em que o autor tenta convencer seu interlocutor sobre determinados assuntos – sejam eles de ordem pessoal ou coletiva. A aparição do “eu” no corpo dos discursos desautoriza a legitimação do que vai narrado, põe em xeque e em dúvida o próprio texto, pois esse tipo de narrador impõe ao leitor o seu depoimento, suas verdades e sua subjetividade.

Estamos cientes de que há uma distância abissal entre o narrador romanesco e o narrador-missivista, pois, se o primeiro é fruto de uma construção imaginativa e fantasiosa de seu autor, estratégia, portanto, de cunho estético em prol de um determinado efeito de sentido na obra, o segundo fala de si mesmo, conta suas aventuras e desventuras, em suma, narra momentos da história de sua vida.

Escolada por uma perspectiva transdisciplinar, a análise de um determinado *corpus* epistolar pode mobilizar não só as reflexões teórico-literárias acerca do narrador em primeira pessoa. A tradição filosófica ocidental também tangencia e reflexiona sobre questão do narrado por meio das noções de confiabilidade e de sinceridade que podem emanar de um determinado ponto de vista.

Em última análise, o discurso epistolar não é uma forma inequívoca de proclamação absoluta dos acontecidos. As cartas são meios de se vislumbrar tanto a vida particular quanto a vida pública de determinadas personagens por um viés talvez menos fantasioso e mais próximo do real.

Segundo Huston “a especificidade da nossa espécie é que ela passa a vida toda representando a sua vida” (Huston, 2008, p. 113). Por meio dessa afirmação da autora, poderíamos propor as seguintes reflexões: em uma carta, o sujeito representa para quem? Para o outro? Para si mesmo? Para a estória ou para a História? Que papel ele representa?

Não podemos esquecer, assim, que cartas, por vezes, guardam, na superfície do discurso aquilo que a *persona* simula não só para os outros, mas também, ou sobretudo, para si mesma. Ainda nas palavras de Nancy

Huston (2008), “nos humanos nenhuma verdade é evidente [...] todas elas são construídas por intermédio das ficções” (p. 30).

2 MURILO MENDES ESCREVE A GUILHERMINO CESAR

*As palavras que eu disse
A onda levou.
As palavras que eu não disse
Ficaram.
Antecipação.* Murilo Mendes

A correspondência do poeta mineiro Murilo Mendes (1901-1975) enviada ao também poeta e jornalista Guilhermino Cesar (1908-1993) diz respeito a um espólio epistolográfico que compreende 13 cartas produzidas e enviadas entre os anos 1928 e 1931. Além da baliza temporal que as cartas apresentam, isto é, a data, há também o eixo espacial que muito nos pode interessar. As duas primeiras cartas foram enviadas do Rio de Janeiro; de Belo Horizonte, uma apenas; o restante da correspondência foi enviada de Pitangui. Essas demarcações espaciais são significativamente importantes, pois refratam o sentido da busca, do trânsito e das várias instabilidades que revelam desse período muito peculiar da vida de Murilo.

Trata-se, pois, de um material de suma importância, não só pelo seu ineditismo, mas também pelo imenso valor biográfico, histórico, social e cultural que alcança. Além disso, há um número considerável de poemas (65), a grande maioria inédita até hoje, remetidos em folhas à parte, juntamente com a correspondência ou mesmo escritos no verso das próprias missivas. Nas folhas de alguns poemas, segue a inscrição “Especial para o Estado de Minas”, um indicativo de que Murilo escrevia poemas exclusivos e destinados especificamente à publicação no jornal no qual Guilhermino Cesar trabalhava. Em seus estudos preliminares²⁶ a respeito da correspondência

²⁶ Tania Franco Carvalhal era a detentora dessa parte da correspondência passiva de Guilhermino Cesar. Quando de seu falecimento, em 2006, o material ficou sob minha responsabilidade. O prof. Dr. Luciano Rodolfo trabalhou comigo na pesquisa e o resultado foi sua tese de doutorado.

que ora nos ocupamos, Tania Franco Carvalhal²⁷ observa que

Murilo Mendes escreveu a Guilhermino Cesar quando este se encontrava em Belo Horizonte, no cargo de Auxiliar de Gabinete de Mário Casassanta, diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais, e torna-se responsável pela página literária do jornal Estado de Minas. (CARVALHAL, 2010, p. 272)

Embora nosso objeto de pesquisa sejam as cartas de Murilo Mendes e, por conseguinte, as referências de várias ordens que o poeta alude nos seus textos, aos poucos se vão desprendendo indiretamente das linhas e das entrelinhas dos manuscritos uma série de elementos de cunho biográfico e bibliográfico de Guilhermino Cesar e outras figuras exponenciais que compunham o cenário modernista brasileiro, não somente carioca, mas também mineiro, paulista etc.

A primeira e a segunda carta de Murilo, respectivamente datadas de 26 de dezembro de 1928 e 19 de junho de 1929, são remetidas do Rio de Janeiro e trazem a referência e a indicação da moradia de Murilo, Praia de Botafogo, 400. Este endereço presente no corpo das duas cartas chama a atenção, pois normalmente o endereço do remetente vem sobrescrito somente no envelope da carta. Trata-se, pois, de um complemento discursivo muito preciso sobre a espacialidade na qual a carta fora produzida. Além disso, tal referencialidade pode ser associada a uma tentativa de transfiguração e reconfiguração do cotidiano de Murilo no espaço poético, isto é, como experiência estética a partir da miudeza diária. Nesse sentido, algumas poesias escritas à época são significativas, como *Idílio unilateral*, por exemplo.

Praia de Botafogo,
acácias e colunas dóricas falsificadas.
O meu namoro no ponto mais complicado da praia
é um pretexto para vir no jornal,
seção de atropelamentos.
(MENDES, 1994, p. 100)

27 CARVALHAL, Tania Franco. Lendo Murilo Mendes. Cartas e poemas. In: CAMPOS, Maria do Carmo. *Guilhermino Cesar: memória e horizonte*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

Um ponto importante é o caráter antitético que permeia o conjunto dos textos epistolares murilianos e apresenta um painel das instabilidades de toda ordem com as quais o poeta lidava nesta época. Assim, a mecânica pendular, estrutura muito própria a uma personalidade como a de Murilo, cujo primeiro fundamento era pautado pelo movimento e pelas atitudes de desapego e desvinculação, forja um lugar de ir e vir onde coabitam vida e morte, paixão e desilusão, o metafísico e o mundano, a crença e a descrença etc.

Outro aspecto que chama a atenção, nas duas primeiras missivas, é quanto à grafia. Sobretudo na primeira e na segunda carta fica evidente um cuidado extremado no que tange à escrita, aos volteios de cada letra e ao desenho muito apurado do texto como um todo. Levando-se em conta que é, no início da correspondência, que o poeta denota uma maior preocupação com a representação gráfica da própria letra, podemos imaginar que tais aspectos podem indicar a expectativa de Murilo quanto à correspondência que nascia e suas possibilidades, portanto lugar de uma cerimônia consciente, sobretudo porque acontece somente no nascedouro da troca epistolar. Tania Carvalhal²⁸ (2004) observa que “o estudo da grafia abre uma perspectiva interessante que ainda nos diz sobre as relações de Murilo com a pintura” (p. 13). Em outro estudo, a autora aborda novamente a questão e indica outras possibilidades.

Dir-se-ia que Murilo “desenha” a sua escrita, variando seu traçado de peça a peça, como varia também sua assinatura, como se desejasse, por vezes, ocultar-se sob escrita alheia, sem se deixar identificar. Ou, talvez, essa variação corresponda à multiplicidade de formas de ser que se querem expressar por letras diversas. (CARVALHAL, 2010, p. 279)

Como se pode depreender da leitura das cartas de Murilo e das considerações de Tania Carvalhal, a grafia dos documentos caracteriza-se pela modificação constante. Às vezes, fica a impressão de que se trata da letra de outra pessoa e não da escrita de Murilo, tamanha é a diferença existente entre os símbolos presentes nas cartas. Essa variação da grafia pode

28 CARVALHAL, Tania Franco. A intermediação das cartas: Murilo Mendes escreve a Guilhermino Cesar. In: PEREIRA, Maria Luiza Sher (org). *Imaginação de uma biografia literária: os acervos de Murilo Mendes*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004.

ser sugestiva no que tange a uma reflexão a respeito da maior ou menor importância conferida ao documento pelo próprio poeta. Há cartas que parecem realmente obedecer a uma ritualização cuidada e a uma liturgia velada, inclusive com o esmero da representação dos caracteres. Outras, porém, parecem ter sido produzidas sem quase nenhuma preocupação estética, próximas mesmo dos moldes de uma lista de compras ou de um bilhete despretensioso somente. Nesse sentido, podemos pensar de maneira bastante ampliada a partir das considerações que Erasmo faz sobre as epístolas, quando observa que “a carta se adaptará aos momentos e às pessoas, tomando um tom diferente segundo o seu destinatário” (TIN, 2005, p. 55). Assim, não só em nível contedutístico, mas também em nível “artesanal”, as missivas receberiam do remetente atenção diversa de acordo com os interesses e o contexto de sua produção.

Da primeira carta de Murilo é possível esmiuçar alguns pontos importantes que se desprendem do discurso amistoso. Segundo Murilo,

chegando de Petrópolis onde fui passar alguns dias encontro na minha mesa o livro de vocês²⁹. Lhes agradeço a boa lembrança ___ li o livro com toda atenção e achei que a gente deve esperar muito de vocês ___ Sinto não ter autoridade (aparente) pra lhes dizer algumas coisa ___ talvez mais tarde ___ em todo o caso. Acho que o problema brasileiro, integra-se no universal ___ essa é a grande tendência que anda agora no ar.

Embora estivesse afastado do epicentro do modernismo mineiro e do grupo dos “verdes”, Murilo era lembrado por Guilhermino, não só como uma voz de apreciação crítica, mas talvez também como um elo de apoio e de propagação das ideias que se avolumavam então em Minas. Naquele contexto de ebulição criativa, da busca por um espaço significativo e definitivo de fixação dos ideais antipassadistas e em última análise de transformação social, se estabelece uma espécie de quiproquó que visava não somente

ao individual, mas, sobretudo ao coletivo. Nesse sentido, talvez possamos dizer que, ainda que de forma indireta ou discreta, Murilo Mendes deu sua contribuição e fez parte da história do modernismo mineiro, mais especificamente do grupo de jovens que acompanhava Guilhermino Cesar no final dos anos 20. Sobre essa questão, Joaquim Branco³⁰ informa:

Animados com o contato e o apoio de Mário e Oswald de Andrade, vindo de São Paulo, de Carlos Drummond de Andrade, de Belo Horizonte, e de outros modernistas do Rio de Janeiro, os nove componentes da revista Verde, que começou a circular em setembro de 1927, abraçaram a causa, mas não sem oposição local que manifestou por meio de editoriais da imprensa oficial local, que não pouparam críticas aos “verdes” e ao Modernismo. (BRANCO, 2010, p. 133)

Nessa primeira carta de Murilo, ainda se pode observar que, a despeito do discurso autoprotetor e ambíguo³¹ do poeta, marcado pela sentença – “Sinto não ter autoridade³² (aparente)” – e ressalvado pelo adjetivo posto entre parênteses, fica muito clara uma atitude praticada em sua correspondência quanto à análise crítica do material que lhe era enviado. Além de incitar Guilhermino a produzir e a continuar o trabalho intelectual, Murilo opina e indica os possíveis caminhos que o amigo poderia seguir. Guardadas as devidas proporções, a atitude de Murilo sugere algo muito semelhante, por exemplo, ao viés crítico, incentivador e doutrinário presente nas cartas de Mário de Andrade em relação aos moços mineiros, os quais lhe enviavam poesias, contos etc. para análise. Sobre a questão, Tania Franco Carvalhal observa que:

[...] ao fazer seu comentário crítico aos dois poetas de Cataguases, Murilo adota uma postura discreta com relação a si próprio [...]. Embora seis anos mais velho que Guilhermino não se sente “autorizado” a orientar [...] e reconhece que ai-

29 *Meia-pataca*. Segundo Beatriz Weigert: “Representativo da valorização de um espaço, o livro (*Meia-pataca*) compõe-se de 28 poemas: 13 de Francisco Inácio Peixoto e 15 de Guilhermino Cesar. São poemas pautados pelo Modernismo, com a liberdade do verso e a disposição gráfica, bem como o apelo à oralidade e aos temas do cotidiano. O localismo exalta-se na pintura de quadros pitorescos e de retratos humanos, muitas vezes, avivando o sentimento de solidariedade e a consciência da disparidade social. É possível ver esses poemas como guia turístico de apresentação das peculiaridades da terra”. (WEIGERT, Beatriz. *Percursos poéticos de Guilhermino Cesar*. In CAMPOS, Mario do Carmo. *Guilhermino Cesar: memória e horizonte*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010).

30 BRANCO, Joaquim. À cata dos ases da revista Verde. In. CAMPOS, Maria do Carmo. *Guilhermino Cesar: memória e horizonte*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

31 Este tipo de discurso muda radicalmente a partir da publicação do livro *Poemas* (1930) e com o prêmio de poesia da Fundação Graça Aranha.

32 Murilo Mendes usa uma retórica algo parecida em crônica datada de 9 de outubro de 1920 publicada na seção *Chronica Mundana* do jornal *A tarde* de Juiz de Fora: “Eu sinceramente admiro o valor e o talento dos moços que compõem a orquestra do “Paz”; apesar de conhecê-los ligeiramente, sempre tive por eles melhores simpatias. Ainda há poucos dias, tive ocasião de elogiar, posto sem autoridade, na “Crônica Mundana” d’ “A Tarde”, o talento do Sr. Fego Camargo. (Silva, 2004, p. 153-4)

nda está em formação. No entanto, não se exime de elogiar e de estimular os amigos. É certamente o livro de 30 que lhe dará a segurança de autor publicado, difundido e comentado. (CARVALHAL, 2010, p. 277)

Chame-se a atenção para o fato de que essa imaturidade ou falta de segurança crítica que Murilo referencia na sua carta a “autoridade (apar-ente)”, não deixa de ser também um traço muito característico dos próprios *verdes*. Aliás, a própria nomeação da revista e do movimento de Cataguases remete a essa conotação. Segundo Guilhermino Cesar³³, tratava-se de

um pioneirismo ingênuo, é verdade. Mas essa ingenuidade atitude que tomávamos explica a imaturidade que está traduzida no título de nossa revista: Verde. Ela se chamou assim porque nós desde o princípio percebemos que em Cataguases não atingiríamos suficiente maturidade para atingir níveis mais altos. Verde: ingênuo, jovem, na intenção, na mocidade, no entusiasmo. (BRANCO, 2010, p. 145)

É bom lembrar que, na época da correspondência entre Murilo Mendes e Guilhermino Cesar, este contava apenas vinte anos e aquele vinte e sete, portanto Murilo já dispunha de uma maior experiência literária, embora permanecendo nos bastidores do modernismo, servindo, por assim dizer, como uma espécie de “autoridade” para os jovens que se aventuravam no mundo das artes e das letras brasileiras. Não obstante a crítica polida e despretensiosa de Murilo, o que se tem, em suma, é uma correspondência entre amigos que visavam à propagação e à distribuição de seus escritos.

Uma das grandes questões tratadas nessa primeira carta de Murilo aparece no trecho no qual o poeta afirma: “Acho que o problema brasileiro, integra-se no universal essa é a grande tendência que anda agora no ar”. Veja-se que há uma estreitíssima afinção entre o discurso propagado na carta e as ideias que Mário de Andrade³⁴ e os modernos de uma manei-

33 BRANCO, Joaquim. Joaquim Branco entrevista Guilhermino Cesar. In. Campos, Maria do Carmo. *Guilhermino Cesar: memória e horizonte*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

34 Em carta de 18 de fevereiro de 1925, ao fazer algumas ressalvas quanto à poesia de Drummond, Mário de Andrade observa que: “Foi uma ignomínia a substituição do *na* estação por *à* estação só porque em Portugal paisinho desimportante pra nós diz assim. Repare que eu digo que Portugal *diz* assim e não escreve só. Em Portugal tem uma gente corajosa que em vez de ir assuntar como é que *dizia* na Roma latina e materna, fez uma gramática pelo que se *falava* em Portugal mesmo. Mas no Brasil o Sr. Carlos Drummond diz “cheguei em casa” “fui na farmácia” “vou no cinema” e quando escreve veste um fraque debruado de galego, telefona pra Lisboa e pergunta pro ilustre Figueiredo: - Como é que se está dizendo agora no Chiado: é “chega na estação” ou “chega à estação”? E escreve

ra geral propunham como essenciais para discussão efetiva no contexto modernista. Pode-se perceber que a proposição de Murilo está em perfeita consonância com um projeto amplo que visava à transposição dos limites eminentemente estéticos, refratários de uma problemática maior em nível político-social de exclusão, marginalidade e afonia brasileiras. Segundo Carvalho (2010), “com efeito ‘andava no ar’ a questão de ‘ser universal sendo brasileiro’ e de como o elemento nacional deveria ser objeto de afirmação” (p. 276). De certa forma, a afirmação do autor de *Poemas* encontra respaldo quando Guilhermino Cesar afirma muito *a posteriori* em entrevista a Joaquim Branco:

Tudo nas páginas daquela publicação “municipal” quis exprimir um não peremptório à literatura despaisada que nos afligia. [...] Havia um grupo de rapazes braseados pela poesia e pela ficção de vanguarda, e todos fomos atingidos em cheio pela pregação modernista de São Paulo, de Belo Horizonte que chegava até o rio Pomba [...]. Alceu Amoroso Lima no *O Jornal*, Agripino Grieco na *Gazeta de Notícias*, João Ribeiro no *Jornal do Brasil*, Mário de Andrade nas cartas que nos escrevia, Drummond no apoio que nos deu, foram coniventes conosco nessa aventura. De resto, o que nós fizemos foi desacreditar, com a nossa autossuficiência de jovens, o movimento parnasiano que foi o “bode-expiatório” sobre o qual nos lançamos todos. E a revista *Verde*, que surgiu em 1927, quis ser “universal” dentro de uma mineiridade brasileiríssima. Vocês estão vendo que é um equilíbrio muito difícil de atingir-se – universal dentro da mineiridade – mas foi, em resumo, o grande alvo a que nos fizemos tender. (BRANCO, 2010, p. 145-146)

Ainda sobre a primeira carta de Murilo a Guilhermino, pode-se perceber certa tonalidade formal marcada pela ausência de vocativos efusivos e íntimos que normalmente acompanham o introito das cartas entre amigos. Veja-se que o poeta é simples e direto ao escrever somente “Ao Guilhermino Cesar e ao Fco Peixoto” índices modais que podem indicar respeitabilidade, afastamento ou mesmo a incipiência da própria amizade. Outro indicativo que pode corroborar nossas expectativas diz respeito à despedida presente na mensagem ora analisada. Murilo subscreve seu nome

o que o Sr. Figueiredo manda. E assim o Brasil progride com Constituição anglo-estadunidense, língua franco-lusa e outras alavancas fecundas e legítimas”. (ANDRADE, 1982, p. 22-23)

(artístico) completo e não a forma minorada ou ainda apocopada que corriqueiramente revela a tonalidade familiar entre interlocutores próximos; mais, o poeta sugere apenas um “Aperto de mão”, explicitando talvez o distanciamento ou mesmo a prudência polida no início da troca epistolar.

No que concerne ao conteúdo das cartas enviadas a Guilhermino Cesar, pode-se afirmar que há dois eixos fundamentais que perpassam as missivas de Murilo como um todo. O primeiro diz respeito à vida particular do poeta e a seu cotidiano, seja no Rio de Janeiro, seja em Pitangui³⁵; o segundo põe em relevo a intensa atividade poética de Murilo, bem como salienta a necessidade insistente do poeta em ver seus poemas publicados em jornal.

Sobre a estrutura das cartas, pode-se dizer que Murilo Mendes segue uma forma mais ou menos tradicional de escrita do epistolar, caracterizada pelo cumprimento inicial, isto é, pela saudação, que “é uma expressão de cortesia que transmite um sentimento amistoso compatível com a ordem social das pessoas envolvidas” (TIN, 2005, p. 84), seguido da mensagem propriamente dita no corpo do documento, momento em “que se realiza o ‘encontro’ entre remetente e destinatário (idem, p. 23) e por fim o remate e a despedida. A *conclusio* “que é a passagem pela qual uma carta é terminada” (idem, p. 41) ou remate das cartas de Murilo é um momento que chama a atenção pelos reiterados pedidos de recomeço do processo epistolar, isto é, pela manutenção e constância da troca de correspondência. A título de exemplo, vejam-se as missivas de 26 de dezembro de 1928: “Me mandem outros poemas___me interesse pela evolução de vocês”; de 19 de junho de 1929: “Me mande seus poemas novos”; e de 19 de fevereiro de 1931: “E você, o que tem feito?” De uma maneira geral a conclusão aponta, via de regra, para uma função muito pragmática do discurso, a saber, o reinício do ciclo. Afirma Emerson Tin:

María Martín aponta como características da conclusão a reiteração da motivação principal da carta, a concentração do elemento prescritivo e o interesse em

assegurar o futuro contato com o destinatário. E, se a “abertura” do corpo estabelece o contato entre remetente e destinatário e o “setor central” representa o “encontro” como substituto da comunicação oral, a “conclusão” finaliza esse contato e permite, mediante seus elementos, que este se realize novamente. (TIN, 2005, p. 23)

A data das cartas de Murilo varia de posição, fixada ora no início ora no final dos textos. A assinatura do poeta também não segue um padrão, oscilando entre “Murilo Mendes”, “Murilo M.,” “Murilo” ou simplesmente “M.M”. Aliás, a questão da variabilidade das assinaturas de Murilo presente nas cartas enviadas a Guilhermino Cesar pode ser indicativo de uma problemática maior, isto é, o tema da alteridade. Onipresente ao longo de toda sua trajetória poética, a questão da alteridade para Murilo Mendes, segundo as palavras do próprio autor, explicita de forma muito clara, não só a personalidade multifacetada do poeta, mas também justifica, em grande medida, a sua impossibilidade de seguir determinados modismos e manifestos. Na sua primeira carta endereçada a Guilhermino Cesar, além de fazer uma alusão à sua intensa atividade poética, Murilo Mendes já referencia o problema da alteridade justificando, dessa forma, sua atitude marginal e consciente em relação aos programas e manifestos tão em voga na época. Segundo Murilo,

Em retribuição aqui têm vocês alguns dos meus poemas que poucos conhecem___escolhidos das dezenas e dezenas que enchem as gavetas___não que sejam dos melhores___mas porque são os únicos de que tenho cópia___tudo quanto escrevo é terrivelmente impessoal___nunca me fixei até agora___nem quero___não sou um omem___sou dezenas deles. (26 de dezembro de 1928)³⁶

Talvez seja justamente por conta do problema da alteridade que Murilo Mendes afirma em sua *Microdefinição do autor*, de 14 de fevereiro de 1970, que “dentro de mim discutem um mineiro, um grego, um hebreu, um

35 Está situada a aproximadamente 130 Km de Belo Horizonte em direção ao Oeste do estado de Minas.

36 O ano de 1928 é importante porque “publicam-se, em Cataguases, *Poemas cronológicos*, de Enrique de Resende, Ascânio Lopes e Rosário Fusco, e *Meia Pataca* de Guilhermino Cesar e Francisco Inácio Peixoto”. ÁVILA, Affonso. (Coord. e org.) *O Modernismo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

indiano, um cristão péssimo, relaxado, um socialista amador” (MENDES, 1994, p. 45).

A impossibilidade de acesso³⁷ ou até mesmo a inexistência do *corpus* epistolar ativo de Guilhermino Cesar para Murilo Mendes enseja a necessidade do cotejo interno entre as cartas do próprio Murilo, em uma espécie de jogo de espelhos, a partir do qual os documentos existentes lançam luzes uns sobre os outros. Dessa forma, percebemos que houve uma troca efetiva, não só de ordem eminentemente epistolar, mas de material de outros tipos que acompanhavam a correspondência de Murilo para Guilhermino e vice-versa. Na análise do material, fica evidente que além das cartas houve, por exemplo, a permuta de poemas, o envio de revistas, livros, artigos e a produção de crítica literária. Essa troca de material fica muito clara, aliás, nas duas primeiras missivas do espólio de Murilo com o qual trabalhamos neste estudo.

Na primeira carta enviada a Guilhermino Cesar, datada de 26 de dezembro de 1928, Murilo informa:

Ao Guilhermino Cesar e ao Fco Peixoto

Chegando de Petrópolis onde fui passar alguns dias encontro na minha mesa o livro de vocês. Lhes agradeço a boa lembrança___li o livro com toda atenção e achei que a gente deve esperar muito de vocês___Sinto não ter autoridade (aparente) pra lhes dizer alguma coisa___talvez mais tarde___em todo o caso. Acho que o problema brasileiro, integra-se no universal___essa é a grande tendência que anda agora no ar.

Nessa primeira carta de Murilo, fica muito claro o desejo de Guilhermino Cesar. O poeta e jornalista de Cataguases buscava a divulgação de seu livro, mas também a opinião e a crítica acerca de seu trabalho, por isso enviara a obra a Murilo. Pode-se perceber, também, que a carta de Murilo Mendes fora enviada a dois interlocutores, isto é, Guilhermino Cesar e Francisco Inácio Peixoto, e não a um destinatário apenas, coisa que normalmente

37 Há a possibilidade de acesso à correspondência passiva de Murilo Mendes no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes, Juiz de Fora – Brasil.

acontece na correspondência particular entre amigos. Levando-se em conta a data da carta de Murilo, bem como a alusão ao livro recebido e aos autores do mesmo, fica evidente um momento importante de produção literária no cenário mineiro interiorano. Ademais, o trecho da missiva revela a parceria de Guilhermino e Francisco Inácio Peixoto na produção e na publicação do livro “Meia Pataca” em 1928. O próprio Guilhermino fala sobre a sua amizade e a sociedade com Francisco Inácio Peixoto na crônica publicada no jornal *Correio do Povo*, em 31 de março de 1979. Vejamos o texto:

Conheço-o há muito, quero dizer, desde sempre, pois junto dele cavouquei penosamente os “preparatórios”. Lemos o mesmo Racine, traduzimos o mesmo La Fontaine e o mesmíssimo Chateaubriand, fizemos composições escritas, deslavadamente sentimentais, sobre um passeio no campo, uma fazenda ao luar, uma procissão, um dia de chuva na cidade – coisas do gênero fastidioso, apropriadas no entanto à prática da sintaxe num tempo em que havia tal coisa no aprendizado do Português. E mais tarde, quando o buço nos chegou, tivemos a audácia de publicar em parceria, os poemas de Meia Pataca, dizem que modernistas, em uma cidadezinha em que o soneto era uma hortaliça repolhudamente cultivada – com o adubo da rima rica e a consoante de apoio. (CESAR, 2008, p. 171)

Um aspecto importante que observamos quando da leitura das cartas de Murilo enviadas a Guilhermino é o que tange à sua intermitência, pois há vários interregnos entre uma missiva e outra, ora maiores ora menores. Nas próprias cartas, Murilo refere os indícios do porquê desses intervalos entre as correspondências, seja pela sua atividade laboral, pelas suas relações afetivas ou mesmo pelo seu envolvimento com a publicação de seus poemas. Murilo também justifica pela lógica do trabalho intenso a falta de respostas de Guilhermino em relação aos pedidos de suas cartas. Em carta datada de 1º de fevereiro de 1931, por exemplo, além de dar notícia da publicação de seu novo livro, o poeta lembra ao amigo:

Meu novo livro de poemas (sic) deve entrar no forno por estes dias³⁸. Parabéns ao editor (o pagamento é adiantado) e pêsames ao meu pai (quem desembolsa). Você não esqueceu a prometida notícia. Compreendo. A intensa vida do jornalista.

38 Trata-se do livro *Deus no volante*, obra nunca publicada pelo autor.

Sobre os intervalos entre as cartas podemos perceber que a primeira é datada de 26 de dezembro de 1928, enquanto que a segunda recebe data de 19 de junho de 1929, isto é, há um espaço de mais ou menos seis meses entre uma missiva e a outra. Na segunda carta, Murilo Mendes faz uma espécie de *mea culpa* quanto à sua falta para com Guilhermino, ou seja, o envio de correspondência e conseqüentemente das suas colaborações para o jornal. O poeta desabafa ao interlocutor aludindo a um dos eixos primordiais do essencialismo, isto é, o tempo. Novamente percebemos que há a indicação de recebimento do material enviado por Guilhermino e também uma rápida análise crítica acerca da revista recebida:

Guilhermino Cesar,
Estou terrivelmente em falta com você. Pode crer que não tenho tempo pra nada. É um inferno. Recebi o leite Criôlo³⁹. Acho que é uma tentativa digna de todas as palmas, mas me parece que vocês deviam dar uma feição mais pessoal à revista⁴⁰. Sem querer sente-se a Antropofagia ali.

Veja-se que, se levarmos em conta a data da publicação do primeiro número do jornal *Leite Criôlo* – 13 de maio de 1929 – e a data da carta de Murilo – 19 de junho de 1929 –, podemos concluir que Guilhermino “distribuí” o jornal com certa rapidez e via em Murilo uma personalidade que poderia avaliar e propagar as ideias que se veiculavam então na revista.

Outro ponto importante é a alusão que o autor de *Tempo e eternidade* faz à *Revista de antropofagia*, publicada em São Paulo, em 1º de maio de 1928. Murilo entende que há uma semelhança ou ainda um parentesco entre a *Revista* e o jornal de Guilhermino e aconselha o amigo a dar certa particularização ao seu empreendimento. De maneira muito esclarecida, Murilo percebe os ecos do ideário paulista permeando o empreendimento de João Dornas Filho, Guilhermino Cesar e Aquiles Vivacqua. Fernando Correia Dias⁴¹, em seu ensaio *Gênese e expressão grupal do Modernismo*

em Minas, fala dessa afinidade aludida por Murilo e observa que “a intenção (dos mineiros) era a de oferecer uma réplica africanista ao movimento antropofágico nascido em São Paulo” (Dias, 2013, p. 167). Por outro lado, na mesma carta, o poeta vai afirmar que “Não acho que se deva rejeitar influências (nem se pode)___mas que se deve ajuntar várias experiências pra formar uma cultura ou ensaiar qualquer reforma”, isto é, conquanto não se deva abrir mão de uma identidade própria da obra, são importantes as influências para que se possa pensar além ou em algo maior. É de importante relevância o trecho seguinte da mesma carta no qual o poeta afirmará “De qualquer maneira vocês são batutas e têm que realizar qualquer coisa de forte no ambiente brasileiro que está muito dissolvido”.

Especificamente, o que se pode entender como formação de uma cultura e ensaio de uma reforma? Ou ainda: a que alude o poeta ao falar em ambiente brasileiro dissolvido? À primeira impressão, haja vista nosso distanciamento dos longínquos anos 20 e de seu contexto mais específico, a afirmação de Murilo pode parecer um tanto quanto despreziosa e vaga. No entanto, a leitura dos documentos e manifestos da época indica que o discurso muriliano estava em perfeita simetria com as ideias propagadas pelos modernos mineiros. Nesse sentido, segundo Fernando Correia Dias, podemos pensar em duas formas primordiais por meio das quais se difundiam os ideais dos jovens mineiros: as realizações pessoais, por exemplo, a publicação de *Alguma poesia* de Drummond; e as manifestações grupais das quais avultam *A Revista* (1925), *Verde* (1927) e *Leite Criôlo* (1929). Essas manifestações de grupo eram orientadas por uma espécie de fio condutor que explicitava o pensamento e as expectativas daqueles jovens artistas mineiros.

Dessa forma, as proposições presentes na missiva de Murilo encontram reverberação em pelo menos dois pilares do ideário mineiro – “A tradição repensada” e “A conciliação de lealdades”, de acordo com a perspectiva de Fernando Dias. No que tange à tradição repensada, isto é, a importância das influências e das experiências para os escritores, Dias observa:

39 De acordo com Marlon Mello de Almeida: “Em 1929, em Belo Horizonte, ajuda a fundar o tabloide *leite Criôlo*, que se transforma em uma espécie de página cultural do jornal Estado de Minas [...]”. (ALMEIDA, 2008, p. 13)

40 Opinião; desejo de singularidade; discurso coerente com a própria ‘ideologia’ ou postura do próprio poeta.

41 DIAS, Fernando Correia. Gênese e expressão grupal do Modernismo em Minas. In: ÁVILA, Affonso. (Coord. e org.) *O Modernismo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

A tradição repensada me parece definidora nota fundamental do Modernismo em Minas. Não se trata de romper com todo o passado intelectual da região, mas, ao contrário, de valorizá-lo de forma crítica. [...] A consciência da importância da tradição autêntica mineira de nenhum modo inibiu o ímpeto inovador dos modernistas mineiros. [...] O empenho de renovação constitui, portanto, outro traço saliente do ideário (mineiro). (DIAS, 2013, p. 171-172)

Assim, repensar a tradição e, portanto, dialogar com ela sem necessariamente negá-la, bem como a prática da conciliação são premissas que de uma maneira geral permearam a obra de Murilo do início ao fim. Interessante notar que, mesmo afastado do ambiente mineiro em ebulição, Murilo dispunha de uma afinação clara em relação às premissas modernas de seus conterrâneos.

PALAVRAS FINAIS

Uma proposição que vise à anatomia de um ou de vários *corpora* epistolares tem grande similitude com os estudos médicos e, antes de ser tão somente uma forma retórica de aproveitamento do termo no âmbito do simbólico, propõe efetivamente o ato de dissecar e de separar as partes constitutivas da carta enquanto “corpo” uno e completo. Pode-se afirmar, com certeza, que a mensagem enviada, o texto epistolar propriamente dito, é o grande foco de análise e de atenção. No entanto, outros dados, tanto internos quanto externos ao epistolar, são de grande importância para uma analítica mais produtiva.

A apreciação de um conjunto de cartas pressupõe não só a leitura do conteúdo propriamente dito, o “o quê” que Andrée Crabée Rocha qualificou como “recheio e motivação do texto”, mas evidencia a necessidade de se observar uma série de elementos estruturais que orbitam em torno do discurso epistolar e que também são plenos de sentido. De acordo com a autora esses “outros elementos (lugar, data, destinatário e assinatura) só aparentemente são exteriores e secundários”. (Rocha, 1965, p. 14)

Via de regra, todo epistológrafo segue um protocolo básico de con-

fecção de suas missivas, mais ou menos ordenado por uma sistematicidade e uma organicidade que conferem ao epistolar uma caracterização muito própria e particular. Diferentemente de outros gêneros textuais, a carta quase sempre recebe uma moldura, um enquadramento delimitado por uma série de traços estampados nas periferias do próprio documento. Essa moldura estabelece uma íntima relação composicional com aquilo que vai dito na carta e amplia, sobremaneira, as possibilidades semânticas e informacionais do documento, sobretudo quando de uma análise póstera.

Como é possível constatar, o trabalho arqueológico que um estudo sobre o epistolar demanda não pode se furtar ao alinhave e à costura do maior número possível de fios presentes no texto, sob pena de que informações preciosas e de grande relevância se percam ou simplesmente sejam negligenciadas, comprometendo, pois, o fenômeno de apreciação do texto em toda a sua visibilidade.

A apresentação das duas cartas aqui analisadas comprova que o estudo de toda correspondência ativa de Murilo Mendes para Guilhermino Cesar, além da importância como documento de época e de fonte inesgotável de informações, é de relevância monumental não só pelo muito que agrega à biografia do poeta das metamorfoses e ainda ao próprio modernismo brasileiro; é também uma fonte profícua de pesquisa no que diz respeito à vida de figuras exponenciais da literatura e da cultura brasileira da época tais como o próprio Guilhermino Cesar, Francisco Inácio Peixoto, Rosário Fusco, Tristão de Ataíde, Mário de Andrade, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ASSIS, Machado. *Correspondência*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson INC. editores, 1942.

ÁVILA, Affonso. (Coord. e org.) *O Modernismo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CALDWELL, Helen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CAMPOS, Maria do Carmo. *Guilhermino Cesar: memória e horizonte*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

CESAR, Guilhermino. *Caderno de sábado: páginas escolhidas* (org. Maria do Carmo Campos). Caxias do Sul: Educs, 2008.

GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Escrita de si, Escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HUSTON, Nancy. *A espécie fabuladora: um breve estudo sobre a humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KIEFER, Charles. *Mercúrio veste amarelo: a poética nas cartas de Mário de Andrade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

MENDES, Murilo. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

PEREIRA, Maria Luiza Sher (org). *Imaginação de uma biografia literária: os acervos de Murilo Mendes*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004.

ROCHA, Andréa Crabbé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. São Paulo: Annablume, 1998.

TIN, Emerson. *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

JAKOBSON, A FONOLOGIA E A HERANÇA SAUSSUREANA

Luiza Milano*

O objetivo desse escrito é elaborar um percurso de leitura revisitando importantes textos de Roman Jakobson acerca das relações entre som e sentido, buscando investigar o lugar que o legado saussureano ocupa nos estudos de fonologia. Ou seja, trata-se de um estudo de base epistemológica, tanto no que diz respeito à construção das bases saussureanas para aquilo que veio a se constituir como a linguística contemporânea, como também para pensarmos nos efeitos dessa forma de abordar a língua e sua repercussão nos trabalhos do Círculo Linguístico de Praga e, particularmente, nas teses jakobsoneanas sobre o papel da relação entre som e sentido na perspectiva da fonologia.

O presente trabalho está inserido no contexto de nosso atual projeto de pesquisa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o qual busca, nas reflexões do mestre genebrino, o rastro deixado por suas considerações acerca do aspecto fônico da língua. No primeiro momento da pesquisa, buscamos dar foco à discussão que ronda a materialidade do significante. No percurso dessa reflexão, realizamos um mergulho em importantes textos de Saussure para emprendermos um estudo da materialidade fônica à luz da teoria do valor. Especificamente nesse texto, tomaremos como *corpus* parte do legado do mestre genebrino, partindo do clássico livro *Curso de Linguística Geral*, retomaremos passagens dos *Escritos de Linguística Geral*, além de breves referências a trechos do manuscrito *Phonétique*. Finalmente, buscaremos contextualizar a formulação jakobsoneana sobre a relação entre som e sentido a partir do legado saussureano.

* Professora de Linguística do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS.

Nos textos que documentam a fundação do Círculo Linguístico de Praga, encontramos depoimentos explícitos sobre o importante papel que o recém lançado *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, teve nas reflexões, na época bastante embrionárias, dos teóricos de Praga. É a partir do registro das importantes Teses de 29 – documento fundador do Círculo Linguístico de Praga e, particularmente, da Fonologia – que encontraremos rastros da herança saussureana. Fruto do encontro de linguistas, filósofos e escritores eslavistas, entre tantos pensadores de uma vanguarda que reunia ciência e arte, o Círculo Linguístico de Praga viu nascer a especificidade do trabalho que enlaça som e sentido. Foi no calor das incitantes discussões do Círculo da Praga, nos anos finais da década de 1920, que Jakobson e Trubetzkoy, bastante influenciados pela recente publicação do *Curso de Linguística Geral*, traçaram as primeiras e importantes diretrizes daquilo que hoje conhecemos como a fonologia moderna. É nas próprias palavras de Roman Jakobson que encontramos o reconhecimento da filiação saussureana: “É certo que a Escola de Praga levou também em conta a experiência da linguística ocidental: os trabalhos da Escola de Genebra, [...]” (Jakobson, R. In: Toledo, D., 1978, p. 24-25).

Para Jakobson, Saussure percebeu que a par do fato empírico – a fala individual – existe a esfera da ordem do social – a língua. Nesse sentido, Jakobson propõe que se olhe para esse sistema de valores relativos que é a língua através de um ponto de vista funcional. É a partir desse princípio que o linguista russo propõe a análise dos sons da linguagem visando sua função comunicativa, pois, para Roman Jakobson, independentemente do tipo de situação enunciativa, os sons são emitidos para “comunicar algo”. É a partir do legado saussureano que acompanharemos Jakobson apontando que os sons têm uma finalidade e as inúmeras diferenças (inclusive fonéticas) que aparecem na fala não possuem todas a mesma função e o mesmo grau de importância. Por este motivo, as diferenças ganham relevo na proposta jakobsoneana: as oposições são capazes de distinguir, em determinada língua, os significados. Bem sabemos que Jakobson retoma claramente essas ideias saussureanas de diferença e oposição nas aulas so-

bre som e sentido que proferiu na École Libre des Hautes Études, no início da década de 1940, em Nova Iorque.

Por essa via, o presente trabalho busca discutir o aspecto sonoro da língua, destacando o quanto o legado saussureano é um dos importantes alicerces da construção da reflexão teórica proposta por Roman Jakobson sobre as relações entre som e sentido e a própria formalização dos estudos do campo fonológico.

Designado como fonologia, ou fonética fisiológica, conforme aponta Isaac Nicolau Salum, no excelente prefácio à edição brasileira do *Curso de Linguística Geral*, esse foi um dos principais temas abordados por Ferdinand de Saussure em seu primeiro curso de linguística geral, ministrado de 16 de janeiro a 3 de julho de 1907, na Universidade de Genebra.

Saussure nos diz que “o que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação” (Saussure, 1974, p. 137). Vemos, então, nessa passagem do clássico livro *Curso de Linguística Geral*, que a garantia de existência de um signo linguístico está no fato de ele produzir diferença e oposição dentro de um sistema. No entanto, para que se possa suscitar efeitos contrastivos, precisamos de uma materialidade que carregue e sustente essa diferença. Eis o que propomos chamar de *aspecto fônico* no âmbito do significante. É necessário que o significante seja formatado com recorte material para que entre os significantes ou entre significante e significado se possa estabelecer diferenças e oposições. Assim também, como se pode acompanhar nos capítulos introdutórios à Teoria do Valor (cf. Capítulo II, da segunda parte: *As entidades concretas da língua*; Capítulo III, da segunda parte: *Indentidade, realidades, valores*), o signo linguístico necessita ser concebido como uma entidade concreta da língua para que seja passível de produzir identidade: se um signo é o que os outros não são, é necessário buscar uma pista na realidade concreta desse signo para que se possa identificá-lo como pertencente a uma dada língua e opô-lo a todos os demais signos dessa língua. A retomada desse raciocínio alavanca claramente as hipóteses dos linguistas de Praga acerca das relações travadas

entre os sons da língua: identidade, diferença e oposição são princípios sem os quais a fonologia não se sustenta.

É importante também lembrar que o compromisso entre a imagem acústica (fônica) e o conceito (significado) sempre foram considerados pelo grupo de Praga. Jakobson, quinze anos após a fundação do Círculo de Praga e já exilado em Nova York, em suas aulas *sobre o som e o sentido*, destaca que foi justamente no aspecto significativo da fonologia – o som concebido como significante – que os herdeiros de Saussure tiveram razão em investir.

Vejamos mais de perto, então, o quanto os ensinamentos de Ferdinand de Saussure prepararam o terreno para os estudos do campo da fonologia.

No *Curso de Linguística Geral*, encontramos já uma noção de fonema, ainda que embrionária, que é proposta por Saussure:

Dentro de cada articulação, as diversas espécies de fonemas se distinguem pelas concomitâncias [...] cuja ausência será um elemento de diferenciação tanto quanto sua presença (Saussure, 1974, p. 56).

Podemos perceber que essa formulação, mesmo que ainda em construção, pressupõe a unidade fonema concebida a partir dos mecanismos de funcionamento da língua. Concomitância e sucessividade são formas de relação dos elementos (de fonema à unidades sintáticas, independente de sua extensão) de uma cadeia.

No capítulo dedicado especificamente à fonologia, ainda no *Curso de Linguística Geral*, encontramos uma bela pista sobre como o mestre genebrino propunha pensarmos a unidade de análise em questão e suas formas de representação:

Separados de seus signos gráficos, eles [os sons da língua] apresentam apenas noções vagas, e prefere-se então o apoio, ainda que enganoso, da escrita. Assim, os primeiros linguistas, que nada sabiam da fisiologia dos sons articulados, caíam a todo instante nessas ciladas; desapegar-se da letra era, para eles, perder o pé; para nós, constitui o primeiro passo rumo à verdade, pois é o estudo dos sons através dos próprios sons que nos proporciona o apoio que buscamos. (Saussure, 1974, p. 42)

Vemos nessa passagem o quanto o mestre genebrino buscava definir conceitos e metodologia para sistematizar o campo dos estudos da linguagem. Seu esforço foi reunido e divulgado através de seus colegas que corajosamente impulsionaram as ideias de Saussure no livro póstumo. No entanto, nos dias de hoje, temos acesso a um repertório mais alargado desse legado. Queremos dizer com isso que nossos estudos partem do clássico livro que divulgou o pensamento do mestre, mas não se restringem unicamente a essa fonte.

É por esse motivo que sabemos, tanto pela via do *Curso de Linguística Geral*, como também através dos *Escritos de Linguística Geral*, da importância dada por Saussure à definição de objeto e método no campo da linguística para que essa viesse a se constituir como ciência de fato. Encontramos em suas reflexões *Sobre a Essência Dupla da Linguagem* (em *Escritos de Linguística Geral*) a seguinte afirmação:

Todo trabalho do linguista que pretende compreender, metodologicamente, o objeto que estuda, se reduz à operação extremamente difícil e delicada na *definição das unidades* (Saussure, 2004, p. 29).

Assim, como podemos inferir, definir unidades faz parte do empreendimento do linguista ao analisar seu objeto. Vemos que ao mesmo tempo em que se preocupava em definir as unidades com as quais trabalha o linguista, Saussure alertava para o fato de que elas jamais poderiam ser dadas de antemão. É sempre no seio do sistema que a delimitação e função de um elemento podem ser concebidas. Acompanhemos o registro sobre esta interdependência nos *Escritos de Linguística Geral*:

A presença de um som, numa língua, é o que se pode imaginar de mais irreduzível como elemento de sua estrutura. É fácil mostrar que presença desse som determinado só tem valor por oposição com outros sons presentes; e é essa primeira aplicação rudimentar, mas já incontestável do princípio das OPOSIÇÕES, ou dos VALORES RECÍPROCOS, ou das QUANTIDADES NEGATIVAS e RELATIVAS que criam um estado de língua.” (Saussure, 2004, p. 27).

Ao que tudo indica, a passagem acima destacada confirma nossa hipótese de que Saussure reservava lugar de destaque ao aspecto fônico da língua. Não nos parece exagero alargar essa leitura apontando que a reflexão saussureana acerca do sistema de sons de uma língua é claramente respaldada pela teoria do valor. É nesse sentido que vemos Jakobson e Troubetzkoy bebendo na fonte da Escola de Genebra, ao sistematizarem o estudo da fonologia em Praga, na segunda metade da década de 1920.

Após apontarmos essa relação entre aspectos fônicos no *Curso de Linguística Geral* e nos manuscritos editados no *Escritos de Linguística Geral* com o surgimento da fonologia de Praga, apresentaremos agora excertos de um manuscrito ainda pouco conhecido de Ferdinand de Saussure. Trata-se do Manuscrito *Phonétique*, depositado na biblioteca de Harvard.

Maria Pia Marchese, atual curadora do Manuscrito de Harvard, realiza, na introdução à edição de 1995, uma importante retomada da forma com que Saussure constrói a definição de fonema no referido manuscrito. A pesquisadora italiana destaca que as tentativas de definição da noção de fonema são fortemente marcadas por critérios de negatividade, visto que aí já se pode perceber importantes indícios da construção dos princípios da teoria do valor na obra saussureana. Encontramos eco às nossas hipóteses em sua reflexão, visto que, conforme ressalta essa autora, os conceitos de oposição, valor e diferença, enquadrados em uma perspectiva de negatividade, apontam diretamente para uma célebre passagem do *Curso de Linguística Geral*: “na língua só existem diferenças” (Saussure, 1974, p. 139).

Prova disso também encontramos ainda mais explicitada na seguinte passagem: “os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas” (Saussure, 1974, p. 138). Eis aí uma consideração significativa do sistema fônico como organizador da lógica pautada pela teoria do valor, o que, como sabemos, produziu significativos efeitos nos trabalhos vanguardistas do Círculo Linguístico de Praga.

Vejamos agora como esses princípios saussureanos, ancorados na leitura explicitamente sustentada pela teoria do valor, encontram eco nas teses fundantes da fonologia proposta por Jakobson no final da década de 1920,

com o Círculo Linguístico de Praga:

Dentre as principais teses do Círculo Linguístico de Praga, encontramos: Concepção de língua como sistema funcional: “Não podemos compreender nenhum fato linguístico sem levar em conta o sistema ao qual ele pertence (Jakobson, R. In: Toledo, D., 1978, p. 82)”.

Tarefas do método sincrônico: “A melhor maneira de conhecer a essência e o caráter de uma língua é a análise sincrônica dos fatos atuais (Jakobson, R. In: Toledo, D., 1978, p. 82)”.

Vemos aqui assumida pelo grupo de Praga a tese saussureana da língua como sistema estabelecida a partir de um olhar sincrônico. Obviamente temos conhecimento dos limites de nossa interpretação dos efeitos da herança saussureana na fonologia de Praga e não negaremos as críticas jakobsonianas à separação operada por Saussure entre sincronia e diacronia, mas esse não será nosso foco nesse estudo.

Parece-nos significativa também a consideração da forma de análise da matéria fônica pelo grupo de Praga. Ao tratar do problema do “desmembramento” da língua para operacionalizar a análise, surgirá a discussão da noção de unidade que, como vimos, já estava apontada no *Curso de Linguística Geral*, nos capítulos que precedem o estudo da noção de valor linguístico. Encontramos, então, nas famosas Teses de 29 a seguinte noção de unidade: “A unidade dessa língua existe na medida em que os seus dialetos são capazes de produzir transformações comuns (Jakobson, R. In: Toledo, D., 1978, p. 84)”.

E um pouco mais adiante: “[...] o critério da unidade de língua é dado pela atitude da coletividade falante em relação à língua, e não por certos caracteres linguísticos objetivos (Jakobson, R. In: Toledo, D., 1978, p. 85)”.

Reconhecemos aí ecos da herança saussureana relacionados à discussão de realidades, identidades, valores – o que remete à noção de unidade com a qual trabalha o linguista em seu cotidiano. Pode-se perceber que o linguista, mesmo quando trata do aspecto fônico da língua, depara-se sempre com a forma com que a coletividade recorta e faz uso da tal massa amorfa de sons e sentidos que encontra a sua disposição. Essa ideia funda-

mental que explica a organização do sistema fônico de uma língua vemos, portanto, que Jakobson vai buscar em Saussure.

Tendo já explanado esses dois pressupostos básicos (a sustentação na teoria do valor e a discussão da noção de unidade), há contexto para visitarmos a consideração jakobsoniana sobre o peso do aspecto fônico na abordagem da proposta de Jakobson e Trubetzkoy no que diz respeito à fonologia:

Sobre as investigações relativas ao aspecto fônico da língua: importância do aspecto acústico, diz Jakobson:

O problema do finalismo dos fenômenos fonológicos faz com que, no estudo do aspecto exterior desses fenômenos, a análise acústica ocupe o primeiro plano, pois o sujeito falante visa precisamente à imagem acústica, e não à imagem motora (Jakobson, R. In: Toledo, D., 1978, p. 85).

Percebemos nesse recorte não somente o apontamento de que o fato fisiológico articulatório é estranho ao sistema, como também o próprio uso do termo saussureano “imagem acústica” que os russos de Praga lançam mão. Igualmente na próxima passagem podemos acompanhar elementos ligados a essa concepção de unidade de análise.

Sobre a necessidade de distinguir o som como fato físico objetivo, como representação e como elemento do sistema funcional, encontramos em Jakobson:

O registro, com a ajuda de instrumentos, dos fatores acústico-motoras subjetivas é interessante como indicador das correspondências objetivas dos valores linguísticos. Todavia, esses fatos objetivos têm apenas uma relação indireta com a Linguística e, por conseguinte, não poderíamos identificá-los com os valores linguísticos (Jakobson, R. In: Toledo, D., 1978, p. 85).

Ou seja, o valor emana do fato das unidades produzirem distintividades, não necessariamente da diferença articulatória que eventualmente tenha sido produzida pelo falante. O que importa são os efeitos distintivos que o elemento provoca por contraste e oposição. Como podemos encontrar no

Curso de Linguística Geral, um elemento vale menos pelo que carrega em si de som e sentido do que pelo que carregam de som e sentido os elementos que estão a ele relacionados (seja em presença ou em ausência).

No último recorte que destacaremos, encontramos claramente a utilização da noção de sistema sendo aplicada ao campo do estudo dos sons da língua, o que evidencia o lugar dos efeitos da concepção saussureana de sistema na proposta da fonologia de Jakobson:

De outra parte, as imagens acústico-motoras subjetivas só fazem parte de um sistema linguístico na medida em que nele desempenham uma função significativa diferenciadora. O conteúdo sensorial de tais elementos fonológicos é menos essencial que as suas relações recíprocas no seio do sistema (princípio estrutural do sistema fonológico) (Jakobson, R. , In: Toledo, D., 1978, p. 85).

Finalizamos, então, destacando as palavras do próprio Roman Jakobson, um pouco mais de uma década após a publicação das teses de 1929, ao proferir suas aulas na Escola Livre de Altos Estudos, em Nova York, e tendo ninguém menos que Levi-Strauss na audiência:

Saussure ensina-nos que aquilo que interessa na palavra não é o som em si mas as diferenças fônicas que permitem distinguir esta das demais palavras, pois são estas diferenças que comportam a significação. O *Curso* lança a fórmula que mais tarde viria a ficar célebre: “Os fonemas são antes do mais entidades opostas, relativas e negativas”. Saussure chega a afirmar que o sistema destes fonemas claramente diferenciado, *o sistema fonológico*, como ele o designa, é a única realidade que interessa ao linguista no domínio fônico (Jakobson, R., 1977, p. 44).

E um logo adiante:

E apesar das numerosas contradições da doutrina de Saussure é a ele e à sua escola que devemos a segunda noção essencial para o estudo funcional dos sons, a noção das relações entre os fonemas, numa palavra, a noção de *sistema fonológico* (Jakobson, R., 1977, p. 44).

Como podemos ver, toda herança pressupõe um reconhecimento de filiação, mas também uma aposta de que a partir de um lugar fundador,

podemos produzir algo novo. É isso que percebo na relação entre Saussure e Jakobson e nessa linhagem de filiação, ainda que em tempo e lugar tão distantes, busco resgatar e registrar um lugar de testemunha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JAKOBSON, R. *Seis lições sobre o som e o sentido*. Lisboa, Moraes Editores, 1977.

_____. A Escola Linguística de Praga. In: TOLEDO, D. (org.). *Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre, Globo, 1978.

_____. A transformação poética: o Círculo de Praga visto pelo Círculo de Copenhague. In: TOLEDO, D. (org.). *Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre, Globo, 1978.

MARCHESE, M.P.(éd.). Les manuscrits saussuriens sur la phonétique, du Mémoire au Cours de linguistique générale, *Cahiers Ferdinand de Saussure* 62, p. 47-61, 2009.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *Cours de Linguistique Générale*. Col. Bibliothèque scientifique Payot, Éditions Payot, Paris, 1972, 520 p. (Établie par Tullio de Mauro)

_____. *Escritos de Linguística Geral* (Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler). São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. *Phonétique. Il manoscritto di Harvard*. Houghton Library, edizione a cura de Maria Pia Marchese, Università degli studi di Firenze. Unipress, Padoue, 1995.

TOLEDO, Dionísio. *Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1978.

A RESPEITO DA (IN) DIFERENCIABILIDADE DO TEXTO LITERÁRIO

Michael Korfmann*

Textos literários se retiram da inclinação da comunicação verbal para o sim e o não, pois são produzidos através do uso incomum e artificial da percepção. A vivência rotineira se possibilita e se constitui pelo fato de que a consciência confia nas suas provas de consistência rápidas e inconscientes e na redução da capacidade de atenção através da eliminação. A arte procura uma relação diferente, ela se opõe a eliminações redutoras e instiga o observador para a pergunta: para quê? No caso de um texto literário, não se trata de um problema que possa ser resolvido com a consequência de uma solução da parte do texto ou do leitor, mas, antes de tudo, de uma procura de sentido que recebe, da própria obra, limitações, mas não necessariamente resultados. O que um texto literário diz não pode ser parafraseado ou resumido na forma de uma frase que é verdadeira ou falsa.

Assim, ele se diferencia, por exemplo, de um texto científico experimental que informa a respeito de um resultado que pode ser refeito sob as mesmas condições. Nesse caso, o aspecto “comunicado”, a forma escolhida, fica no segundo plano, pois não é decisivo para o sucesso de uma comunicação científica em que língua ela foi desenvolvida ou através de qual *medium* de publicação ela se tornou acessível para o público. Além disso, há uma linguagem modulada específica para os vários tipos de tais comunicações, como “os resultados indicam”. Essa assimetria na diferenciação entre a informação e o comunicado caracteriza também o estilo de muitas publicações na área literária, que se concentram em comentar e interpre-

* Professor associado do Instituto de Letras da UFRGS. E-mail: michael.korfmann@ufrgs.br

tar ou, de forma clara, quase científica, “informações” do texto literário; outros expressam de forma oculta o sentido obscuro, polissêmico do texto, levando o comentário ao limite da compreensão. Seja que for, é justamente na compreensão da diferença entre *medium* e forma que se situa o ponto central da comunicação literária. No conto *O Melro*, do escritor Robert Musil, o narrador, Adois, relata a um amigo, Aum, três acontecimentos estranhos da sua vida nos quais ele recebeu sinais acústicos (o canto do melro e o som de uma flecha) com impactos enormes sobre sua vida, sem que pudesse compreender sua mensagem de maneira inequívoca.

Mas você insinuou – procurou certificar-se com cautela Aum – que tudo isso tinha um significado comum.

– Oh, por Deus! – contestou Adois. Tudo aconteceu exatamente assim; soubesse eu o sentido, certamente não teria por que lhe contar essa história. Mas é como ouvir um sussurro ou um simples murmúrio, sem saber distingui-los (Musil, 1996, p. 119).

No caso da literatura, torna-se difícil diferenciar sussurrar de rumorejar, ou informação e informado como referência externa e autorreferência da comunicação. Compreender a literatura pressupõe, portanto, uma elevada atenção a respeito da oferta comunicativa da literatura que inter-relaciona informação e informado de uma maneira específica. O informado torna-se referência da informação, ou seja, a obra informa, de certo modo, sobre si mesma e apenas nessa focagem de si mesma, nessa autorreferência, a obra informa sobre o ambiente. Se já vale para qualquer comunicação que a referência externa é somente possível na base do acompanhamento da autorreferência – cada hipótese científica informa conforme a sua referência científica e não sobre o mundo em si – o aspecto informativo do texto literário deve ser considerado tão inseparável do caráter do seu informado, que se poderia falar, como Musil, de uma indiferenciabilidade. Muitas vezes comenta-se sobre obras literárias bem-sucedidas que não poderiam ter sido escritas de outra maneira e, caso contrário, que esse texto não seria adequado, em termos de linguagem, à sua visão do mundo, implicando

uma diferenciação demasiadamente fácil entre informação e informado. O informado, a pregnância da presença material do signo ou o ressoar dos sons de Hegel reclama a percepção dos sentidos e, com isso, fascina o imaginário da consciência, elemento indispensável da arte em geral. Com a provocação e a fascinação da percepção, a obra literária se distancia de uma compreensão final e definitiva, de uma interpretação consensual. Compreender a literatura implica também reconhecer os limites da compreensão, pois

a comunicação da arte não objetiva uma automatização da compreensão, mas é projetada inerentemente de forma ambígua, [...] e isso independentemente do fato de a divergência das possibilidades de observação ter sido planejada, no sentido de uma obra artística aberta ou não. A impossibilidade de observadores chegarem a uma interpretação única pode justamente testemunhar a qualidade de uma obra artística (Luhmann, 1995, p. 72)⁴²

Caso exemplar de uma recepção ampla e variada é a literatura de Kafka. Michael Müller (1994, p. 9) relata aproximadamente onze mil trabalhos acadêmicos sobre o autor, e Hartmut Müller (1985, p. 151-165), ao resumir algumas tendências interpretativas, constata que Adorno viu sua obra como espelho da decadência da burguesia, a perda da individualidade frente à pressão do capitalismo tardio; Breton o aprecia como poeta que questiona toda existência e cobre o mundo no segredo onde apenas o sonho libera esporadicamente uma interligação mais profunda; Camus destaca o caráter absurdo de seus textos; Canetti os interpreta na base biográfica; Thomas Mann descreve Kafka como humorista religioso; e Georg Lukács o critica por não ter apresentado as causas do alienamento humano, bloqueando assim o progresso histórico. Mas a força resistente de seus textos frente às tentativas de reduzir sua complexidade a uma compreensão conclusiva permanece.

O fato de que, apesar das incontáveis interpretações e análises, [...] aumentaram nossos conhecimentos sobre esse autor e sua literatura, é como se sua obra

42 As traduções do alemão são do autor.

tivesse emergindo intocável desses processos, como se nós não nos aproximássemos mais do núcleo de sua essência (Müller, 1994, p. 9).

Gostaríamos de exemplificar nosso ponto de vista com uma análise sistêmica de seu último conto, *Josefina, a cantora, ou O povo dos ratos* (1989), escrito por Kafka em 1924, ano da sua morte e autorizado para impressão pelo autor. O próprio conto apresenta, de forma literária, muitos dos aspectos discutidos anteriormente. Com isso, permite-nos retomar certos pontos teóricos elaborados e torná-los talvez mais nítidos no decorrer desse parágrafo.

Para Kafka, o título duplo tinha significância maior. “A história recebe um novo título: Josefina, a cantora, ou O povo dos ratos. Tais títulos com ‘ou’ não são muito bonitos, mas aqui talvez tenham um sentido particular. Têm algo de uma balança” (BROD, 1946, p. 250). A balança como consideração, ponderação justa (*abwägen*, em alemão) entre dois pólos – cantora e povo, assobio e canto, arte e vida, diferenciável ou paradoxal – estrutura a narração, não apenas nesse texto, mas como princípio geral da literatura kafkiana. Nessa ponderação, o texto encena um confronto de ordens, a da figura central e a do respectivo contra-mundo (*Gegenwelt*) e a obra se constitui nesse confronto dinâmico de ponderação, mas sem progressão visível. Frente à impossibilidade de poder completar o objetivo da atividade, as figuras são jogadas de volta ao estado inicial e condenadas a repetir suas ações ou confirmações – de forma análoga aos esforços interpretativos.

A impossibilidade como princípio já se manifesta nas primeiras duas frases do conto: “Nossa cantora se chama Josefina. Quem não a ouviu não conhece o poder do canto” (Kafka, 1989, p. 122). Com esse corte inicial, apresenta-se, de certa forma, o fracasso previsível da narração, do lado marcado, a ser descrito no decorrer do texto. O ponto central, referente ao nível de conteúdo, resulta da pergunta ou da questão “o que de fato ocorre com essa música” (Kafka, 1989, p. 122). Compreender o poder de sua música poderia ser assegurado apenas pela percepção auditiva, impossível de se reproduzir na comunicação literária, ainda mais que o narrador pertence

a uma raça que não “ama a música” e não possui a capacidade de se elevar “a coisas tão distantes de nossa vida diária como a música” (Kafka, 1989, p. 122). Com isso, mesmo a tentativa de compreender o canto de forma auditiva fracassaria e uma distinção clara do ruído produzido por Josefina não pode ser realizada pelo narrador. A sua pergunta “Será que é, afinal, realmente um canto? Será que não é, talvez, tão-somente um assobio?” (Kafka, 1989, p. 123), irrespondível, por falta de referências confiáveis, mas mesmo assim ensaiadas, manifesta-se no texto na argumentação labiríntica e circular. As declarações do narrador sobre o canto são problematizadas e revidadas numa corrente de negações, contradições, concessões e autodementações. O constatar e suspender, o progredir e revogar do texto, seus movimentos circulares, mostram-se, no nível gramatical, no uso maciço de advérbios como *mas*, *entretanto*, *talvez*, *de certa forma* etc., nas frases condicionais e formas verbais no subjuntivo de caráter hipotético, assim como na alta frequência de frases interrogativas. As incertezas referenciais existem tanto em relação a Josefina, como ao povo, as duas ordens constitutivas da história. Pode-se atribuir a Josefina apenas um “suposto talento artístico” (Kafka, 1989, p. 123) e a oposição é descrita “como supostos opostos” (p. 126). A oscilação, como resultado da impossibilidade de diferenciar o canto, leva o narrador a defini-lo primeiro como arrebatador, para logo depois afirmar “que não representa nada de extraordinário” (Kafka, 1989, p. 123). Vê no canto de Josefina a conservação de uma certa tradição musical, apesar de ter enfatizado anteriormente que “a arte de Josefina não corresponde” (p. 123) à noção tradicional do que seja canto. A mesma indeterminabilidade encontra-se, conforme o narrador, ao lado do público. Uns julgam sua atividade como um assobiar comum, enquanto outros afirmam seu caráter artístico. A questão de saber se o ruído produzido por ela pode ser designado como canto e assim como arte é apenas uma “expressão característica da vida” (Kafka, 1989, p. 123), dependendo aparentemente da posição do observador. A oscilação do narrador resulta da problemática de achar uma qualidade imanente aos ruídos de Josefina ou, na linguagem da teoria dos sistemas, ao diferenciar assobiar de can-

tar, ele tenta designar o lado marcado da diferenciação, o canto, através de qualidades substanciais originadoras da manifestação artística única. Nesse caso, “seria preciso ter diante desse canto, de uma vez por todas, a sensação do extraordinário, a sensação de que dessa garganta ressoa algo jamais ouvido antes, algo que nós inclusive nem sequer temos a capacidade de ouvir [...]” (Kafka, 1989, p. 123). Mas se o canto estivesse além da capacidade perceptiva do povo, não poderia ser percebido como diferente do assobio, ainda mais para um povo “completamente amusical” (p. 122). Por isso, o narrador pode afirmar que o fato de Josefina ter um público ouvinte é uma prova contra seu canto. Achar uma justificativa metafísica referente à diferença entre assobiar e cantar mostra-se inviável. Comparar os ruídos de Josefina diretamente com o assobio habitual não apresenta diferenciações notáveis.

Quando nos colocamos a uma boa distância dela e a escutamos ou, melhor ainda, quando fazemos um teste nesse sentido (se, portanto, Josefina canta, digamos, em meio a outras vozes, e nos propomos à tarefa de identificar sua voz), então inegavelmente não se escuta outra coisa senão um trinado comum [...] (Kafka, 1989, p. 123-124).

Mas há o desejo de aspirar “à felicidade que talvez emane da música” (p. 122), o desejo de uma área referencial preexistente que possa estruturar e autenticar o significado do canto, mas: “[...] nos tempos idos de nosso povo, havia canto; sagas falam disso, e até certas cantigas foram conservadas, cantigas que, é claro, ninguém mais sabe cantar” (p. 123). A esperança do narrador de, pelo menos, possuir uma “noção daquilo que seja canto” (p. 123) estimula a narração e a faz circular ao redor desse espaço aberto e inatingível nas aproximações explicativas ou interpretativas dos ruídos de Josefina. Na tentativa de lhes atribuir sentido, concebe-a como expressão social: no seu canto “reside algo de nossa infância pobre e parca, algo da felicidade perdida e jamais reencontrável, mas nele também se encontra algo da vida ativa de hoje, de sua diminuta, incompreensível vivacidade e que, mesmo assim, existe e não pode ser extinto” (Kafka, 1989,

p. 132-133). Assim, o canto, a arte, compensaria déficits da sociedade que somente diferencia criança de adulto, não conhece a juventude como fase transitória e, por serem adultos tempo demais, “um certo cansaço e desespero amplo pervade a essência, tão tenaz, e cheia de esperança, de nosso povo” (p. 133). A reconciliação entre os polos apenas parece possível na música de Josefina que, como dissolução artística de diferenças funcionais estabelecidas, somente é realizável nas “escassas pausas entre as batalhas” (p. 133).

Mas ainda não foi esclarecido como a atividade de Josefina torna-se receptível como arte na diferença ao assobiar ou qualquer outra atividade cotidiana, levando em conta que a arte precisa recorrer a materiais, palavras ou sons, os “*media primários*” (Luhmann, 1988, p. 63) também usados na praxe cotidiana. Se objetos ou sons, como o canto de Josefina, que não podem ser diferenciados substancialmente de atividades ou objetos comuns, são percebidos como obras artísticas, deve haver uma diferença de aplicação desses nos respectivos campos. O narrador reflete sobre isso no seguinte trecho:

[...] para entender sua arte é necessário não só ouvi-la, mas também vê-la. Mesmo que fosse apenas nosso assobio cotidiano, mesmo assim já existe nele, desde o início, a singularidade de alguém pôr-se de modo solene a não fazer outra coisa que não o trivial. Quebrar nozes não é, realmente, nenhuma arte; por isso, ninguém há de ousar reunir um público e, para entretê-lo, dispor-se a quebrar nozes diante dele. Se, mesmo assim, ele o fizer, e alcançar êxito em seu propósito, então não pode tratar-se tão somente de um quebrar nozes. Ou então se trata de um quebrar nozes e acaba se revelando que não havíamos percebido essa arte porque a dominávamos completamente, arte que esse novo quebrador de nozes é o primeiro a nos mostrar em sua autêntica essência, quando até poderia ser útil à impressão causada se ele fosse um pouco menos hábil em quebrar nozes do que a maioria de nós (Kafka, 1989, p. 124).

A diferença de aplicação que possibilita uma diferenciação entre arte e vida cotidiana torna-se visível quando o usual acontece sob condições especiais que o liberam de sua função tradicional. De acordo com esse

conceito de arte, similar ao agrado sem interesse de Kant, o narrador caracteriza o assobiar de Josefina como “livre das cadeias da vida cotidiana” (p. 133). O assobiar é retirado de seu contexto comunicativo – o público deve permanecer silencioso durante a apresentação – e, ao ser liberado da função de ser “a linguagem de nosso povo também nos libera por um breve período” (p. 133). Se o povo, como consequência, admira nela “algo que não admiramos nem um pouco em nós” (p. 124), e se o objeto observado, o canto/assobiar, não revela “o enigma de seu grande sucesso” (p. 123), não é uma essência ou intencionalidade artística que se impõe como arte, mas é o povo dos ratos que adjudica à atividade de Josefina um certo significado e efeito artístico. Somente a partir dessa configuração de um campo artístico reconhecido socialmente poderia ter surgido a pergunta inicial referente ao caráter artístico ou não de suas apresentações, pois a atividade em si não possui uma qualidade diferenciável. Já que sua arte não se mostra como tal através de elementos próprios específicos, precisa de apoios externos institucionalizados para obter um efeito reflexivo e receptivo sobre sua manifestação. O “comportamento receptivo do povo”, bem como “sua veneração por Josefina é autêntica e comprovada” (p. 135), ou seja, houve, através de repetições consolidadoras, uma densificação de expectativas e, com isso, estruturas estáveis que garantissem uma delegação clara de seu canto/assobio ao sistema da arte, ao qual pode se recorrer em caso de incertezas.

Também a autoencenação de Josefina segue um ritual comprovado: “E para reunir em torno de si tal multidão [...], Josefina em geral não precisa fazer outra coisa senão, com a cabecinha jogada para trás, a boca semiberta, os olhos voltados para o alto, assumir a postura que indica que pretende cantar” (Kafka, 1989, p. 126). A sua apresentação é condicionada à aceitação e cumprimento da diferença entre a artista que canta e o público que permanece em silêncio. Já que o efeito artístico não parte claramente da arte apresentada, mas da função a ela atribuída, o narrador não consegue decidir se “é seu canto o que nos encanta ou, ao contrário, a solene calma a envolver sua débil e frágil voz” (p. 125) ainda mais que é uma “silên-

cia paz” que é “nossa música predileta” (p. 122). A observação da manifestação como canto precisa, então, aceitar e respeitar a condição, *frame* externo, para apreciar a obra como artística e algo além da experiência cotidiana e paralelamente invisibilizar essa diferença no ato da recepção para não duvidar permanentemente de seu status como arte. Perturbações que se opõem a essa unidade são ou integradas na própria manifestação ou tenta-se eliminá-las como interferências inadequadas. Isso pode ser observado, por exemplo, em encenações de peças teatrais onde os espectadores enfrentam durante os primeiros quinze ou trinta minutos um palco iluminado, mas vazio e sem ação. As reações oscilam entre aceitação, como parte do espetáculo, ou protesto por haver o *frame*, mas sem obra. No conto de Kafka, quando um “tipinho idiota qualquer também começou a assobiar” de uma maneira que impossibilitava “apontar diferenças” (1989, p. 125), ameaçando abolir a diferença entre o campo artístico e os demais, os ouvintes reagiram imediatamente: “[...] com sibilos e assobios, nós liquidamos o perturbador” (p. 125). Com essa reação, o efeito do canto experimenta uma valorização ainda maior.

[...] todas as perturbações lhe vêm muito a propósito: tudo o que, de fora, se contrapõe à pureza de seu canto acaba sendo, em rápida disputa, até mesmo sem disputa, derrotado tão-somente através da contraposição, podendo servir para acordar a multidão, para ensinar-lhe, talvez, não compreensão, porém instintivo respeito (Kafka, 1989, p. 125).

A institucionalização da arte como sistema social permitiu um pluralismo de programas literários modernos que incluiu tanto a provocação desse *frame* através da inclusão de textos não ficcionais, como no caso da literatura documental nos anos sessenta e setenta, ou objetos como as famosas *cadeiras de gordura* de Beuys, como programas favoráveis à negação ou eliminação de seu próprio espaço. Dentre nossas concepções de observações diferenciadas a partir de comunicações específicas dos sistemas funcionais, podemos definir a relação entre artista e espectador, antes de tudo, como “duelo de observações” (Böhringer, 1985, p. 124), em que

a oferta de comunicação da obra literária concorre com as demais, mas ganha sua intencionalidade artística através do pertencimento ao sistema e destaca-se nele através da figura do autor. A apresentação de Josefina, que não pode ser descrita como comunicação artística entre referência externa e autorreferência, pois essa não se diferencia de outras comunicações, apenas ganha status artístico com a presença física da artista: “[...] para entender sua arte é necessário não só ouvi-la, mas também vê-la” (Kafka, 1989, p. 121) e “quando se está sentado diante dela, sabe-se: o que ela está assobiando não é um assobiar” (p. 125). Sua autoencenação sugere uma intenção artística, pois quando se observa que há uma comunicação, supõe-se que algo é comunicado. Já que no seu canto não se trata de uma comunicação diferenciável, é através de sua pessoa, sua representação física, que se estabelece a qualificação de sua atividade como manifestação artística. Por isso, quando Josefina encurta os floreios, não parece “haver diferença em relação às suas apresentações anteriores” (p. 137) para o público, mas tem-se a impressão de que “seus braços talvez sejam um pouco curtos demais” (p. 138).

O narrador, nas suas incertezas e oscilações, mostra a impossibilidade de uma conclusão definitiva a respeito do canto, se afinal de contas, é arte ou não, mas também mostra que, uma vez parte do sistema da arte, seu caráter artístico torna-se inegável e que o que mais importa é o fato de que haja reflexões e interpretações, mesmo ou ainda mais se a respectiva comunicação em si possui pouco valor comunicativo. A indefinição frente à essência de seu canto, o reconhecimento relativo de sua arte – reconhecida formalmente como arte, mas questionada em sua originalidade – causa a Josefina um “nervoso mal-estar” (Kafka, 1989, p. 129), pois almeja um reconhecimento incondicional de sua arte, “um reconhecimento público, claro e inequívoco, a atravessar os tempos, a se elevar acima de tudo o que até agora se conhece” (p. 134-135). Sua pretensão de ser única, diferente, incompreendida e incompreensível pelo povo, leva-a a objetivar um status intocável no campo jurídico, pela lei, uma vez que não pode obtê-lo no sistema da arte.

Mencionamos a designação dessa área já pela imagem da balança no comentário de Kafka sobre o duplo título. Como arte e pessoa são indiferenciáveis, Josefina pretende não apenas o reconhecimento de sua arte, mas exige que a ordem jurídica coloque também “sua pessoa e seus desejos fora de seu poder de mando e comando” (p. 134), assegurando assim, pelo lado externo, uma consolidação inquestionável como artista. Isso seria não apenas uma infração contra a lei, mas um afastamento do princípio básico do povo de que cada um precisa tomar conta de si mesmo. Sua luta para um reconhecimento absoluto de sua arte pela lei, a tentativa de superar os dois campos em direção a uma posição única além dos sistemas sociais, fracassa na resistência do povo para o qual “sua arte não era outra coisa senão lembranças, lembranças das possibilidades da vida que, de qualquer maneira, se encontram potencialmente em cada um [...]” (Emerich, 1957, p. 171). Josefina reage à recusa do povo de ceder a suas intenções com um silenciar e desaparece. Com seu desaparecimento físico e não havendo meios de conservação perde-se também o efeito de seu canto, enquanto o povo, “quieto e sem decepção perceptível, [...] continua seguindo seu destino” (Kafka, 1989, p. 139). A balança entre assobio e canto, arte e vida, artista e povo, mantendo-se contrabalançada durante o conto pelas reflexões indecisas e circulares do narrador na busca de uma diferenciação clara, se inclina, no decorrer do conto e destacadamente com o desaparecimento físico de Josefina e conseqüentemente a redução do peso de um lado, para o outro, o povo. Se o narrador, inicialmente, não consegue “ganhar distância de si mesmo e das operações próprias e corrigir sua posição em relação ao ambiente na base de critérios construídos e variados no próprio sistema” (Baraldi, 1997, p. 145), circulando indecisamente entre impossíveis critérios absolutos para a arte na sua relação com a sociedade, o desaparecimento da artista e, com isso, de seu poder sobre o narrador, o leva a seguinte conclusão: será impossível perder o canto de Josefina, não por ser algo extraordinário, mas porque é lembrado e pode ser lembrado por ser essencialmente igual ao assobiar do povo e por isso, e não apesar disso, destacado pelo povo, atribuindo-o um “tão alto” estima (Kafka, 1989,

p. 139).

Assim, vida e arte se diferenciam apenas funcionalmente, pois o sistema da arte “apenas assobia o que cada um assobia” (Emerich, 1957, p. 171), fato que frequentemente é oculto pela presença dominante do autor ou artista como originador absoluto e situado supostamente além das estruturas sociais. Mesmo que ela não o faça de forma comunicativa diferente de outros sistemas, seu status funcional lhe garante uma atenção específica e uma reflexão posterior. Como no caso de Josefina não existe memória coletiva na forma escrita, museus ou registros artísticos em geral, é preciso lembrar que as conclusões finais do narrador a respeito da não-diferença entre canto e assobiar devem-se ou podem-se dever à ausência da artista e, na lógica do conto, com isso, à ausência da arte, na distância esforçada pela autorretirada de Josefina. Assim o comentário do narrador pode ser lido também como consequência a seu ato de partir, que elimina o outro lado da balança e impossibilita assim a continuidade reflexiva desta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARALDI, Claudio et al. *Glossar zu Niklas Luhmanns Theorie sozialer Systeme*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1997.

BÖHRINGER, Hannes. *Begriffsfelder. Von der Philosophie zur Kunst*. Berlin: Merve Verlag, 1985.

BROD, Max. *Kafka, Franz. Gesammelte Werke*. New York: Schocken Books, 1946.

EMRICH, Wilhelm. *Franz Kafka*. Frankfurt/M.: Athenäum, 1957.

KAFKA, Franz. *Josefine, a cantora ou o povo dos ratos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LUHMANN, Niklas. *Die Wissenschaft der Gesellschaft*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1988.

LUHMANN, Niklas. *Die Kunst der Gesellschaft*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1995.

MÜLLER, Hartmut. *Franz Kafka. Leben - Werk— Wirkung*. Düsseldorf: Econ-Taschenbuch-Verlag, 1985.

MÜLLER, Michael (Hrsg.). *Interpretationen: Franz Kafka. Romane und Erzählungen*. Stuttgart: Reclam, 1994.

MUSIL, Robert. *O Melro e outros escritos*. São Paulo: Nova Alexandra, 1996.

ENSINAR SAUSSURE? SIM, MAS COMO?

Valdir do Nascimento Flores*

INTRODUÇÃO

As duas perguntas que servem de título a este texto são, juntas, uma espécie de convocação ao debate dirigida aos professores de linguística da atualidade. Na verdade, o contexto que especifica o sentido de tais perguntas pode ser visto da seguinte forma: de um lado, há os professores de linguística que ignoram Saussure como conteúdo a ser trabalhado; de outro, há os que entendem que apenas o *Curso de linguística geral* deve ser objeto de estudo, já que a ele é atribuída a fundação da linguística; há, também, os que defendem que o *Curso* falseia o pensamento de Saussure, logo deve-se trabalhar apenas os recentes manuscritos publicados; finalmente, há os que pensam que todas as fontes devem ser objeto de análise nas disciplinas de linguística.

Em função disso, este texto objetiva alertar, no âmbito do ensino da disciplina de Linguística Geral, normalmente ministrada em Cursos de Graduação em Letras, quanto à necessidade de ler Ferdinand de Saussure, hoje em dia, de um ponto de vista que não ignore a complexidade do conjunto formado pelas fontes que constituem “a obra” saussuriana: há as fontes publicadas pelo autor, há os manuscritos publicados postumamente, há cartas de Saussure, cartas de alunos de Saussure, há os textos estabelecidos por editores, etc.

Minha atenção, aqui, estará voltada a apenas duas fontes: o *Curso de linguística geral* (CLG) e o conjunto de manuscritos que ficou conhecido como *Anagramas*.

Em relação ao CLG, busco mostrar os termos pelos quais, ao definir método e objeto para a linguística, ele teve papel fundamental na sua instauração como ciência. Dessa instauração surge o movimento conhecido como estruturalismo. Em outras palavras, busco mostrar como Saussure é condição de existência do estruturalismo mesmo sem ter sido, ele mesmo, um estruturalista. A conclusão aqui é evidente: o ensino de linguística não pode prescindir do CLG.

No que tange aos Anagramas, tento mostrar que a pesquisa saussuriana em torno da poesia permite ampliar o entendimento de língua no pensamento do autor, alargando-a para além do que coloca o CLG sem, contudo, contradizê-lo. A conclusão conduz a pensar que as demais fontes saussurianas são, na verdade, uma soma e não uma oposição ao que coloca o CLG.

2 SOBRE O ENSINO DE LINGUÍSTICA A PARTIR DO CLG

Tenho percebido que os Cursos de Graduação em Letras, geralmente, assumem a postura de considerar a publicação do *Curso de Linguística Geral* como um fato que pertence à história das ideias linguísticas. Tal procedimento não seria negativo se, com isso, não se ignorasse a atualidade do pensamento de Saussure. Na verdade, grande parte dos livros considerados como *introduções à linguística* e disciplinas de linguística geral de nossas universidades apenas lembram a obra como um marco que cria a linguística. No entanto, muitos professores se apressam em dizer que Saussure é passado. A linguística que merece crédito é atual.

Juntamente com essa atitude tenho percebido outra de caráter igualmente reducionista: o estudo do *Curso* reduz-se à apresentação das dicotomias língua/fala, paradigma/ sintagma, diacronia/ sincronia, significante/ significado, atitude esta, geralmente, feita de maneira estanque e sem referência ao sistema teórico do qual fazem parte. A conclusão disso

* Professor Titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da UFRGS. Professor de Linguística do PPG-Letras da UFRGS. Bolsista do CNPq.

é que o aluno de Letras acaba se convencendo de que Saussure foi muito importante, mas que nada mais do que disse pode ser levado a sério hoje. Esquecem-se os desavisados que os conceitos apresentados no *Curso* não são simples oposições metodológicas.

Para ilustrar a complexidade do raciocínio que está implicado na proposição teórica dessas dicotomias, basta ver que Saussure é muito claro em pensá-las como uma realidade dialética na qual sempre se pode pensar na (co)existência dos opostos. Para cada dicotomia, há uma espécie de positividade dada pela união que têm na realidade linguística. No *Curso* encontra-se a voz que autoriza pensar nessa dialética:

[...] mas dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem (Saussure, 1975, p. 139).

O *Curso*, em inúmeras passagens, reafirma a necessidade de não se enganar com a aparente transparência das dicotomias. Elas têm valor apenas dentro do quadro teórico no qual foram concebidas. A respeito disso diz Saussure:

[...] a entidade linguística só existe pela associação do significante e do significado; se se retiver apenas um desses elementos, ela se desvanece; em lugar de um objeto concreto, tem-se uma pura abstração. A todo o momento corre-se o perigo de não discernir senão uma parte da entidade crendo-se abarcá-la em sua totalidade (Saussure, 1975, p. 119).

De minha parte, penso que é sempre possível ler, no *Curso*, a união dos opostos: para a dicotomia língua/fala há a linguagem: “A língua é para nós a linguagem menos a fala” (Saussure, 1975, p. 92); para a do significante/ significado há o signo: “conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo” (Saussure, 1975, p. 140); para a dicotomia diacronia/ sincronia há a pancronia: “não se poderá estudar a língua de

um ponto de vista pancrônico? Sem dúvida. (...) Em linguística, como no jogo de xadrez, existem regras que sobrevivem a todos os acontecimentos” (Saussure, 1975, p. 112)⁴³; para a do eixo associativo/ eixo sintagmático⁴⁴ há o sistema. Todos esses termos e noções devem ser remetidos ao de *valor*, conceito cardeal da epistemologia saussuriana.

A título de ilustração, vale ainda lembrar que o *Curso* é obra póstuma. E essa não é apenas mais uma informação histórica. Considerar isso é determinante para o tipo de leitura que se pode imprimir ao livro. Charles Bally e Albert Sechehaye não frequentaram os cursos ministrados por Saussure. A organização feita é produto da leitura das anotações dos alunos. Dizem os organizadores no prefácio do *Curso*:

Após a morte do mestre, esperávamos encontrar-lhe nos manuscritos, cortesmente postos à nossa disposição por Mme de Saussure, a imagem fiel ou pelo menos suficientemente fiel de suas geniais lições; entrevíamos a possibilidade de uma publicação fundada num simples arranjo de anotações pessoais de Ferdinand Saussure, combinadas com as notas dos estudantes. Grande foi a nossa decepção; não encontramos nada ou quase nada que correspondesse aos cadernos dos discípulos [...]. Essa verificação nos decepcionou tanto mais quanto obrigações profissionais nos haviam impedido quase completamente de nos aproveitarmos de seus derradeiros ensinamentos, que assinalam, na carreira de Ferdinand Saussure, uma etapa tão brilhante quanto aquela, já longínqua, em que tinha aparecido a *Mémoire sur les voyelles* (Bally; Sechehaye, 1975, p. 1-2).

Citei longamente o prefácio à primeira edição para justificar a forma relativamente polêmica com a qual iniciei este texto. Ora, exceto as raras e louváveis vozes dissonantes, a docência de linguística nos cursos superiores de Letras das universidades brasileiras limita-se a fazer uma apresentação estéril da obra saussuriana, muitas vezes prescindindo inclusive da leitura do *Curso* e optando por introduções. É ilustrativo citar aqui a compreensão do termo *leitura* apresentada por Souza (1988), quando da apresentação de seu livro *Uma Leitura Introdutória a Lacan (exegese de um estilo)*. Se-

43 Interessante notar que Saussure acrescenta, no entanto, que “[...] o ponto de vista pancrônico não alcança jamais os fatos particulares da língua” (Saussure, 1975, p.112).

44 E não paradigma e sintagma, como querem os estruturalistas.

gundo ele, “as introduções a uma obra, quase sempre, são um paliativo, mas para que o original não seja lido. É uma substituição, às vezes astuta, às orelhas dos livros” (Souza, 1988, p. 13).

Nas últimas décadas, inúmeros trabalhos resgatam o pensamento de Saussure⁴⁵ a partir do princípio de que o CLG é apenas uma organização, portanto, não reflete necessariamente o pensamento de Saussure. O que diriam os que “ensinam” o *Curso* como um saber acabado se soubessem que talvez Saussure não tenha dado tanta ênfase à dicotomia língua/fala, chegando inclusive, em alguns momentos, a dissolvê-la; que a oposição língua/fala não tem sempre o mesmo estatuto nas várias passagens em que aparece no *Curso* e que a tríade signo/ significante/ significado recebe diferentes tratamentos no decorrer do livro?

Como poderia ser diferente? Saussure era um professor, ministrou suas aulas durante o período compreendido entre os anos 1907-1911 e, como todo professor, fez o seu pensamento inúmeras vezes, buscando encontrar meios de explicá-lo. Acredito que é de fundamental importância não perder de vista o fato de que o *Curso* é a tentativa de síntese do exercício de docência de uma área - a linguística - da qual pouco se sabia até então.

Para dar um exemplo do alcance que pode ter a incompreensão do contexto em que o *Curso* fora produzido, gostaria de lembrar uma crítica que certa vez ouvi a respeito do recurso feito às metáforas (da folha de papel; do jogo de xadrez, da pauta musical, etc.) para explicar os conceitos presentes no *CLG*. Disseram-me que explicar a língua associando-a a um jogo (no caso, o de xadrez) é inadequado (o termo que ouvi não foi bem esse, mas pretendo manter-me nos limites do léxico padrão), visto que um jogo tem início, meio e fim determinados por regras explícitas e uma língua não. Lembro-me de ter perguntado ao eminente interlocutor se, por acaso, estava sugerindo que Saussure não soubesse disso. Evidentemente, trata-se apenas de um recurso didático que um professor faz para tornar mais próxima de seus alunos uma ideia que está sendo apresentada. Em todos

os meus anos de professor de linguística em nenhum momento supus que as metáforas eram o retrato fiel daquilo que estavam ilustrando.

O que estou querendo dizer é que, em relação ao CLG, observa-se um fato singular, qual seja, o livro funda a linguística moderna, mas faz isso a revelia daquele a quem se atribui a sua autoria. Isso é muito bem lembrado por Isaac Nicolau Salum, no excelente prefácio à edição brasileira do livro, diz ele:

[...] hoje não se pode deixar de reconhecer que o Cours levanta uma série in-términa de problemas. Porque, no que toca a eles, Saussure - como Sócrates e Jesus- é recebido de ‘segunda mão’. Conhecemos Sócrates pelo que Xenofonte e Platão escreveram como sendo dele. O primeiro era muito pouco filósofo para entendê-lo, e o segundo, filósofo demais para não ir além dele, ambos distorcendo-o. Jesus nada escreveu senão na areia: seus ensinamentos são os que nos transmitiram seus discípulos, alguns dos quais não foram testemunhas oculares (Salum, 1975, p. XVI).

De minha parte, acredito, em primeiro lugar, que se possa retomar uma leitura do CLG – que chamo de “canônica” na falta de termo melhor – que é responsável pelo estabelecimento do pensamento estruturalista a partir do século XX. Existe uma leitura do CLG que possibilitou a *Glossemática* de Louis Hjelmslev, parte do trabalho de R. Jakobson, a *Semântica Estrutural* de A. J. Greimas, a *teoria da Enunciação* de Emile Benveniste e a *semântica argumentativa* de Oswald Ducrot, apenas para lembrar alguns. Essa leitura é importante para a história das ideias linguísticas, além de ser instauradora da unicidade de um pensamento, aquele que, em linhas gerais, concebe o elemento como parte de um sistema, ou seja, o estruturalismo. Pode-se, aqui, pensar a respeito da forma como a linguística se inscreve, na “ordem dos saberes”, como uma ciência circunscrita.

Em segundo lugar, creio que se pode investigar epistemologicamente o pensamento de Saussure, confrontando o *Curso* com outras fontes. No caso, aqui, estudo os *Anagramas* para, a partir daí, pensar na complexidade da “obra” saussuriana, tal como anunciei no primeiro parágrafo.

45 Arrivé (1999), Godel (1969), Bouquet (1997), entre outros.

Assim, de certa forma, o que faço, a seguir, é, de certa forma, uma argumentação dirigida aos professores de linguística no sentido de restituir a atualidade do pensamento de Saussure, de dimensioná-lo com relação a alguns de seus mais nobres leitores e de vislumbrar algumas reflexões atuais. Isso autoriza a pensar no CLG como obra única e singular e nas demais fontes – aqui ilustradas pelos *Anagramas* – como parte de uma nova reflexão linguística também amparada em Saussure.

Faço, portanto, a seguir, uma leitura de Saussure em dois momentos: o do Curso e o dos Anagramas. No primeiro, estou interessado na construção do paradigma de ciência; no segundo, naquilo que pode ser entendido desde que se articule Anagramas e Curso.

3 A UNIDADE DA OBRA DE SAUSSURE E O PARADIGMA DE CIÊNCIA PARA A LINGUÍSTICA

Nesta parte, busco elementos que permitem explicitar o que chamei anteriormente de *leitura canônica*. Faço isso tomando como eixo o CLG de Saussure, e as interpretações que dele fazem alguns de seus mais reconhecidos leitores. O propósito é, pois, reunir elementos que possibilitem a circunscrição do *método* e do *objeto* em linguística e sua relação com o paradigma *estruturalista*. Falar em linguística é falar de uma unidade que tem um conjunto de proposições que conferem a essa área o estatuto de ciência. A nomeação, nesse caso, é garantia de unidade. O *Curso de linguística geral* tem papel de destaque no processo de constituição da ciência linguística.

Antes, porém, cabe uma indagação: será que Saussure foi estruturalista? Ou seria mais correto dizer que se fez uma leitura estruturalista de Saussure?

Saussure não utilizou a palavra *estrutura* e o CLG é fiel a isso. Seu termo era *sistema*⁴⁶. A palavra *estrutura* veio a ser utilizada apenas no final da década seguinte, mais especificamente em 1929, nas teses formuladas no

Congresso Internacional de Linguística de Haia pelos linguistas Roman Jakobson e Nicolas Troubetzkoy.

Portanto, e que fique muito claro isso, minha intenção, neste texto, de recuperar a leitura estruturalista feita de Saussure – muito especialmente do *Curso* – atende ao propósito, cabe reiterar, de investigar como a ciência linguística se instaurou, a partir de Saussure, no paradigma científico. Não se trata de atribuir a Saussure a marca estruturalista, mas de ver como essa marca se constituiu com referência a seu pensamento.

Benveniste, em seu artigo de 1963, *Saussure após meio século*, afirma: “Saussure é em primeiro lugar e sempre o homem dos fundamentos” (Benveniste, 1988, p.35) e, sobre a doutrina saussuriana, pergunta:

1ª Quais são os dados de base sobre os quais a linguística se fundará, e como podemos atingi-los?

2ª De que natureza são as noções da linguagem e por que tipo de relação se articulam? (Benveniste, 1988, p. 35).

A linguística somente existe na regularidade de seu objeto, nele encontra-se o primado do paradigma estrutural. Porém, como afirma Milner (1987), por estruturalismo não se entende a visão insípida do mundo ou a epistemologia geral bastante simples que se designa por este nome, mas um conjunto de proposições não triviais. A *língua*, definida como um sistema de signos, é o ponto de partida para Saussure – e a partir do qual a linguística se nomeia como tal. É nessa noção de sistema que a linguística do século XX irá encontrar a estrutura.

A lembrança do que está no *Curso* pode ser preciosa aqui. A dificuldade, segundo Saussure (1975), de estabelecer o objeto da linguística deve-se à relação que esta mantém com as demais ciências, ou seja, na linguística, o objeto não é anterior ao ponto de vista teórico, mas é por ele determinado. É a máxima saussuriana *o ponto de vista cria o objeto* (Saussure, 1975, p.15) que deverá nortear todo pensamento em linguística estrutural no século XX.

46 Dosse confirma isso; “Saussure só fizera uso do termo sistema, múltiplas vezes citado, 138 vezes nas 300 páginas do CLG” (Dosse, 1993, p. 66)

O conceito mais amplo definido no sistema teórico do CLG é o de *linguagem*. Tal como é ali concebida, a linguagem teria um lado social e um individual dialeticamente articulados, implicando concomitantemente um sistema estabelecido e uma evolução, “uma instituição atual e um produto do passado” (Saussure, 1975, p.16). Entretanto, não há possibilidade de a linguística abordar integralmente este objeto, cuja complexidade apresenta uma série de dificuldades que, embora tenham existência porque presentes linguisticamente, pertencem ao objeto de outras áreas do conhecimento. Disso, resta uma questão: qual é o procedimento adequado para abordar o objeto da linguística? É o próprio Saussure quem responde: “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (Saussure, 1975, p. 16-17).

Encontra-se assim determinado o objeto sobre o qual a linguística deve se debruçar: *a língua*. Ora, dado que a linguagem seria *multiforme e heteróclita*, sua classificação transcenderia qualquer categorização, motivo pelo qual Saussure sugere que o pesquisador se detenha naquilo que é essencial, ou seja, a língua enquanto “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 1975, p. 17).

A língua é, diferentemente da linguagem, “um todo por si e um princípio de classificação” (Saussure, 1975, p. 17). É, também, um sistema adquirido e convencional, subordinado à faculdade da linguagem de constituir uma língua, esta entendida como unidade daquela. Para isolar a língua do todo que é a linguagem, Saussure recorre a outra concepção, qual seja, a de *fala* ou ato individual no circuito da comunicação.

É clássica a referência à língua como *tesouro depositado pela fala* nos indivíduos pertencentes a determinada comunidade linguística, como *um sistema gramatical* e virtual que existe no cérebro desses indivíduos. Separar, segundo Saussure, a língua da fala implica separar “1º- o que é social do que é individual; 2º o que é essencial do que é acessório e mais ou menos

individual” (Saussure, 1975, p. 22). A diferença entre ambas está no fato de que a língua não tem o estatuto de “função”, característica esta pertencente à fala, já que pode ser vista como um “ato individual de vontade e inteligência” (Saussure, 1975, p. 22). Em suma, a língua é o objeto da linguística porque é um conjunto regular, social, convencional e sistemático de signos, identificável no interior da irregularidade da linguagem e por oposição à fala, que é individual.

O que se percebe nesta rápida incursão pelo CLG é que a *língua* aparece como produto de um ponto de vista teórico, é concebida como a regularidade de uma realidade heteróclita (linguagem), como um sistema de signos do qual se deve dar uma descrição em termos de relações internas. Diferentemente da fala, a língua não é uma função do falante, mas um produto cujo registro é passivo. A fala, por sua vez, é um ato individual que implica em vontade e inteligência. As consequências disso é que a linguística reclama o estatuto de ciência justamente porque, dados método e objeto, todas as operações científicas derivam do princípio da língua como sistema de signos, singular entre os fatos de linguagem.

O dinamarquês Louis Hjelmslev baseia-se nessa concepção do mestre para propor que se entenda por

[...] linguística estrutural um conjunto de pesquisas que repousam em uma hipótese segundo a qual é cientificamente legítimo descrever a linguagem como sendo essencialmente uma entidade autônoma de dependências internas ou, numa palavra, uma estrutura (Hjelmslev, 1991, p. 29).

Hjelmslev é bastante claro no texto *Análise estrutural da linguagem*, quando afirma que considerar Saussure como o fundador da linguística moderna significa reconhecer-lhe o mérito de propor a descrição científica da linguagem em termos de relações entre unidades. Em outras palavras, pensar a linguística nesses termos é refletir sobre método e objeto. É isso que o leva a enfatizar o aspecto formal da língua em detrimento da substância. Segundo ele,

[...] essa ideia vem a ser, (...), a concepção de língua como uma estrutura puramente relacional, como um padrão, como oposta ao uso (fonético, semântico, etc.) onde esse padrão esteja eventualmente manifesto (Hjelmslev, 1991, p.41).

Ora, é providencial esta interpretação de Hjelmslev porque garante uma descrição da língua através da afirmação das relações entre as unidades, o que exclui afirmar algo sobre a essência ou substância das próprias unidades. Hjelmslev textualmente ratifica o que expus anteriormente com as seguintes palavras, merecedoras de destaque pela síntese que apresentam não só da perspectiva corrente em linguística como de seu próprio trabalho: “No que me concerne, insisto em colocar-me ao lado da *langue* estudada e concebida como mera forma, como padrão, independentemente do uso” (Hjelmslev, 1991, p. 42).

Eis um dos efeitos da leitura feita de Saussure: a definição de um *método* e de um *objeto* para a linguística. Ambos fundam a linguística como ciência. A interpretação de Hjelmslev testemunha em favor disso.

Com essa leitura de Saussure – da qual Hjelmslev é exemplar – nasce um pensamento que pode ser sintetizado em duas palavras: *estrutura e estruturalismo*. Refletir sobre linguística é avaliar o peso semântico dessas palavras para o estabelecimento da ciência linguística.

Como lembra Ducrot, “se se entender por estrutura toda organização regular, a pesquisa de estruturas é tão velha quanto o estudo das línguas” (Ducrot, 1971:24). Entretanto, se o estruturalismo linguístico fosse reduzido apenas à ideia de organização, não passaria de banalidade. Há algo mais no conceito de estrutura.

O método deduzido da leitura de Saussure justifica um raciocínio que enfatiza a organização entre dois termos, independentemente desses termos, já que é fundada nas relações que eles mantêm. A classificação linguística, decorrente desse processo, é ela mesma uma relação com outras classificações.

Os Anagramas que estudo foram reunidos por Jean Starobinski (1974), em *As Palavras Sob as Palavras: os anagramas de Ferdinand Saussure*⁴⁷, cuja leitura será, aqui, guiada pela compreensão prévia de Gadet & Pêcheux (1984), Milner (1987), Arrivé (1994) e Lopes (1993).

Starobinski mobiliza, de início, a noção de *discurso* em contraposição à de *língua*. A questão posta por Saussure – “O que é preciso para que tenhamos a ideia de que queremos significar alguma coisa, usando termos que estão disponíveis na língua?” (Saussure, apud Starobinski, 1974, p.12) - evoca o caráter abstrato da língua em contraposição à evidência da fala. O discurso (ou fala) é pensado por Saussure inicialmente como uma relação entre dois conceitos, ou seja,

[...] o discurso consiste, ainda que de modo rudimentar ou por caminhos que ignoramos em afirmar um elo entre dois dos conceitos que se apresentam revestidos de forma linguística, enquanto a língua previamente apenas realiza conceitos isolados, que esperam ser relacionados entre si para que haja significação de pensamento (Saussure, apud Starobinski, 1974, p. 12).

Segundo Lopes (1993), este momento autoriza no Ocidente “a conceitualização do discurso a partir da construção de um contexto mínimo” (Lopes, 1993, p. 109). Sua importância é maximizada se se considerar que, em termos de linguística estrutural, é proposta aí a distinção entre o signo que se constrói no discurso daquele que é construído na língua, portanto, dicionarizado.

A língua é uma matéria-prima sobre a qual todos os discursos se realizam. O emprego da língua é, de um lado, livre, mas de outro lado, regado por ela mesma, ou seja, “[...] *um jogo que tem valor de ‘operação’*” (Starobinski, 1974, p. 13). Passar dos *conceitos isolados* ao discurso é uma operação que, para ser compreendida, necessita de um modelo que permita falar de outras possíveis atualizações. Essa passagem é o modelo.

4 OS ANAGRAMAS

⁴⁷ Starobinski (1974) registra a presença de cerca de 140 cadernos, classificados por Robert Godel na Biblioteca Pública de Genebra. Este dado é importante porque, como diz Lopes (1993), “[...] o esforço dispendido registra que os anagramas não foram um passatempo ocasional de Saussure, mas um problema pelo qual ele se interessou obsessivamente [...]” (Lopes, 1993:108).

No estudo da lenda dos *Nibelungen*, Saussure sublinha que a lenda é composta por uma série de símbolos com um sentido a ser especificado os quais são submetidos às mesmas leis de outros signos, entre eles o linguístico⁴⁸. O símbolo varia dentro de determinados limites e sua identidade não pode decorrer de um *valor* mutável a cada instante. Para Lopes (1993), o que se formula, nesse caso, é o problema da identidade e da diferença que, transposto para as relações que mantêm o signo da língua com o signo do discurso, possibilita falar de uma “igualdade parcial” entre os significados (da língua e do discurso), em termos de identidade, e de “desigualdade parcial”, em termos de diferença, entre esses dois signos. Desigualdade esta necessária para a produção de sentidos novos a cada discurso novo.

A aproximação entre a *lenda* e a *língua* formula-se em termos de uma lei de indeterminação: “Aquilo que faz a nobreza da lenda como a da língua é que, condenadas uma e outra a se servir apenas de elementos colocados diante delas e com um sentido qualquer, elas os reúnem e tiram deles continuamente um sentido novo” (Saussure, apud Starobinski, 1974, p. 16). O sentido deve, pois, ser considerado como um produto variável do emprego combinatório.

Na pesquisa sobre o verso saturnino, Saussure formula a hipótese sobre a existência de um material fônico fornecido por uma palavra-tema a partir da qual seria produzido o texto e sobre o qual estaria assentado o discurso poético. Na opinião de Starobinski, apesar de Saussure não utilizar ainda o termo “hipograma” ou “anagrama” é disto que se trata:

Entre as rasuras, uma das mais significativas concerne ao antecedente da palavra-tema; Saussure primeiro escreveu ‘texto’ depois riscou essa palavra para substituí-la por ‘tema’. Ele portanto pensou num texto sob o texto, num pré-texto, no sentido lato do termo (Starobinski, 1974, p. 19).

Não se trata de anagrama no sentido tradicional do termo, uma vez que a substância gráfica é desconsiderada em favor dos fonemas, isto é, trata-

48 Note-se que usei “símbolo linguístico” e não “signo linguístico”. A importância disto é sublinhada por Arrivé (1994) que convida a ver aí um recobrimento teórico entre os dois termos no sentido de que ambos seriam designações intercambiáveis do mesmo objeto: a impossibilidade de captar a intencionalidade.

se de decifrar as combinações dos fonemas e não das letras.

Milner (1987) observa que o anagrama nega o signo saussuriano. Primeiro, porque sua concepção não é distintiva, isto é, cada um dos anagramas é produto da redistribuição dos fonemas de um determinado nome, os quais, embora sejam unidades linguísticas, não têm um caráter diferencial, mas sim uma “identidade própria, um em Si, que ele (Saussure) não vai buscar na rede de oposições onde a linguística o apreenderia” (Milner, 1987, p. 55).

O anagrama não é nem contingente, nem arbitrário, somando-se a isso o fato de que o nome em anagrama funciona enquanto coisa do mundo e não como unidade linguística, elemento pertencente à língua. Neste caso, o anagrama não é dualista como o é o signo linguístico: a ordem das coisas é causa para a ordem dos signos.

A diferença entre o anagrama e o signo do CLG é que, neste, a distintividade rege o conjunto da língua, enquanto naquele a distintividade inexistente como negatividade, mas somente em seu aspecto positivo de um lugar identificável no verso. Coloca-se, por esse viés, o problema da homofonia que os anagramas contemplariam. No Saussure dos *Anagramas*, uma série de fonemas pode fazer eco à outra, diferentemente do CLG, em que a homofonia é reduzida a uma questão de contingência, já que a arbitrariedade da relação significante/significado pertence à ordem dos signos, sem influência direta da ordem das coisas. A homofonia é o terceiro excluído: “O anagrama revela-se, então, ambíguo: de um lado, ele fala da pertença da homofonia à língua, como objeto da linguística; mas, por outro lado, ele diz o não-assimilável disto” (Milner, 1987, p. 57).

Penso que é importante somar a essas conclusões algumas observações de Gadet & Pêcheux (1984). Segundo eles, adequado seria pensar o CLG e os *Anagramas* articulados pelo conceito de *valor*. Assim, o que Saussure estabelece sobre o verso saturnino não é uma propriedade do próprio verso, mas uma propriedade da língua, em que a escrita anagramática seria inerente a toda a linguagem. Para os autores, Milner, ainda que tenha reconhecido a indissociabilidade dos “dois Saussure”, não tira proveito da

tese saussuriana do *valor*. Somente ela garantiria perceber a língua como investida de *não-Um*. A língua suporta o seu reverso. O não-dito do sistema é constitutivo do dito “porque o todo da língua não existe senão sob a forma não finita do não-todo” (Gadet & Pêcheux, 1984, p. 58).

Para usar os termos de Gadet & Pêcheux, o diurno não pode ser separado do noturno, ou seja, a língua, como lugar de um saber, é também o lugar do contraditório.

CONCLUSÕES

Encarando retrospectivamente este texto, sugiro que se pense em ensinar Saussure nos Cursos de Graduação em Letras de maneira que se perceba a complexidade do pensamento do linguista. Isso pode ser feito de inúmeras formas.

Sugeri aqui apenas duas formas: a primeira privilegia a leitura canônica do CLG e mostra como essa leitura foi fundamental para a criação de todo um modelo de pensamento, o estruturalismo; a segunda coloca em relação as fontes saussurianas e mostra como tudo o que se estudou a respeito de Saussure até hoje pode ser recolocado em outros parâmetros. Ratifica-se, finalmente, a ideia inicial deste texto, ou seja, “ensinar” Saussure é tomá-lo em sua complexidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIVÉ, M. *Linguística e Psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. *Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente: Freud, Saussure, Pichon, Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988. (col. *Linguagem/crítica*)

_____. *Problemas de Linguística Geral II*, SP: Pontes, 1989. (col. *Linguagem/crítica*).

BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo, Cultrix, 2000.

DUCROT, O. *Estruturalismo e Linguística*. SP: Cultrix, 1971. (col. *Que é o estruturalismo?*).

FLORES, V. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. *La Lengua de Nunca Acabar*. Mexico: Fondo de cultura económica, 1984.

GODEL, R. *Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. De Saussure*. Genebra: Droz, 1969.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. SP: Perspectiva, 1975.

_____. *Ensaio Linguísticos*. SP: Perspectiva, 1991.

LOPES, E. *A Palavra e os Dias: ensaios sobre a teoria e a prática da literatura*. SP: Editora da UNESP e Editora da UNICAMP, 1993.

MILNER, J. C. *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____. *A Obra Clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. RJ: Zahar Ed., 1996.

NÓBREGA, M. O mesmo e o outro: Saussure e a AD. *Letras de Hoje*, (116), Porto Alegre: EDIPUCRS, v.34, n.2, p. 65-90, 1999.

NORMAND, C. *Saussure*. Paris: Les belles lettres, 2000.

PAVEL, T. *A Miragem Linguística: ensaio sobre a modernização intelectual*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. SP: Cultrix, 1975.

SOUZA, A. *Uma leitura Introdutória a Lacan (exegese de um estilo)*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

STAROBINSKI, J. *As Palavras Sob as Palavras: os anagramas de Ferdinand Saussure*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Seção 2

RESUMOS DAS TESES

A EXPERIÊNCIA NA E PELA LÍNGUA (GEM) EM TESTEMUNHOS DE POVOS AMERÍNDIOS: A INSTAURAÇÃO DE LUGARES ENUNCIATIVOS

Adélia Maria Evangelista Azevedo*

Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores (Orientador/UFRGS)

RESUMO

As leituras teóricas centradas nos fundamentos da Teoria da Enunciação, à luz das ideias de Émile Benveniste, e a nossa experiência de leitura dos textos, produzidos por indígenas, possibilitaram-nos pensar a respeito da hipótese de que há um modo distinto de escrita da língua portuguesa para os indígenas. Diante disso, buscamos compreender a respeito das experiências *na e pela* língua (guem) em testemunhos de povos ameríndios quando da situação comunicativa, em língua portuguesa, na Prova de Redação do Vestibular para Estudantes Indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/2012. Identificamos lugares enunciativos distintos ocupados pelo sujeito.

O TAMANHO DAS COISAS A PARTIR DO RECORTE

A gente descobre que o tamanho das coisas há de ser medido pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pe-

drinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade. (BARROS, Manoel. 2010)

Entretanto, a linguagem é também um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo instrumento dessa interação. (BENVENISTE, Émile. 1995, p. 17)

No primeiro dia de aula chegou um professor chamado Mario ele era estranho para nós tínhamos medo dele mas o cacique Juarez sabia falar muito bem a língua portuguesa então ele nos explicou que o professor iria nos ensinar a falar outras língua, ele nos ensinou a sermos educados e como falar o português corretamente.

Digamos que o português era fascinante para nós principalmente para mim, porque eu não queria estudar e muito menos falar outra língua. (Testemunho produzido na RED 050)

Selecionamos os versos do poeta Manoel de Barros (MB), por considerá-los adequados à situação de produção desse resumo expandido, quando da necessidade, em recortar do percurso da tese aspectos enunciativos ligados às experiências de língua dos povos ameríndios⁴⁹. A preocupação liga-se à relevância e a finalidade da interlocução, no campo da Teoria da Enunciação.

De imediato afirmamos trata-se de uma tarefa difícil, posto o envolvimento das descobertas ligadas às interpretações construídas numa dimensão maior a respeito da observação do *tamanho das coisas* e, agora, numa síntese. Em comum, identificamos que as reflexões voltam-se às leituras de testemunhos⁵⁰ produzidos pelos povos ameríndios, à luz das discussões produzidas, por Émile Benveniste, e o grau de intimidade que nos aproxima de tal temática.

49 A expressão “povos ameríndios” tem origens em Castro (1996). É o antropólogo brasileiro quem utiliza o termo para referir-se às diferentes etnias indígenas que ocupam as extensões geográficas das três Américas. Na tese, utilizamos da mesma expressão de Castro, no entanto, de modo mais específico, reportamo-nos o termo, “povos ameríndios”, às diferentes etnias que habitam a extensão geográfica da América do Sul.

50 Aqui, o termo testemunho tem duas orientações teóricas. A primeira está vinculada à definição de enunciação, prevista, no quadro formal, do *O aparelho formal da Enunciação*, 1970. Nesse caso, a palavra ‘testemunho’ percorrerá a interpretação de enunciação, *realização individual de língua*. A segunda noção segue pelas reflexões filosóficas de Agamben (2008), o qual reconhece o ‘testemunho’ ser um processo, ou “[...] um campo de forças percorrido sem cessar por correntes de subjetivação e de dessubjetivação”. A subjetivação é o ato do acontecimento da palavra, ou seja, o ato de dizer *eu*, *instância do discurso*. Por outro lado, a dessubjetivação está no fato linguístico do não-dizer, ou da impossibilidade de dizer algo (cf. AGAMBEN, id.,ib., p. 124).

* Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: adelia@uems.br; adeliaevan@hotmail.com

Em resumo, as questões tratadas, aqui, estão intimamente ligadas aos caminhos trilhados quando das leituras teóricas para a tessitura da tese e do desejo em compreender sempre mais a respeito das experiências de língua(gem) do homem e a observação dos processos de interlocução entre o “eu-tu” e o “ele”.

O AJUSTE DO FOCO PARA AS RELAÇÕES DE TAMANHO

O sentido empreendido para “pedrinhas”, nos versos de MB, no recorte da epígrafe, é ampliado por conta da significação no poema. Isso ocorre por conta do semântico que está na língua quando da apropriação do sistema pelo eu e da necessidade em comunicar-se continuamente com o outro. Nos versos de MB, identificamos a subversão do sentido para o sufixo “-inha” no uso que o falante faz da língua.

Estabelecemos, aqui, a relação com os princípios de Benveniste (2006, p. 18), quando da afirmação de que o homem ao apropriar-se da língua é capaz de recriá-la, sempre, com *novas atualizações*. Isso, na língua, é o que move o poeta, o linguista sírio, naturalizado francês, Benveniste, e a nós, quando das investigações a respeito de *novas significações* disponíveis em testemunhos produzidos por povos ameríndios. É no ato singular de colocá-las em ação pela *língua viva* que se tem o novo. Afinal, interessamo-nos pela dimensão do *tamanho das coisas* pelo viés da significação que estão nas relações inter-humanas por conta dos usos da língua(gem).

De modo específico, o sujeito ao apropriar-se da língua portuguesa para comunicar acaba por simbolizar de modo distinto em língua. Isso ocorre porque o homem não nasce duas vezes uma na cultura e outra na língua. É na língua e no uso desta em sociedade que o sujeito compreende as relações inter-humanas entre a sociedade, e mesmo, entre sociedades distintas, no caso, a indígena e a não-indígena.

Assim, acreditamos em processos distintos de simbolização, para a língua escrita quando da produção, em língua portuguesa, por indígenas. Para exemplificar a respeito das distinções existentes, em torno da apro-

priação da língua pelo sujeito e das diferentes relações inter-humanas, reportamo-nos, aqui, a parte do testemunho que utilizamos na segunda epígrafe: “Digamos que o português era fascinante para nós principalmente para mim, porque eu não queria estudar e muito menos falar outra língua.” (RED 050). Eis o desafio, compreendermos a respeito das relações inter-humanas, na enunciação, em língua portuguesa. Lembrando que há uma diversidade inerente à língua, ao homem e à cultura em torno do estudo da categoria de pessoa proposto por Benveniste e da significação das palavras no discurso.

O ajuste do foco a partir do percurso teórico-metodológico ocorre pelas entradas, tema do próximo item 2.

AS ENTRADAS NO DISCURSO E A DIMENSÃO DO TAMANHO DAS PEDRINHAS

Os sujeitos buscam compreendê-las a partir do grau de intimidade com a língua(gem). Com isso, definimos para o percurso teórico-metodológico duas entradas, no discurso, quando das análises realizadas. Elas relacionam-se ao percurso de leitura dos testemunhos produzidos em língua portuguesa pelos povos ameríndios. A primeira entrada é a do sujeito no discurso e a segunda do linguista, no sentido inverso, na tentativa de recuperar as trilhas deixadas pelo sujeito. As duas estão inscritas na natureza do homem e ligam-se ao exercício relações interlocutivas de uso da *língua viva* na tríade entre o “eu-tu” e o “ele”. Lembrando, essas duas entradas não são as únicas, optamos por elas por conta das reflexões propostas e da complexidade inerente ao tamanho.

3 ALGUNS LUGARES ENUNCIATIVOS OCUPADOS PELO SUJEITO

Para as análises e discussões dos testemunhos, elegemos a RED 050, a partir dessa escolha representativa. Identificamos, numa segunda fase, os testemunhos, neles, o locutor marca-se por meio da primeira pessoa “eu” e há a passagem de locutor a sujeito no discurso. Mas, não é só isso, o “eu”

é responsável constituir-se e instaurar-se a si e ao “tu”. Tem-se com isso a complementariedade, uma vez que o “eu” deseja comunicar-se com o outro, a respeito dos fatos vividos por conta das inúmeras experiências de língua(gem) vividas. O sujeito apresenta também a 3ª pessoa do singular, o “ele”. Esta é caracterizada pela *ausência representada*, categoria pronominal muito forte, por conta dos simbolismos dos povos ameríndios, no jogo interlocutivo entre o “eu” e o “tu”. Exemplificamos com o seguinte fragmento: “[...] o professor *Mario ele era estranho para nós tínhamos medo dele mas o cacique Juarez sabia falar muito bem a lingua portuguesa [...]*”. No jogo interlocutivo entre o “eu-tu”, os encontros são marcados por desconfianças, visto que o “tu” pode em alguns casos usar de disfarces, máscaras, ou “roupas”, para seduzir o “eu”. O objetivo é quase sempre conduzi-lo para outro lado. Quando isso ocorre, faz-se necessário a terceira pessoa. Na passagem destacada, o cacique é quem busca intermediar as relações, posto o domínio de línguas. Isso é o que lhe permite transitar, entre dois mundos distintos, sem deixar de ser que é.

Sintetizamos dois lugares distintos ocupados pelo sujeito testemunhos:

a) o sujeito fala de si e do outro impossibilitado. Torna-se assim testemunha *superstes*⁵¹, uma vez que é pela enunciação, *ato singular* de apropriação da língua em discurso que se dá a passagem de língua a discurso. Isso permite ao locutor deslocar-se a sujeito na instância do discurso *na* e *pela* língua(gem);

b) o sujeito ocupa *na* e *pela* língua lugares de resistência e de poder. Para a resistência, o sujeito mobiliza marcas (inter)subjetivas em L1, língua materna, na enunciação escrita, em língua portuguesa, nesse caso, L2. Elas são constitutivas do sujeito na cultura. A justificativa está nas realizações simbólicas que acontecem quando da aquisição da L1. Mesmo para casos em que o locutor tenha adquirido a L1, a língua portuguesa, a subjetividade instaurada pela linguagem denuncia *vestígios* dos povos ameríndios quando das simbolizações em relação aos diálogos entre o “eu-tu”.

Os lugares enunciativos apresentados demonstram as relações inter-

locutivas que conduzem o sujeito a instaurar-se e a constituir-se pela língua para significar. Esse significar, na enunciação escrita, em língua portuguesa, relaciona-se ao fato de que o locutor compreende o mundo pela interpretação da língua herdada de sua cultura e do uso que faz da língua, no ato singular e individual. Em resumo, o sujeito realiza a passagem da língua a discurso e mantém os simbolismos da língua materna na língua portuguesa escrita. Consideramos para isso os princípios benvenistianos de que a língua é mediadora dos homens e da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AZEVEDO, Adélia Maria E. *A experiência na e pela língua(gem) em testemunhos de povos ameríndios: a instauração de lugares enunciativos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. (Tese de Doutorado).

BENVENISTE, Émile. *A Natureza dos Pronomes*. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *Da subjetividade na linguagem*. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ªed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *Tendências recentes em Linguística geral*. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Rev. Prof. Isaac Nicolau Salum. 4ªed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

_____. *O aparelho formal da enunciação*. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al., 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006.

51 O conceito de testemunha *superstes* está em Agamben (2008, p. 27) quando da definição daquele que vive até o fim o processo, por isso dá testemunho dos fatos. Nos testemunhos das experiências de língua(gem) dos povos ameríndios identificamos, esse tipo de testemunha que fala de si e dos impossibilitados.

BARROS, Manoel. *Memórias Inventadas para crianças*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-9313199600020000>. Acesso em: 20 jun. 2011.

A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DE TEKOKHA PELOS KAIOWÁ DO MATO GROSSO DO SUL

Adilson Crepalde*

Profa. Dra. Ingrid Finger (Orientadora/UFRGS)

RESUMO

Este resumo apresenta de maneira concisa o caminho percorrido para a realização de uma tese sobre os aspectos culturais do processo de significação dos indígenas Kaiowá do Mato Grosso do Sul, Brasil. Objetivou-se evidenciar as características cognitivas, culturais e linguísticas que permeiam a maneira Kaiowá de construir significado. Para tanto, apoiou-se em perspectivas teóricas desenvolvidas no âmbito da Linguística Cognitiva e em conceitos e conhecimentos desenvolvidos em outras áreas do saber para interpretar um *corpus* delimitado de pesquisas etnográficas semiestruturadas realizadas com representantes da cultura Kaiowá.

1 INTRODUÇÃO

Este resumo trata de um estudo sobre os problemas da significação, sobretudo em relação aos aspectos culturais que permeiam esse processo. O objetivo principal foi evidenciar e analisar as características culturais do modo Kaiowá de construir significado analisando-se falas dos indígenas sobre *tekoha* (lugar onde os Kaiowá constroem seu modo de ser). Os Kaiowá

* Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: crepalde@uems.br.

são falantes de uma variação do guarani - língua oficial do Paraguai e que outrora foi a língua oficial do Brasil e língua falada pela grande nação Guaraní. Os Kaiowá denominam essa variação linguística *avañe'ẽ* (língua dos *ava*, ou seja, daqueles que compartilham a cultura kaiowá, isto é, um conhecimento e uma maneira de perceber, conceptualizar e representar uma experiência coletiva). A expressão *avañe'ẽ* é formada de *ava* e *ñe'ẽ*, esta última é uma palavra polissêmica que significa “alma”, “palavra” e “língua” remetendo à importância da palavra e do aspecto mítico na construção da cultura kaiowá. Além da língua e de um modo de construir significado por meio de modelos cognitivos idealizados específicos, os Kaiowá compartilham um conjunto de metáforas de base que sustentam suas crenças, seus valores e as funções sociais. Com base nessas metáforas de base, elaboram toda sorte de justificativas para as vicissitudes da vida, inclusive para a incorporação de bens materiais e simbólicos das culturas com as quais tiveram contato. É dentro desse contexto cultural que se analisa a construção do significado de *tekoha*. Para realizar tal estudo, coletaram-se dados por meio de pesquisa etnográfica semiestruturada com representantes da cultura kaiowá. Esses dados foram analisados do ponto de vista da Linguística Cognitiva, mais especificamente com base na Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados e na Teoria da Mesclagem (LAKOFF, 1987; LAKOFF; JOHNSON, 2003; FAUCONNIER 1994, 2002) bem como nas reflexões de (KÖVECSES, 2005) sobre cultura e diferenças culturais no processo de construção de significado. Todas essas teorias articulam-se com base na Hipótese da Cognição Corporificada, ou seja, sobre o pressuposto de que o significado, sua representação e sua articulação resultam de processos sócio-históricos que variam de cultura para cultura, pois cada grupo social tem experiências únicas que desenvolvem no seu mover-se pelo mundo. Nessa perspectiva teórica, assume-se que a cognição, a linguagem e conseqüentemente a cultura resultam da busca à resolução de problemas desencadeados pela interação com o meio. Por isso que no âmbito da Linguística Cognitiva e também na tese valoriza-se o conceito de espaço. A escolha do significado de *tekoha* para estudo foi influenciada

pela Hipótese da Cognição Corporificada, uma vez que a expressão *tekoha* evoca justamente a construção do modo de ser em contato com o meio. Trata-se de uma expressão composta, formada de *teko* (modo de ser, cultura) e *ha* (sufixo e posposição que indica lugar). A tese foi motivada por pesquisas realizadas anteriormente com os Kaiowá que suscitaram questionamentos sobre possíveis diferenças no processo de conceptualização e representação desses indígenas. Tais indagações apresentaram-se como relevantes por suscitarem reflexões sobre o processo de significação em termos acadêmicos e sócias. A tese foge um pouco da organização canônica e está dividida em três grandes partes a começar pela introdução na qual, além de anunciar como o trabalho foi organizado, traz informações preliminares sobre a cultura kaiowá. Na parte destinada às reflexões teóricas, faz-se uma revisão bibliográfica sobre os principais pressupostos teóricos que nortearam as teorias da significação objetivando demonstrar o porquê da escolha das perspectivas da Linguística Cognitiva como aporte teórico para se discutir os aspectos culturais do processo de significação dos Kaiowá. Na segunda parte, explana-se sobre a escolha dos participantes da pesquisa, sobre método de coleta de dados e sobre as especificidades da coleta de dados com indígenas Kaiowá. Em seguida, analisam-se os dados levando-se em consideração informações antropológicas e historiográficas sobre os Kaiowá realizando, dessa forma, um trabalho interdisciplinar. Por fim, analisam-se os dados com base na teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados e da Mesclagem e comentam-se os resultados e a adequação do aporte teórico para se atingir os objetivos estabelecidos.

2 METODOLOGIA E RESULTADOS

Para pensar sobre o problema levantado, ou seja, as diferenças culturais no processo de construção do significado, estabeleceram-se perguntas norteadoras que guiaram os estágios da elaboração da tese e possibilitaram respostas que se completaram, formando um todo. Perguntas como o que há de universal e cultural no processo de construção do significado,

em que medida a cultura Kaiowá se configura como uma maneira diferente de construir significado e se os métodos de coleta era eficaz guiaram os estudos bibliográficos, a pesquisa etnográfica e a análise do *corpus* delimitado das conversas realizadas com indígenas kaiowá. Antes de aplicar as perspectivas teóricas da Linguística Cognitiva, foi feita uma revisão bibliográfica a fim de refletir sobre os principais pressupostos teóricos que fundamentam as teorias da significação. Essa revisão permitiu traçar um paralelo entre perspectivas teóricas e argumentar em favor das perspectivas da Linguística Cognitiva para se atingir os objetivos estabelecidos. As conversas com os indígenas abordaram o significado da expressão *tekoha*, genericamente definida como o lugar onde os Kaiowá vivem segundo seu modo de ser. A análise dos dados, entretanto, demonstra que tal definição fica demasiadamente vaga fora do contexto da cultura Kaiowá. E cultura na tese é entendida multidisciplinarmente, com grande influência das considerações de (KÖVECSES, 2005) que inclui na definição de cultura aspectos cognitivos além dos processos históricos e sociais. Os estudos historiográficos e antropológicos realizados anteriormente possibilitaram compreender o contexto cultural kaiowá. E é dentro desse contexto cultural que se analisou a expressão *tekoha*, e foi considerando as especificidades desse contexto que se coletaram as informações por meio de pesquisa etnográfica. Para coletar os dados, foram feitas visitas em dez diferentes lugares – *tekoha* –, e foram entrevistadas 30 pessoas, sendo 15 delas caracterizadas como exemplares da cultura Kaiowá (LABOV, 1972). Estudos antropológicos e historiográficos bem como a participação em pesquisas etnográficas anteriores possibilitaram traçar o perfil dos participantes deste momento histórico. Esses representantes culturais, geralmente chefes de grupo macrofamiliares, caracterizam-se como tal por terem conhecimentos tradicionais mas também por saberem lidar com as situações novas impostas pelo contato com as culturas envolvidas. Essas características são adquiridas ao longo de suas vidas e os credenciam para ser lideranças. As pesquisas etnográficas anteriores também ajudaram a construir um método de coleta de dados denominado, na tese, etnografia Kaiowá. A coleta de dados foi realizada no

ambiente onde vivem os participantes e observou-se o tempo, a sequência da narrativa e as regras conversacionais do contexto cultural Kaiowá. Para aplicar tal método, foi necessário ter conhecimento sobre a língua e a cultura kaiowá. Além disso, contou-se ainda com a participação de um indígena bilíngue para identificar os interlocutores, agendar visitas e mediar o processo. A participação desse colaborador foi essencial, pois além de atuar como tradutor, sua presença e as explicações sobre a finalidade do trabalho, feitas em guarani, legitimaram o trabalho. A realização da pesquisa no ambiente dos indígenas possibilitou formar um *corpus* composto por signos linguísticos e não linguísticos que evocaram o entendimento dos Kaiowá sobre *tekoha*. A análise dos dados com base em perspectivas teóricas desenvolvidas pela Linguística Cognitiva possibilitou responder às perguntas norteadoras e apontar certas características da cultura Kaiowá. As análises possibilitaram compreender o processo de significação de *tekoha* como um processo elaborado na experiência sócio-histórica dos Kaiowá. Um processo que começa no mover-se deles pelo mundo e que gera esquemas de imagens, imagens mentais, categorização, projeções metonímicas e metafóricas específicas dessa maneira de construir significado. Além de demonstrar as especificidades do processo de construção do significado, a tese descreve e faz reflexões sobre as premissas básicas dos kaiowá por meio das quais guiam sua experiência e justificam as transformações históricas. O trabalho descreve também a maneira atual de construir significado como resultado de mesclagem entre o modo tradicional de ser e o modo de ser deste momento histórico, bastante influenciado pela cultura e pela língua da sociedade envolvente. A maneira kaiowá atual de construir significado caracteriza-se pela incorporação de valores e categorias cognitivas e linguísticas da cultura envolvente, mas que são “guaranizadas”, ou seja, adaptadas ao modo kaiowá de pensar e simbolizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados corroboraram a importância da perspectiva

interdisciplinar para se compreender o objeto de estudo. A realização da tese possibilitou demonstrar também como as perspectivas teóricas desenvolvidas no âmbito da Linguística Cognitiva podem ser importantes aportes teóricos para se estudar questões indígenas e o diálogo intercultural que se realiza no interstício das culturas indígenas e nos interstícios das culturas indígenas e das culturas ocidentais envolventes. A tese confirma a Linguística Cognitiva como mais uma alternativa teórica para se pensar questões étnicas e como possibilidade de construir interfaces com a Antropologia, a História e a Sociologia, disciplinas que têm sido usadas mais comumente como suporte teórico para estudos sobre grupos étnicos. A realização da tese permite dizer que as perspectivas teóricas desenvolvidas no âmbito da Linguística Cognitiva possibilitam refletir sobre as diferentes cognições e linguagens que compõem as culturais bem como possibilitam refletir sobre as similaridades e diferenças que permeiam os diálogos interculturais. A tese permitiu demonstrar características do modo Kaiowá de construir significado que podem contribuir para se pensar a cultura desse grupo étnico, porém a pesquisa contribui de outra forma, pois levantou uma série de outras questões que precisam ser aprofundadas. A tese sugere a realização de outros trabalhos sobre a cultura kaiowá e sobre diálogo intercultural cujos resultados podem ajudar a descrever os processos complexos de significação que envolvem entendimentos e desentendimentos decorrentes de fatores políticos, sociais, linguísticos, culturais e cognitivos. O trabalho incentiva, por exemplo, a realização de pesquisa de linguística contrastiva, pois se fazem, na tese, alusões sobre as diferenças entre a língua portuguesa e a língua guarani que podem ser aprofundadas em termos sintáticos, semânticos, morfológicos e fonológicos. A tese também incentiva o aprofundamento de estudos sobre empréstimos e o processo de “guaranização” desses empréstimos, pois fica claro, na tese, que esse processo de “guaranização” é um “rastros” por meio do qual se pode discutir uma maneira de pensar, constituindo-se de marcas linguísticas geradas no desenrolar do tempo. A tese também chama a atenção para a possibilidade da realização de estudos sobre toponímia, topônima para-

lela, estudos sociolinguísticos diacrônicos, sincrônicos, diageracionais, etc. que levem em consideração as especificidades da cultura kaiowá. A tese também destaca a maneira Kaiowá de falar português cujo estudo pode contribuir para se compreender com mais propriedade a maneira Kaiowá de pensar. Por fim, a realização da tese deixa clara a importância de se considerar os saberes e as estratégias de ensino desenvolvidas pelos Kaiowá ao longo de sua história, e a investigação das características pedagógicas do Kaiowá pode trazer grande contribuição em termos acadêmicos e sociais, podendo contribuir para o entendimento do processo de ensino-aprendizagem realizado em escolas indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces: aspects of meaning construction in natural languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- _____. Gilles; TURNER; Mark. *The way we think: conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.
- KÖVECSES. ZOLTÁN. *Metaphor in Culture: universality and Variation*. Cambridge University Press: New York, 2005.
- LABOV, W. *Language in the Inner City: studies in the black English vernacular*. Philadelphia. University of Philadelphia press, 1972.
- LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things: what Categories Reveal about the Mind*. The University of Chicago Press, 1987.
- _____. George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the Flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought*. New York: Basic Books, 1999.
- _____. George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. London: The university of Chicago press, 2003.

AFRICANIDADE E CONTEMPORANEIDADE DO PORTUGUÊS DE COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS NO RIO GRANDE DO SUL

Antonio Carlos Santana de Souza*
Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen (Orientador/UFRGS)

1 CONTATOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL

As pesquisas e enfoques na área de Sociolinguística e Dialetoлогия tem como foco central o estudo da relação entre o uso da língua falada e o contexto social. A correlação entre esses dois eixos – linguístico e extralinguístico – em situações de contatos linguísticos e de plurilinguismo envolvendo línguas minoritárias em contato com o português, no entanto, só nos últimos anos, a partir das políticas de fomento da diversidade linguística vem ganhando um impulso mais significativo (cf. MELLO; ALTENHOFEN; RASO, 2011; ALTENHOFEN, 2013a). O objeto da pesquisa realizada no meu Doutorado aparece nessa perspectiva por ter abordado a “língua afro-brasileira”, sendo o tipo de contato historicamente um contato africano-português, porém sincronicamente uma modalidade de contato intervareietal, de variedades do português de base histórica distinta.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que leva a cabo o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL),

o *português afro-brasileiro* designa uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades, na sua maioria rurais, compostas predominantemente por descendentes de escravizados que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos “quilombos” de escravizados foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento.

2 O DISCURSO SOBRE A INFLUÊNCIA AFRICANA NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Seguindo esse mesmo ponto de vista linguístico, Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 31-33) centram seu trabalho no caráter pluriétnico do Brasil, dando especial atenção às comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, ampliando o conhecimento sistemático acerca da realidade linguística destes grupos e comunidades, para eles falantes do que denominam de português afro-brasileiro. A definição desse conceito fundamenta-se, não em parâmetros étnicos, mas em parâmetros sócio-históricos. Muitos afrodescendentes de Quilombos praticam a norma culta brasileira ou a norma popular urbana, ou rurbana.

Alguns, porém, foram adquirindo forçosamente, em seu processo de integração, os padrões urbanos de maior valor simbólico, dando origem ao indivíduo *rurbano* (ALTENHOFEN, 2006) marcado por seu caráter híbrido. Nesse contexto, as comunidades afro-brasileiras constituem um espaço único para a pesquisa em linguística sócio-histórica que visa a rastrear os reflexos do contato entre línguas na estrutura gramatical das variedades atuais do português brasileiro. Ao reunir essas características, essas comunidades de fala ocupariam um papel específico no cenário das variedades do português do RS. Essa especificidade seria atestada com a identificação nelas de processos de variação que estariam ausentes em outras comunidades de fala.

* Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: acssuems@gmail.com

3 AFRODESCENDENTES NO CONTEXTO DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS

A investigação acerca das línguas africanas é ciência recente; muito se baseou nos estudos de Nina Rodrigues, Jacques Raimundo e Artur Ramos, dentre outros. Nosso trabalho configura-se em mais um esforço para integrar os estudos de línguas africanas e seu contato com a língua portuguesa no Brasil e seu reflexo sobre a língua falada atualmente por afro-brasileiros (FIORIN; PETTER, 2009; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO 2009). As pesquisas realizadas por linguistas estrangeiros também contribuíram significativamente para aprofundar o conhecimento da verdadeira extensão da participação da África na formação da língua portuguesa no Brasil (NARO; SCHERRE, 1993; BONVINI, 2009).

4 COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS NO RIO GRANDE DO SUL

A história da população afro-brasileira no RS se confunde com a história de formação e integração/incorporação do território, mais tarde Estado, ao Brasil. Quando da fundação de Laguna, Santa Catarina, em 1686, para servir de ponto de apoio à Colônia de Sacramento, começa a exploração do afrodescendente na região. Esses escravizados começaram a ser levados em maior número ao estado do Rio Grande do Sul a partir do final do século XVIII, com o desenvolvimento das charqueadas, e chegaram a representar metade da população rio-grandense em 1822. Hoje, os afro-brasileiros representam cerca de 9% da população gaúcha (por volta de 970 mil pessoas), a maior parte concentrando-se em cidades médias e grandes, principalmente na Grande Porto Alegre e região de Pelotas. Participaram da pesquisa as seguintes comunidades:

- a) *Região do Litoral/Lagunas*: RS01 – Morro Alto (Osório);
- b) *Região Metropolitana*: RS02 – Família Fidelix (Porto Alegre);
- c) *Região das Antigas Charqueadas*: RS03 Maçambique (Canguçu);
- d) *Região dos Pampas*: RS04 – Palmas (Bagé);
- e) *Região da Depressão Central*: RS05 – Cerro Formigueiro (Formigueiro);

f) *Serrana/Imigração*: RS06 – São Roque (Arroio do Meio);

g) *Região das Missões*: RS07 – Comunidade Quilombola Correa (Giruá). Segundo o INCRA-RS, o RS possui cadastradas 155 comunidades em 82 municípios que englobam 3831 famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, vale destacar ao menos dois pontos relevantes que serviram de motivação à finalização do estudo. Primeiro, tratar-se da linguagem de um tipo de minoria cuja linguagem não se encontra em um processo de obsolescência no que diz respeito à espacialidade sul-rio-grandense. Temos plena certeza que com ele, pelo menos parte de nossa riqueza linguística fica registrada. Em segundo lugar, o estudo tem seu valor como registro da fala regional brasileira, especificamente do RS; afinal, o que as comunidades afro-brasileiras estudadas falam é uma variedade do português.

Com o auxílio dos Laudos Antropológicos constantes nos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, conseguimos destacar situações sociais que possivelmente influenciaram a linguagem falada nas comunidades afro-brasileiras:

- a) a formação das próprias comunidades com elementos portugueses e escravizados (que constituem a maioria absoluta dos moradores dessas comunidades);
- b) os fatores político-econômico-administrativos (por exemplo, a abertura de estradas - BR 101, como no ponto RS01);
- c) a amálgama e modos de fala regionais ou sociais com a vinda de imigrantes (como se observou no ponto RS06), e a saída das comunidades dos homens mais velhos e dos jovens (RS01, RS02, RS04, RS07), além dos conflitos/disputas e invasões dos seus territórios (no caso do RS01, RS 02, RS04);
- d) o efeito nivelador dos meios de comunicação de massa (televisão e rádio);

e) a difusão de novos sistemas de ideias religiosas, com a propagação de igrejas evangélicas no seio das comunidades (a exemplo de RS01 e RS03 que estão perdendo sua identidade manifestada culturalmente por meio de congadas e maçambique).

A realização deste estudo permitiu, enfim, entender um pouco melhor a dinâmica de formação do português em comunidades desse tipo, historicamente segregadas em virtude de sua condição de opressão, porém não descontextualizadas, tampouco tão isoladas que só se possa pensar em formas arcaicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTENHOFEN, Cléo V. Interfaces entre dialetologia e história. In: MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (orgs.). *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador : Quarteto, 2006. p. 159-185.

_____. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.

BONVIN, I Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. IN: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida Maria Taddoni. *África no Brasil – a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 15-62.

LAYTANO, Dante. *Os africanos no dialeto gaúcho*. Revista nº. 62 do IHG do RS. Porto Alegre, 1936.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (orgs). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta P. *Sobre as origens do português popular do Brasil*. In: D.E.L.T.A., São Paulo, v. 9, n. especial, 1993, p. 437-454.

PETTER, M. M. T.; FIORIN, J. L. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

TOPODINÂMICA DA VARIAÇÃO DO PORTUGUÊS GAÚCHO EM ÁREAS DE CONTATO INTERVARIETAL NO MATO GROSSO

Carla Regina de Souza Figueiredo*
Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen (Orientador/UFRGS)

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados da pesquisa de doutoramento realizado na região norte de Mato Grosso, que investigou como, por meio da língua, os gaúchos que migraram para lá e seus descendentes, mantiveram ou não a variedade do português falado no Sul do Brasil em situação de contato linguístico – inevitável neste contexto de ocupação recente. A escolha das três localidades (Porto dos Gaúchos, Sinop e Sorriso) considerou: a) o perfil dos migrantes recebidos no início do povoamento, b) o tempo e o tipo de colonização implementada (Colonizadoras privadas) e c) a representatividade demográfica do grupo selecionado na nova área. A partir das contribuições teórico-metodológicas da Geolinguística pluridimensional e contatual e dos resultados de alguns estudos sobre a língua portuguesa usada na região sul brasileira, relacionou-se as dimensões interindividuais (diatópica, diastrática, diageracional e diassexual) às intrain-

dividuais (diafásica, diarreferencial e dialingual/ contatual) para observar o que, de fato, interferiu no comportamento linguístico dos informantes ao optarem por algumas formas [+ RS] ou as relegarem ao conhecimento passivo. Para apurar a variação linguística do grupo, adotou-se a) a pluralidade simultânea de falantes com o perfil idêntico numa mesma entrevista e b) o método da sugestão (técnica em três tempos: perguntar, insistir e sugerir). A elaboração de cartogramas em séries temáticas viabilizou parte das discussões dos dados. Os resultados demonstraram o quão o modelo pluridimensional e relacional pode ser adaptado e aplicado, de maneira eficiente, em estudos desenvolvidos em áreas caracterizadas pela ocupação recente, por processos migratórios e, conseqüentemente, pelos contatos linguísticos intervarietais (entre variedades da mesma língua) e entre línguas diferentes.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, como no resto do mundo, o estudo de variedades diatópicas da língua tradicionalmente se pautou em pesquisas topostáticas, em que se privilegiou a fala de indivíduos nascidos e criados na localidade, portanto, falantes de uma variedade mais conservadora e reveladora de um estágio “anterior, original” da língua. A combinação de critérios como o processo de povoamento, a antiguidade e o grau de isolamento de um lugar em relação a outros mais dinâmicos, para determinar os pontos de observação de estudos desta natureza, tornou-se uma prática dominante. Contrariamente, o estudo de comunidades “jovens”, de formação recente, moldadas pelo fluxo migratório da população e, deste modo, *locus* de contatos linguísticos variados (entre línguas distintas e/ou entre variedades de uma mesma língua), parecem ter sido ignoradas pela pesquisa, durante muito tempo. O norte do Mato Grosso, onde se desenvolveu a pesquisa de doutoramento, é um exemplo dessa tendência da pesquisa, daí a escolha do tema, a *Topodinâmica da variação do português gaúcho em áreas de contato intervarietais no Mato Grosso*, buscar preencher essa lacuna.

* Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

O Norte de Mato Grosso foi escolhido por vários motivos. Além de convergir quanto ao perfil de migrantes recebidos no início da ocupação dessa região, o tempo e o tipo de colonização implantada também foram determinantes, ou seja, colonizadoras particulares (empresas originárias do Sul e do Sudeste do Brasil, com experiência nesse ramo comercial) incrementaram o povoamento e o desenvolvimento desse lugar. Três localidades foram selecionadas: Porto dos Gaúchos, Sinop e Sorriso. Embora se reconheça a presença de outros grupos nesses municípios, a preferência por aqueles provenientes do Rio Grande do Sul se deu, basicamente, por apresentarem uma heterogeneidade interna (teuto-gaúchos, ítalo-gaúchos etc.), serem representativos demograficamente nessas áreas e por estudos no Sul já terem documentado a variedade do português falado por informantes com características semelhantes aos dos colonos, como atesta o ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS 2011a; 2011b).

A tese objetiva, portanto, descrever o comportamento linguístico de migrantes gaúchos em contato com outras variedades regionais da língua portuguesa no Norte de Mato Grosso, a fim de verificar em que medida a variedade de origem mantém, varia e/ou perde as marcas linguísticas “gaúchas”, quando entra em contato com outras variedades regionais, presentes nessas áreas de ocupação recente. Ou seja, como se distribuem as variantes [+ RS] vs. [- RS] considerando a influência de diferentes condicionadores sociais nesse processo. Para atingir esse objetivo relativo à variação do português usado pelos migrantes gaúchos e seus descendentes, consideraram-se diferentes dimensões de análise, a saber:

- a) dimensão diatópica: territorialização de variantes do português, na comparação entre os pontos de pesquisa;
- b) dimensão diageracional: variação entre a fala da geração mais velha (GII, migrante, topodinâmica) e da geração mais jovem (GI, falante local, topostática) com relação à manutenção ou substituição de marcas originais do português rio-grandense;
- c) dimensão diastrática: papel da escolaridade no uso de marcas de variedades regionais e da norma considerada culta – reflexos na variação do português falado pela classe mais escolarizada (Ca) e menos escolarizada (Cb);
- d) dimensão diassexual: variações de gênero na manutenção ou substituição de

marcas regionais;

e) dimensão contatual/dialingual: variações de comportamento linguístico entre monolíngues e bilíngues falantes de línguas de imigração distintas, em especial do alemão (hunsriqueano) e do italiano (vêneto);

f) dimensão diafásica: variações estilísticas condicionadas a diferentes situações de uso da língua (estilo informal, monitorado, de respostas ao questionário e de conversa livre);

g) dimensão diarreferencial: atitudes e percepções metalinguísticas sobre o *status* e estigmatização de variantes em contato (“referências à fala do outro”).

A aplicação, portanto, do princípio da pluridimensionalidade da análise da variação linguística foi determinante para a realização deste estudo (cf. RADTKE & THUN 1996; THUN 2010a; 2010b).

2 METODOLOGIA

O estudo desenvolveu-se em três localidades de pesquisa caracterizadas fundamentalmente pela topodinâmica da língua e dos falantes: Porto dos Gaúchos (MT01), Sinop (MT02) e Sorriso (MT03). Estes pontos configuram-se em uma extensão do processo histórico de ocupação do Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, como atestam Schaefer (1985) e Souza (2008). Criados entre as décadas de 1950 e 1980, esses lugares foram colonizados a partir da implementação de Empresas Privadas responsáveis por estabelecer núcleos urbanos com condições básicas que assegurassem tanto o desenvolvimento econômico do “Novo Eldorado” quanto à acolhida dos migrantes provenientes, sobretudo, da região Sul do Brasil. Em certo sentido, o perfil sociocultural dos colonos migrantes dessa área coincidiu com o dos informantes do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS). Por isso, pode-se hipotetizar que a fala registrada pelo ALERS (2011a; 2011b) se aproximava da fala dos migrantes sulistas pioneiros estabelecidos nesses pontos. Sendo assim, os dados do ALERS constituem uma base de comparação importante da topodinâmica do português falado na matriz de origem e na área de chegada, no norte do Mato Grosso. Na elaboração do questionário aplicado na pesquisa de campo, utilizou-se, em grande parte, perguntas feitas pelo ALERS. A seleção de informantes

considerou as dimensões diassexual (masculino vs. feminino), diastrática (Ca - alfabetizados com até o ensino médio completo vs. Cb - com nível superior) e diageracional (GI - jovens de 18 a 36 anos vs. GII - idosos acima de 50 anos). A constituição do *corpus* considerou um conjunto de variáveis linguísticas em diferentes níveis (fonético-fonológicos, semântico-lexicais e morfossintáticos) correlacionadas com dimensões extralinguísticas (dados sociológicos referentes aos informantes e às localidades) e foi analisado a partir dos princípios teórico-metodológicos da Geolinguística pluridimensional e contatual e de outras disciplinas afins, como a sociologia da linguagem. Houve o mapeamento dos dados, que obedeceu à seguinte sequência: 1º o de variantes efetivamente usadas e que apareceram no *corpus* como resposta espontânea; 2º o do “*status* de uso” de uma variante selecionada para um determinado propósito em que se previu a escala: a) uso/conhecimento ativo (conhece e fala), b) conhecimento passivo (conhece, mas não usa) e c) desconhecimento. Vale destacar que esse tipo de representação foi adotado tanto para variantes espontâneas em resposta a uma pergunta quanto para as sugestões; 3º elaborou-se alguns cartogramas referentes à produtividade das variantes em relação a uma mesma variável, que serviram para indicar o grau de estabilidade ou não do português (pt.) em meio aos contatos intervarietais presentes na localidade. Ao mesmo tempo, se reuniram, dessa forma, subsídios para analisar o estágio que se encontra o “processo de coineização”; e 4º por fim, elaborou-se, tanto quanto possível, cartogramas sintéticos, em que se reuniram dados de determinada marca sócio-linguística. Todo o conjunto mapeado serviu para fins interpretativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da cartografia e macroanálise pluridimensional dos dados em mais de 90 cartogramas, pode-se destacar as seguintes conclusões gerais: a) na dimensão diatópica, observou-se que fatores diversos como o grau de isolamento ou a proporção de migrantes de determinada região po-

dem ser determinantes para a configuração do português resultante desse contato intervarietal. Esses fatores se mesclaram com outros como a dimensão dialingual; b) na dimensão dialingual, viu-se comportamentos variáveis entre teuto e ítalo-gaúchos que, no entanto, em alguns casos, como nas variáveis fonéticas (uso de tepe em posição intervocálica, palatalização da oclusiva dental, etc.) seguem tendências muito próximas; c) a comparação entre os resultados de GII e GI mostrou uma perda significativa de marcas [+RS], aparentemente maior entre mulheres. Mas também evidenciou casos de ampliação de marcas [+RS] inclusive entre membros tanto GII quanto GI da Ca; d) a apreciação do corpus apontou diferentes fatores para a manutenção de variedades linguísticas elencadas como gaúchas, tais como: o papel socioeconômico dos sulistas na região norte mato-grossense, a transmissão entre gerações e os recursos midiáticos; e) a covariação entre as formas “gaúchas” e as “não-gaúchas” foram nítidas no nível lexical, enquanto os casos de mudança se manifestaram, sobretudo, nos níveis fonéticos e morfossintáticos na fala dos informantes jovens. Vale também registrar que a opção pela pluralidade de informantes e pela técnica em três tempos (perguntar, insistir e sugerir), permitiu o registro de um conjunto significativo de variantes bem como da relação dessas na fala dos informantes. Em outras palavras, captou-se o contínuo variacional no qual se “move” o falante e se reflete a situação real da comunidade. Com isso, teve-se uma visão mais integral da variação linguística. Há, além disso, um ganho representativo dos dados, visto que não se restringiu apenas à parte do repertório linguístico do falante, mas sim se abarcou outros níveis como o conhecimento passivo e as variantes em processo de “arcaização” (“meu pai dizia assim... mas hoje já não se usa mais”) ou de permanência. A técnica em três tempos permitiu registrar processos de convergência e divergência ou mesmo de processos de hibridização (ex: Bah, oxente!), de covariação (ex: o mesmo falante usa “tu” e “você”) e de mudança linguística (ex: troca do “tu” por “você”).

CONCLUSÕES

O norte do Mato Grosso, bem como a região Centro-Oeste como um todo, coloca uma série de tarefas de pesquisa para a linguística brasileira. Suas características centrais são as migrações, os contatos linguísticos entre línguas e variedades, de grupos étnicos e regionais distintos. Neste sentido, o contexto e a situação linguística com os quais a tese se confrontou não representou uma situação simples, ideal, de um ponto de vista monolíngue. Entender a dinâmica do contato intervareietal, a sua relação com o processo migratório que antecede esses contatos, sem perder de vista a influência de outras línguas como o alemão e o italiano, respectivamente de teuto-gaúchos e ítalo-gaúchos, talvez tenha sido a maior contribuição deste estudo que recém coloca um ponto de partida, por onde começar. O trabalho apresentado serviu, portanto, como um processo de amadurecimento para a elaboração de uma metodologia que dê conta de investigar a real contribuição dos contatos linguísticos, sociais e culturais daqueles que migram para regiões como o norte de Mato Grosso, que resulta, com o tempo, em um conjunto de variedades identificadas como “típicas” e comuns daquele espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALERS – ATLAS LINGUÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL. KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cléo Vilson & KLASSMANN, Mário Silfredo (orgs). *Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS: cartas fonéticas e morfosintáticas*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011a.

ALERS – ATLAS LINGUÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL. ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo (orgs). *Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS: cartas semântico-lexicais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011b.

RADTKE, Edgar & THUN, Harald. Nuevos caminos de la geolinguística româ-

nica. Un balance. In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald (eds.). *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel : Westensee-Verl., 1996. p. 25-49.

SCHAEFER, José Renato. *As migrações rurais e implicações pastorais: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SOUZA, Edison Antônio. A migração sulista para o norte do Mato Grosso. In: TEDESCO, João Carlos & CARINI, Joel João. *Conflitos agrários no norte gaúcho – 1980 - 2008*. Porto Alegre: Edições Est, 2008.

THUN, Harald, Pluridimensional cartography. In: LAMELI, Alfred; KEHREIN, Roland & RABANUS, Stefan. *Language and Space: language mapping: an international handbook of linguistic variation*. Berlin/New York: Walter de Gruyter GmbH & Co.KG, 2010a, p.506-524.

_____. Variety complexes in contact: A study on Uruguayan and Brazilian Fronterizo. In: AUER, P. & SCHMIDT, E. (eds.). *Language and space: An International Handbook of Linguistic Variation. Vol. 1: Theories and methods*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010b. p. 706-723.

Obs. As demais referências encontram-se no exemplar original da tese no portal: www.lume.ufrgs.br

LÍRICA E IDENTIDADE: O TELURISMO POÉTICO NA ACADEMIA SUL-MATO-GROSSENSE DE LETRAS

Emilio Davi Sampaio*

Prof. Dra. Jane Tutikian (Orientadora/UFRGS)

Este trabalho pretende discutir, através da poética telúrica, escrita pelos poetas-membros da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, questões de identidade e representação no Mato Grosso do Sul. Segundo Pontes (1991) a Academia de Letras foi fundada em 30 de outubro de 1971, em Campo Grande, hoje Mato Grosso do Sul. Na ocasião, a entidade recebeu o título de “Academia de Letras e História de Campo Grande”, mais tarde, em 1979, quando o Estado de Mato Grosso foi dividido ficou sendo “Academia Sul-Mato-Grossense de Letras”.

Esta discussão sobre a identidade cultural no Mato Grosso do Sul vem de longa data. Há vários trabalhos científicos e também não científicos que discutem esta questão, e que chegaram a outras conclusões, pois, necessariamente, seus objetos de pesquisa não foram os mesmos que o nosso. Encontramos algumas publicações, mas com este recorte objetual, isto é, o da poética telúrica da Academia de Letras não encontramos nenhum. Portanto, acreditamos que este trabalho seja inédito.

Importante, também, é destacar o recorte temporal para o estudo deste objeto. Ele centra-se nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Portanto, não sele-

cionamos para o estudo, poetas que não sejam membros desta Academia ou que sejam membros, mas que publicaram seus poemas na década de 1970, quando a Academia era ainda a Academia de Letras e História de Campo Grande, e o Estado era o Mato Grosso.

Sobre a metodologia, para a composição do corpus, fizemos uma leitura investigativa com a intenção de examinar a existência de poemas telúricos em dois periódicos de circulação literária, produzidos e editados pela Academia. São eles: o Suplemento Cultural, publicado semanalmente no Jornal “Correio do Estado” desde 1972, em Campo Grande, e a Revista da Academia, publicada regularmente desde 2003. Neste percurso investigativo foram coletados dezoito poemas significativos para nosso estudo, sendo, respectivamente, seis de cada década.

Nosso critério de seleção orientou-se pela qualidade de enunciação do conteúdo telúrico que cada texto deveria conter. Sendo assim, selecionamos textos poéticos que, realmente, tivessem um conteúdo que expressasse o sentimento de pertença à terra e, necessariamente, à terra sul-mato-grossense. Portanto, para nossa pesquisa, não escolhemos uma ou outra obra, um ou outro autor, mas sim autores diversos que escreveram poemas telúricos, publicados nos dois periódicos citados anteriormente. Esta divisão foi pensada no sentido de que teríamos que verificar o que cada década aponta em termos de evolução, composição, aspectos formais e temáticos, bem como identificar os enfoques contidos nos textos (lírico, histórico, filosófico, social).

Em termos científicos, a escolha de poemas telúricos se justifica porque o principal objetivo de nosso estudo foi o de verificar questões de identidade e representação. Estes dois conceitos foram trabalhados a partir da definição de Pesavento (2003, p. 19), que afirma o seguinte: *região e nação são formas particulares de representação do social, pois se referem à formulação de padrões de referência identitária, que dão coesão social e produzem a sensação de pertencimento*. É neste sentido que nosso estudo foi direcionado. Nos textos, observamos a invocação das origens, a descrição do ambiente, a narração de fatos, de lugares, de artífices, da natureza, de

* Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

peças, e as relações estabelecidas para a formação da identidade cultural do Mato Grosso do Sul pela voz da Academia.

Sobre nosso aporte teórico, como nosso olhar investigativo estava focado nos aspectos literários dos textos e o que o conteúdo deles podia nos revelar em relação à formação da identidade cultural de Mato Grosso do Sul, pensamos em nos apropriar de uma teoria que pudesse nos auxiliar na análise textual de nosso objeto. Em virtude deste objeto de pesquisa apresentar características intrínsecas e também relacionais, pois trata, primeiramente, da poética, entretanto, da poética telúrica, buscamos apresentar não só uma simples análise textual em si, mas uma análise-interpretativa, com foco na hermenêutica, que nos permitisse alcançar nosso objetivo. Após várias leituras, encontramos na teoria dos estratos, edificada por Roman Ingarden, o principal aporte para nos conduzir em nosso estudo.

Ingarden expõe sua teoria no livro *A obra de arte literária*. O autor recupera aspectos da fenomenologia de Husserl, para discutir o ser da obra literária e das objetividades que nela se manifestam. Ingarden (1965) considera que a obra literária é constituída como entidade multistratificada, isto é, composta de estratos significativos. Para conservar sua unidade intrínseca, o autor considera necessário quatro estratos. São eles: o estrato das formações fônico-linguísticas; o estrato das unidades de significação de diverso grau; o estrato das objetividades apresentadas e seus destinos; e, finalmente, o estrato de múltiplos aspectos esquematizados.

Segundo Ingarden, cada estrato possui um material singular característico, porém, mesmo diante da diferença do material dos estratos, a obra literária *não constitui um feixe desarticulado de elementos casualmente justapostos, mas uma construção orgânica cuja unidade se baseia na particularidade de cada estrato* (INGARDEN, 1965, p. 45). Entendemos, com isso, que os estratos se organizam de forma interdependente formando um todo orgânico, o que naturalmente resultará numa composição textual de ordem estética.

Diante disso, esclarecemos que, como nossa proposta investigativa baseia-se em conceitos teóricos recuperados da fenomenologia de Husserl,

através da leitura interpretativa de Ingarden, não temos e não tínhamos a intenção de fazermos uma discussão de natureza sociológica, ideológica ou política, pois a teoria de Ingarden trata da exposição de uma leitura imanente do texto. Isto é, uma leitura própria, que só se refere a ele, ao texto. Por fim, para alcançar nossos objetivos, fundamentamos nossos escritos interpretativos em autores que estudam o contexto histórico-cultural sul-mato-grossense.

Dividimos nosso trabalho em cinco capítulos. No primeiro fizemos uma síntese do histórico do Estado de Mato Grosso do Sul e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras; Ocupamo-nos no segundo capítulo da exposição dos pontos centrais da teoria dos estratos, de Roman Ingarden, contidos no seu livro *A obra de arte literária*. Nos capítulos três, quatro e cinco apresentamos a análise-interpretativa dos poemas.

Através desta produção poética telúrica chegamos a algumas constatações, entre elas, a de que a poesia estudada descreve e narra, de forma encomiástica, a terra, revelando uma identidade centrada na tradição e no valor histórico das coisas desta mesma terra. E para tal feito, os autores recuperaram em suas memórias, entre diversos aspectos, a natureza, o povo, fatos pessoais, históricos, políticos e geográficos.

Em se tratando da década de 1980, constatamos que, com exceção do poema “Cidade Morena”, de Otávio Gonçalves Gomes, que expõe sobre o espaço urbano, mais especificamente, a cidade de Campo Grande, os demais poemas: “O Tuiuiú”, de Adair José de Aguiar; “Meu Mato Grosso do Sul”, de Elpídio Reis; “Guavirais”, de Raquel Naveira; “Canção de Mato Grosso do Sul” e “Peão de Boiadeiro”, de Otávio Gonçalves Gomes, procuram retratar, de maneira geral, a natureza, o ser humano e sua relação com o ambiente espacial rural, a saudação e a homenagem ao estado que nasce.

Com algumas diferenças, os poemas da década de 1990 apresentam temáticas similares aos poemas da década anterior. Os textos “Mato Grosso do Sul”, de Raquel Naveira e “Mato Grosso do Sul”, de Rubens de Castro expõem sobre aspectos geográficos e sobre a natureza do estado; Naveira

se detém na descrição do espaço, apresentando as riquezas locais; Castro faz uma saudação e canta as belezas naturais. No poema “Mapa da Guerra”, Naveira recupera as memórias da Guerra do Paraguai; outro poema desta mesma autora é “Carvoarias”; nele, Naveira retrata a situação das carvoarias no Estado de Mato Grosso do Sul. Walmir Coelho, nos textos “Poema Pantaneiro” e “Mulher Pantaneira” vai falar, respectivamente, do homem e da mulher e as relações que estes estabelecem com a terra pantaneira.

A poética lírica dos anos 2000 encontra-se bastante centrada nos seguintes temas: natureza e pantanal. Excetuando-se o poema “Viagem no carro de boi”, de Américo Calheiros, que traz um caráter memorialista, porém também relacionado ao ambiente rural, os demais textos, “Céu do Pantanal” e “Corumbá”, de Rubenio Marcelo, “Pantanal – amor – destruição”, de Guimarães Rocha, “Pantaneiro” e “Malbenditos Tucanos”, de José Pedro Frazão vão se reportar à natureza e ao pantanal. Porém, é preciso considerar que dentro desta mesma temática há composições que vão descrever as belezas naturais, assim como elaborar uma crítica à devastação e à falta de consciência com o meio ambiente.

Com o exposto, observamos que as temáticas são recorrentes na poética analisada nas três décadas. Os temas mais desenvolvidos vão destacar a natureza, o ser humano e sua relação com o ambiente rural, a saudação e a homenagem à terra. Estes temas são expressos do ponto de vista idílico e fundacional, com atenção voltada para um tom laudatório e refletidos nos espaços destacados da terra sul-mato-grossense, o que revela tradição e ufanismo.

Por fim, concluímos que a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras assume um papel fundamental para a comunidade cultural de Mato Grosso do Sul e, se entendermos o Brasil como uma unidade de diversidades, para a memória cultural do país. De fato, o apelo telúrico é mais forte do que qualquer outra intenção estética ou experimental. Sua intenção discursiva é clara e a leitura fenomenológica dos poemas, através de Ingarden, nos mostra isto; trata-se da constituição de um espaço idealizado e, nesse sentido, inclusive dentro de premissas românticas, buscando dignificá-lo

através da representação de elementos identitários de um povo, enfatizando o sentimento de pertença e contribuindo para um pensamento pátrio bastante vigoroso, que valoriza a história e a origem das coisas da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INGARDEN, R. *A obra de arte literária*. 3 ed. Trad. Albin E. Beau et al. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1965.

PESAVENTO, S. J. *Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro”*, (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: PESAVENTO, S. J. (Org). *História Cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: EDFRRGS, 2003.

PONTES, J. C. V. *Os vinte anos da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*. Campo Grande, Gráfica Jornal do Comércio, 1991.

O USO DO DISCURSO DE OUTREM COMO MARCA DE PARCIALIDADE NO TEXTO JORNALÍSTICO INFORMATIVO: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

Geraldo José da Silva*

Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores (Orientador/UFRGS)

RESUMO

Esta pesquisa procede a uma investigação linguístico-enunciativa sobre o uso do discurso de outrem como marca enunciativa de parcialidade em notas, notícias e reportagens sobre a implantação do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras. O *corpus* é composto de 212 textos de cunho polêmico, veiculados no jornal *Folha de S. Paulo Online*, no período compreendido entre janeiro de 2001 e setembro de 2005. A análise é balizada na perspectiva teórica enunciativa bakhtiniana, considerando o dialogismo e a interação verbal. A hipótese geral é a de que o discurso de outrem tem funcionamento específico na enunciação jornalística, podendo deixar marcas aparentes de parcialidade do locutor. O objetivo principal é mostrar como essa parcialidade é marcada nos textos por meio do uso do discurs-

so citado, diluído em discurso direto e indireto. O percurso metodológico pauta-se em uma taxionomia dos textos, agrupando-os em três blocos por prevalência de abordagem: primeiro, ponto de vista contrário; segundo, ponto de vista favorável e, por fim, pontos de vista favoráveis e contrários às cotas, concomitantemente, no mesmo texto. Para a análise, são levados em conta critérios avaliativos como o uso do discurso citado nos títulos e na estrutura proposicional dos textos, o uso dos verbos *dicendi* e o uso de aspas. Os resultados comprovam que o uso do discurso citado/de outrem marca a parcialidade do locutor na arquitetura global do texto informativo.

1 INTRODUÇÃO

Este resumo expandido refere-se à tese de doutorado intitulada “O uso do discurso de outrem como marca de parcialidade no texto jornalístico informativo: uma abordagem enunciativa”, que analisa o discurso de outrem como marca enunciativa de parcialidade em notas, notícias e reportagens sobre o sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras. A escolha desse gênero textual foi em função da acomodação das vozes dos atores sociais sobre temas polêmicos que podem surgir no seio da sociedade. Considera-se, também, a função do locutor/repórter na arquitetônica do texto jornalístico informativo, ocasião em que este poderá filtrar a seu favor os pontos de vista alheios na elaboração final das matérias. A opção pela perspectiva enunciativa bakhtiniana amplia a possibilidade de analisar textos jornalísticos, considerando não só a estrutura linear desse gênero textual, na qual se tem valorizado o atendimento às questões nucleares do *lead*, quais sejam: O quê?, Quem? Por quê, Quando? Onde?, Como?. A partir de Bakhtin, vê-se que, na arquitetônica do texto, seja literário e/ou jornalístico, outros recursos linguístico-discursivos constituem o propósito persuasivo/comunicativo, como é o caso do discurso de outrem, diluído em discurso direto e discurso indireto.

Vale ressaltar que, em Bakhtin, não se encontra uma metodologia de análise ‘a priori’, mas sim luz teórica suficiente para uma proposição de

* Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

análise linguístico-enunciativa, que prioriza a interlocução entre locutor/repórter e interlocutor/leitor. Nesta dimensão, o texto oral/escrito é entendido como um enunciado que leva em conta a intersubjetividade, uma vez que o outro é constituinte na enunciação. Não é novidade que a palavra perpassa todas as relações entre os indivíduos e, assim, traz consigo o papel de expressar juízo de valor desses atores sociais sobre temas do cotidiano. A esse respeito, Bakhtin/Volochínov ([1929]2004, p. 41) asseveram que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Nesta esteira de entendimento, Fiorin (1997, p. 33) argumenta que “as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem”. Ampliando essa reflexão, Bakhtin/Volochínov ([1992] 2004, p. 123) afirmam que “o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.”. Como se trata de enunciação, sob a ótica de Bakhtin/Volochínov ([1992] 2004), em que pese a perspectiva da interação e do dialogismo, a análise pretendida apresenta possibilidade de constatar, enunciativamente, nuances de parcialidade na confecção global desse gênero textual. Diante disso, o objetivo principal deste trabalho é mostrar que o uso do discurso citado/de outrem pode marcar parcialidade do locutor frente ao que escreve/diz na narrativa jornalística de cunho informativo.

2 METODOLOGIA

A análise dos dados é feita em dois momentos. O primeiro ilustra uma taxionomia dos textos subdividindo-se em três blocos por prevalência de abordagem: bloco 1 (34 textos), ponto de vista contrário; bloco 2 (143 textos), ponto de vista favorável e bloco 3 (35 textos), pontos de vista favoráveis e contrários às cotas, concomitantemente, no mesmo texto. Faz-se uma síntese analítica geral por amostragem de cada bloco textual, destacando-

se o uso do discurso de outrem e os efeitos produzidos por esse mecanismo linguístico-enunciativo na construção do texto. O segundo momento trata da análise pontual de um texto de cada bloco, mostrando como o locutor/repórter utiliza o discurso de outrem (discurso direto, discurso indireto), uso de aspas e verbos *dicendi* na elaboração das matérias. Para a escolha dos textos representativos de cada bloco, leva-se em conta que, para Bakhtin, cada texto é sempre singular e, por conseguinte, sua análise também é singular. Adota-se como critério avaliativo, a ocorrência do discurso de outrem em alguns títulos e na organização composicional dos textos escolhidos no conjunto geral constituintes dos 3 blocos, verificando se esse recurso linguístico contribui para marcar parcialidade enunciativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A imprensa jornalística é um veículo de comunicação social relevante em qualquer sociedade. Cada vez mais o discurso jornalístico se insinua como uma espécie de saber explicativo dos processos sociais. O fazer jornalístico é regulamentado através de procedimentos mais generalizados e que se encontram estabelecidos em aspectos que envolvem a língua, as matrizes culturais, as regras sociais, a ética e as ideologias. É sabido que na linguagem jornalística deve predominar a referencialidade com o intuito de mostrar a veracidade dos fatos. O pressuposto dessa veracidade institui um contrato de autenticidade entre jornalista e os seus leitores. Considerando que os enunciados são prenes de outros enunciados, estes sempre levam consigo pontos de vista dos atores sociais numa relação interlocutiva. Nesta perspectiva, Bakhtin/Volochínov ([1992] 2004, p. 113) afirmam que “toda palavra comporta duas faces. E é determinada pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém.”

Numa sociedade, os pontos de vista sobre determinadas questões levam em conta interesses de grupos sociais distintos, como é o caso das cotas nas universidades públicas brasileiras. Diante disso, o texto oral/escrito pode ser o lugar em que a arena de conflitos se instale, constituin-

do-se palco de significações. A esse respeito, Bakhtin/Volochínov ([1992] 2004, p. 14-15) asseveram que “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem.” Como se vê, na concepção dos autores, a palavra pode refletir uma luta de classes. Bakhtin ([ECV]2010, p. 331-333) postula que não há palavras sem voz e que nelas encerram-se várias vozes, por vezes quase imperceptíveis. Considerando a presença de várias vozes constituintes de um dado discurso, vale ressaltar as palavras do autor: “A palavra quer ser ouvida, entendida, respondida e mais uma vez responder à resposta, e assim *ad infinitum*. Ela entra no diálogo, que não tem final semântico.” (Bakhtin[ECV], 2010, p. 334). Em *Estética da criação verbal* (ECV), Bakhtin admite que, no mundo contemporâneo, é impossível assumir uma verdade absoluta e vê na citação uma forma de âncora na articulação discursivo-enunciativa. Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 144-145) asseveram que o discurso de outrem constitui-se mais do que o tema do discurso, visto que ele entra na construção sintática do discurso e é tido como uma unidade integral dessa construção. Acrescentam, ainda, que o discurso citado conserva autonomia estrutural e semântica sem alterar a trama linguística do contexto que o integrou. A esse respeito, alertam que “a enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, [...]” Nesta esteira de reflexão, os autores ressaltam que no discurso citado e no contexto narrativo há relações dinâmicas e tensas, conforme trecho a seguir: “toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. (Bakhtin/Volochínov[1992]2004, p. 146).

Ampliando a reflexão sobre o discurso de outrem, Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p. 161-162) mencionam que a tendência analítica do discurso indireto pode tomar duas variantes. A primeira, discurso indireto analisador de conteúdo, possibilita réplica e comentário no contexto narrativo e, ao mesmo tempo, mantém distância entre a voz citante e a voz citada. Essa ar-

ticulação dos enunciados pretende preservar a integridade e autonomia da enunciação, ainda que ocorra certa despersonalização do discurso citado. A segunda, discurso indireto analisador da expressão, integra à construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem de forma que seu caráter subjetivo fique perceptível, sendo colocadas entre aspas na maioria das vezes. Enfim, o discurso citado, em Bakhtin, vai além das regras meramente gramaticais, pois o aspecto discursivo-ideológico é presentificado nesse tipo de discurso. Nesta perspectiva, uma palavra, bem como um conjunto delas, constituindo um enunciado, assume papel dialógico. Para Bakhtin, a palavra quer ser ouvida, respondida e, por isso, é um elemento que carrega certa tensão em uso efetivo na enunciação, falada ou escrita.

Todos os textos analisados contemplam o caráter dialógico ancorado em Bakhtin, principalmente, por apresentarem pontos de vista distintos sobre as cotas nas universidades públicas brasileiras. Se há quem defenda; há também quem seja contrário. Além disso, a interação verbal é evidente pela interlocução entre locutor/repórter e leitor. Ao operacionalizar o uso dos verbos *dicendi* e as aspas, marcadores de manifestação da voz alheia, o locutor tem a pretensão de se distanciar da voz de outrem, porém esta tentativa de distanciamento lhe rende marcas de parcialidade no trato das questões polêmicas numa dada comunidade. Também é possível perceber que o uso do discurso direto e discurso indireto desempenham função, ora de trazer as vozes de outrem para o texto com a finalidade de manutenção de crédito do locutor com o seu interlocutor/leitor, ora de se aproximar com a tradução do ponto de vista de outrem sobre estas mesmas questões de cunho polêmico. Nota-se que, ao usar o discurso indireto, o locutor imprime certo julgamento dos fatos e, dessa forma, este recurso dificulta-lhe cumprir a desejada objetividade na enunciação jornalística. A análise de todo o *corpus* evidencia que o locutor, mesmo tendo o discurso alheio como âncora linguístico-discursiva para a elaboração das matérias, não garante a imparcialidade pretendida. Uma das formas de demarcar a parcialidade é justamente o uso das vozes citantes e citadas contingentes no discurso jornalístico.

CONCLUSÕES

A elaboração desta tese corrobora a possibilidade de pensar a leitura e análise de textos do gênero narrativo jornalístico, sob a perspectiva enunciativa bakhtiniana, principalmente no que tange ao dialogismo e à interação verbal. Assim, a partir das análises feitas neste trabalho, vislumbra-se um caminho metodológico em que a teoria bakhtiniana é revitalizada servindo como aporte teórico-analítico de narrativas jornalísticas. O fato de o locutor/repórter trazer para o seu texto o dito de outrem sobre temas que impliquem necessariamente dois pontos de vista, como é o caso das cotas nas universidades públicas brasileiras, dificilmente o livra de emitir juízo de valor, mesmo que seja veladamente. Verifica-se que o uso do discurso citado/de outrem serve de alibi para o locutor/repórter escrever/dizer o que escreve/diz. O que se vê é que, mesmo lançando mão desse recurso linguístico-enunciativo, a isenção e a imparcialidade não passam de um mito no texto jornalístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHÍNOV[1929]). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. Trad. M. Lahud e Y.E. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. e Introd. Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOLHA DE S. PAULO ONLINE. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1997.

Obs.: As demais referências encontram-se no exemplar original da tese no portal: www.lume.ufrgs.br

TRADUZINDO O INTRADUZÍVEL: ESTUDO DE DUAS TRADUÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA DE BELOVED, DE TONI MORRISON

Lucilia Teodora Villela de Leitgeb Lourenço*
Profa. Dra. Lúcia Sá Rebello (Orientadora/UFRGS)

RESUMO

Este estudo analisa duas traduções em língua portuguesa da *Beloved*, de autoria de Toni Morrison, em Português do Brasil, uma de Evelyn Kay Mas-saro (1997), outra de José Rubens Siqueira (2007). Enfatiza as diferenças e/ou semelhanças entre ambas, a partir de um levantamento preliminar no qual se priorizou os diálogos em que o dialeto *Black English Vernacular* empregado pela autora e as respectivas traduções do mesmo. A comparação do original com as duas traduções processou-se com base em postulados teórico-críticos da Literatura Comparada e dos Estudos da Tradução. Em um primeiro momento, examinam-se seleções específicas do uso das formas do *Black English Vernacular* em detalhes, a fim de verificar a eficiência neste aspecto em ambas as traduções em Português e mostrar os recursos usados pelos tradutores e os resultados obtidos. Após, emite-se nosso ponto de vista sobre a análise mencionada anteriormente, tentando formular uma hipótese geral sobre os fenômenos observados com reflexões sobre os problemas envolvidos na tradução de dialetos.

* Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: lucilia@uems.br.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisadores e estudiosos da literatura comparada são unânimes em afirmar que os estudos da tradução são fundamentais para a compreensão do processo de trocas que se estabelece entre a literatura traduzida e a literatura nacional. Nenhuma reflexão sobre os Estudos da Tradução pode ser omissa quanto à existência da Literatura Comparada, prática que pode esclarecer uma à outra; portanto pesquisou-se sobre a prática comparatista, *locus* específico na análise das intersecções entre objetos e fenômenos culturais. opera por aproximação, aponta para divergências, harmoniza-se com as transgressões das fronteiras textuais; usada no singular, porém compreendida no plural e que constitui forma de investigação literária que se renova a cada momento. O romance *Beloved* nasceu de um recorte de jornal sobre a história da escrava fugitiva Margaret Garner que assassina a própria filha para evitar que esta sofra os males da provocados pela escravidão. Morrison convida os leitores a percorrer a paisagem repelente, (oculta, mas não deliberadamente enterrada, não esquecida). Para Morrison houve a necessidade de mostrar a escravatura como uma experiência pessoal, em que a língua não poderia atrapalhar, mas fazer parte do seu texto, mesclando as duas realizações da língua. Este é um estudo de Literatura Comparada que propõe um diálogo com os Estudos da Tradução e com a Linguística. A escolha da autora Toni Morrison se justifica por ser expoente da literatura de margem que se tornou cânone com o agraciamento do Prêmio Nobel de Literatura em 1993. Seus romances políticos tratam da identidade complexa dos afrodescendentes de forma universal. A autora manifesta-se neste sentido com o comentário: “Não estou interessada em entregar-me a um exercício privado de minha imaginação. Sim, a obra tem de ser política” (Morrison, 1994).

2 OBJETIVO

O objeto de análise são duas traduções em língua portuguesa do Brasil de *Beloved*, de Toni Morrison; a primeira desenvolvida por Evelyn Kay

Massaro (1994) e a segunda por José Rubens Siqueira (2007). A poética de Toni Morrison chama a atenção para a questão da tradução uma vez que é permeada pelo dialeto *African American Vernacular English*. O cerne deste estudo está estribado na análise das opções dos tradutores com relação ao dialeto também denominado de *Black English* ou *Ebonics*.

3 METODOLOGIA

A tese é composta por três capítulos, o primeiro intitulado “Literatura Comparada e os Estudos da Tradução”, seguido pelo denominado “Toni Morrison, o movimento pelos direitos civis e *Ebonics*” e o último nominado “Confronto de duas traduções brasileiras de *Beloved*”. No primeiro apresenta-se o lugar que os estudos da tradução ocupam no âmbito da Literatura Comparada e sua relação com a tradução. O segundo capítulo centra-se na importância de Toni Morrison como escritora contemporânea, o impacto provocado pela obra *Beloved* no mundo acadêmico, o movimento pelos direitos civis, liderado pelo Dr. Martin Luther King ator fundamental para as modificações legais transformadoras da sociedade norte-americana e são apresentadas as características do *Black English*. No terceiro capítulo faz-se uma comparação do original inglês com as duas traduções de “Amada”, enfatizando as diferenças e ou as semelhanças entre ambas, a partir de um levantamento preliminar, em que se priorizou o uso do dialeto *Ebonics* no romance e suas traduções. Procurou-se analisar os recursos utilizados pelos tradutores e os resultados da tradução.

4 DISCUSSÃO TEÓRICA

No que tange à Literatura Comparada, disciplina que trata a literatura como fenômeno cultural mundial, tomou-se como um dos pilares os estudos de Gnisci (2002) e Susan Bassnett (2003). Quanto ao dialeto, o artigo pioneiro de William Labov “A Lógica do inglês não padrão”, define o inglês dos negros americanos como uma língua com suas regras coerentemente seguidas pelos seus falantes (Labov, 1996). Para John R. Rickford (2000),

a discussão sobre o status do *Black English* como um dialeto do inglês ou como uma língua separada constitui assunto que fascina tanto o público quanto os estudiosos. Seus estudos têm inspirado aqueles que reconhecem na prática da língua o mais importante elemento da cultura e da vida em sociedade. Os estudos da tradução são retomados historicamente evidenciando a existência de duas correntes teóricas: *traduzir é transportar sentidos* (Nida, 1964) e *traduzir é recriar sentidos* (Campos, 1992). Um histórico das teorias da tradução é elencado e destacam-se as terminologias *estrangerização* e *domesticação* (Venuti, 1995). As características principais do dialeto *African American Vernacular English* (Rickford, 2000) são introduzidas.

CONCLUSÃO

Após o levantamento e confronto das duas traduções, chega-se a esta etapa com muitas evidências da existência da elaborada sintaxe do dialeto e da complexidades envolvidas no processo tradutório. O dialeto *African American Vernacular English* (AAVE) é de fato outra língua, preservada pela segregação, com estruturas próprias, muitas vezes completamente alheias à norma padrão da língua inglesa. Há indícios de que o dialeto seja proveniente do inglês da época elisabetana com contribuições de Shakespeare para o desenvolvimento linguístico, em um inglês ainda em formação. Os arcaísmos apresentados por J.A.Harrison, in *Black English Perspectives* (1975, p142-195) corroboram para afirmação citada acima. O uso do *be* usado com todos os pronomes foi uma das características preservada, produto de herança dos tempos em que o *to be* ainda não estava plenamente desenvolvido. Os verbos flexionados na terceira pessoa do singular também eram inexistentes. Tanto Berman quanto Venuti comungam da mesma apreciação: a tradução tem de ser criativa, com visibilidade do tradutor. Fazendo parte do grupo Haroldo de Campos propõe que a tradução recomponha a estrangeridade do original, rompendo os cânones locais, tendo como ideia de intervenção e transgressão. Pensar-se uma tradução, opta-se (neste es-

tudo) por um tradutor visível, que adote uma estratégia de resistência, que consiga romper com valores estéticos e ideológicos, como a fluência e a transparência. Elege-se uma tradução em que o uso da norma não-padrão permita que a heterogeneidade étnica seja avivada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSNETT, Susan. *Comparative Literature: A critical introduction*. Oxford: Blackwell, 1993.

_____. *Translation Studies*. Revised edition. London & New York: Routledge, 1998.

BERMAN, Antoine. La traduction et la letter ou l'aubergue du lointain. In: *Les Tours de Babel*. Layvezin:Trans-Europe-Repress,1985. p. 39.

CAMPOS, Haroldo de. Da tradução como crítica e criação. In: _____. *Metalinguagem & outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 31-42.

GNISCI, Armando. *Introducción a La Literatura Comparada*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

HARRISON, James. Negro English. In: DILLARD, James (Ed.). *Perspectives on Black English*. Hague: Mouton & C., 1975.p. 141-195.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Mara Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. MORRISON, Toni. *Beloved*. New York: Plume, 1987.

_____. *Amada*. Tradução de Evelyn Kay Massaro. São Paulo: Círculo do Livro, 1994

_____. *Amada*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NIDA, Eugene. *Towards a Science of Translation*. Leiden: E. J. Brill, 1964.

RICKFORD, John. *Spoken Soul*. New York, Chichester, Weinheim, Brisbane,

Singapore, Toronto: John Wiley & Sons, Inc. 2000.

VENUTI, Lawrence. *Translator's invisibility: a history of translation*. New York: Routledge, 1995. p. 1-42.

ESPELHOS NARRATIVOS: A QUESTÃO DO SUJEITO EM JOÃO SILVÉRIO TREVISAN E PEDRO ALMODÓVAR

Paulo Henrique Pressotto*

Prof. Dra. Rita Terezinha Schmidt (Orientadora/UFRGS)

RESUMO

Buscando elaborar um projeto para o doutorado, tendo como objeto de estudo um dos filmes de Almodóvar, tive a ideia de realizar uma pesquisa na área dos Estudos comparados, em que eu pudesse aproximar os filmes *A lei do desejo* (1987) e *Má educação* (2004), do cineasta espanhol Pedro Almodóvar, ao romance *Em nome do desejo* (1983), do escritor paulista João Silvério Trevisan. Analisando as obras, verifiquei que elas apresentam traços em comum que poderiam ser explorados numa pesquisa. O fato então de não existir estudo comparativo entre essas obras (romance e filmes) caracterizaria o ineditismo do trabalho. Dessa forma, a aproximação foi realizada através de temas e da forma que estão presentes nas narrativas.

O trabalho vê a literatura e o cinema não como valores estéticos em si, únicos e imperantes, mas como valores culturais. A justificativa para a escolha do *corpus*, *Em nome do desejo*, *A lei do desejo* e *Má educação*, está no fato de estas narrativas constituírem uma política de representação cujo efeito é uma intervenção em suas formas, cores e temas. Assim, no diálogo entre os objetos, acabei explorando as temáticas e depois as formas convergentes e diferentes.

* Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é aproximar comparativamente em *Em nome do desejo* e os filmes *A lei do desejo* e *Má educação*, revelando as convergências e divergências no que se refere à estrutura e aos temas desenvolvidos. Outros objetivos são: destacar a intertextualidade nas obras, revelando sua contribuição na construção da forma e no desenvolvimento dos temas em um jogo de espelhos que estabelece as semelhanças e as diferenças entre elas; destacar também o aspecto intercultural e como ele aproxima as obras através do diálogo em que cada obra mantém com outras culturas. Além disso, mostrar como se dá a construção do sujeito sob o poder dominante e como a ordem religiosa panóptica interfere na vida dos sujeitos ex-cêntricos através dos dogmas, dos cerceamentos e das proibições emanadas pela sociedade de controle. Tendo como base os conceitos da teoria *queer*, analisar as obras, destacando os deslocamentos e as subversões dos personagens; o poder do masculino e o desejo.

2 MÉTODO

O ineditismo desta tese está no fato de ela estabelecer uma comparação entre obras (romance e filmes) produzidas em contextos e culturas diferentes, onde pontos em comum se convergem em meio às diferenças, nisso, é destacado um tropo de espelho comparativo entre elas nos campos dos temas e das estruturas. Para isso, os pressupostos teóricos sobre literatura e cinema (Cunha, 2011, 2013; Gaudreault e Jost, 2009; Lauretis, 1992; Lotman, 1978; Martin, 2003; Metz, 2004; Vanoye e Goliot-Lété, 1994), intertextualidade (Carvalho, 2003; Jenny, 1979; Nitrini, 2000), cultura e interculturalidade (Hoguín, 1999; Moura, 2010; Peñuela Cañizal, 1996), poder (Foucault, 2010, 2011; Quinet, 2004), violência e sujeito (Marcuse, 1972), teoria *queer* (Alós, 2012; Butler, 2003; Lauretis, 1994; Sáez) e poder do masculino (Bourdieu, 2011) deram o norte para a construção deste trabalho que pretende contribuir com a área dos estudos comparados por apresentar uma forma de abordagem diferenciada que tem, como base de sustentação, ao

tratar-se do espelho narrativo, os estudos sobre narrativa, representação, identidade e linguagem.

A interdisciplinaridade define a moldura teórica da tese, pois além da comparação entre linguagens distintas como a literatura e o cinema, ela permite trazer para a análise um suporte teórico de diferentes áreas como: psicologia, filosofia, sociologia, história, linguística etc. E a partir desse diálogo entre as áreas, pôde-se pensar também na interculturalidade presente nos objetos, pois são textos provenientes de diferentes contextos culturais. Vale lembrar que o romance e os filmes foram lançados em uma época de transição democrática que ocorria na Espanha e no Brasil. Dessa forma, ao estabelecer a convergência entre eles, foi constatado o diálogo cultural, espanhol e brasileiro, atrelado aos costumes, às religiões, às histórias, enfim, aos contextos religiosos, culturais e políticos subjacentes às tramas.

Cabe salientar que a literatura comparada, utilizada aqui como método de análise dos objetos, permite, por meio da intertextualidade, a ampliação do sentido geral de cada obra. As convergências concretizam o elo entre os textos, porém as diferenças ajudam na definição das singularidades entre eles. Os conceitos sobre intertextualidade, levantados no trabalho, contribuem para evidenciar o texto e o intertexto existente entre a linguagem fílmica e a literária. A interculturalidade surge através do diálogo cultural entre o texto e o intertexto nas obras por meio de outras linguagens como a literatura, o cinema, a música, a dança e a escultura produzidas em outros países.

Com isso, a ideia do espelho poderia estabelecer o elo, o diálogo entre as obras. O espelho pode ser entendido como um tropo comparativo, em que personagens, no caso do romance e dos filmes, se assemelham e se desdobram, e também como uma figura que simula o movimento de repetição, de aproximação e diferença entre os textos.

Um exemplo desse desdobramento, nessas narrativas almodovarianas, pode ser visto e entendido através dos personagens. Nos filmes de Almodóvar, o espelho se relaciona ao embaralho que o cineasta faz das sexualidades. Nele, o diretor constrói e reconstrói seus personagens e suas histórias. O espelho existente nos filmes permite que se identifiquem con-

vergências e diferenças entre os temas sempre relacionados à forma. A simetria permite a repetição, o *mise en abyme* que se traduz numa metáfora de espelho. Assim, as relações entre os personagens e as histórias dessas narrativas acontecem através do espelho, um tropo comparativo, uma figura que encena o movimento de repetição, de convergência e diferença entre os textos.

3 RESULTADOS

Nas obras, o sujeito ex-cêntrico se torna protagonista no enredo. Essa centralidade vem contribuir para a representação do sujeito através da literatura e do cinema. Os personagens se representam e buscam a representação por meio da arte e das relações com o outro. As estratégias de resistência e subversão ou transgressão, observadas nas narrativas, estão atreladas à forma e aos temas tratados. Os sujeitos ex-cêntricos são os protagonistas das histórias e, com isso, servem como ponto de identificação/representação para o leitor e espectador. A subversão, que há nas formas e nas ações dos personagens, revela uma presença na ausência da margem; ela perturba e desestabiliza o centro. O estudo destacou o lado subversivo dos personagens, da forma e dos temas das narrativas.

As obras contestam a normatividade sob a qual se constitui a sociedade e, nesse sentido, questionam também o poder dominante que nos textos se coloca, especificamente, o espaço em termos de um seminário, onde garotos e padres devem seguir os dogmas estabelecidos pela Igreja que influenciam, do lado de fora dessa instituição, os comportamentos homofóbicos de outras pessoas. Dentro ou fora do seminário, o poder de controle está presente. O poder dominante, assim como o olhar panóptico controlam os indivíduos, cerceando ainda mais a liberdade dos sujeitos ex-cêntricos.

Pelo viés da teoria *queer*, foi possível adentrar na questão chave dos filmes e do romance e verificar a problematização do sujeito, o conhecimento sobre a representação no que se refere ao corpo e ao desejo, à violência institucional, às normas regulatórias da sociedade, à heterossexualidade compulsória, à normatividade de gênero, à narrativa como ato político.

Vale salientar que não há teses que analisam de maneira comparativa as obras escolhidas para este estudo. Assim o trabalho vem preencher uma lacuna existente entre o autor brasileiro e o cineasta espanhol. No caso de Trevisan, os estudos estão focados mais no romance histórico *Ana em Veneza* (1994), assim como em um dos nossos objetos, o livro *Em nome do desejo*. No entanto, os estudos são poucos, distribuídos em alguns artigos e em algumas dissertações e teses. Com relação a Almodóvar, há um número maior de trabalhos que tratam de suas obras, bem como aquelas focadas aqui; no entanto, vários deles apresentam abordagens diferentes, relacionadas a outras áreas como psicologia, sociologia e história.

O ato político como resignificação das sociabilidades, dos afetos e dos corpos é o que estas obras revelam por meio da constituição e das ações dos personagens representados. No romance e nos filmes, os personagens leem e assistem a filmes e ao assistirem mantêm uma relação de identidade com o que está sendo representado. Pode-se entender que o mesmo acontece com o leitor ou espectador do romance e dos filmes aqui estudados. Nesse sentido, o potencial de intervenção das obras na resignificação do gênero, bem como na educação e ensino é importante como forma de levar este tipo de conhecimento e fomentar perguntas e questões diversas sobre a constituição do sujeito e sua relação com o outro e a sociedade. Entende-se que a educação é importante para que haja o reconhecimento da diversidade e, com isso, o exercício da alteridade e o respeito mútuo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÓS, Anselmo Peres. *A letra, o corpo e o desejo: masculinidades subversivas no romance latino-americano*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHAL, Tânia. *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

CUNHA, João Manuel dos Santos. *A lição aproveitada: modernismo e cinema em Mário de Andrade*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

_____. João Manuel dos Santos. “Da literatura ao cinema, traduzindo sobre restos de linguagens.” In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 23, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

GAUDREAULT, André; JOST, François. *A narrativa cinematográfica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

HOLGUÍN, Antonio. *Pedro Almodóvar*. Madrid: Cátedra, 1999.

JENNY, Laurent. “A estratégia da forma”. In: *Intertextualidades*. Trad. Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, 1979 (p. 5-49). [*Poétique*. *Reveu de Théorie et d’Analyse littéraires*. Editions du Seuil, 1976, nº 27].

LAURETIS, Teresa de. *Alicia ya no: feminismo, semiótica y cine*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.

_____. Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LOTMAN, Yuri. *Estética e semiótica do cinema*. Editorial Estampa: Lisboa, 1978.

METZ, Christian. *A significação no cinema*. Trad. Jean-Claude Bernardet. São Paulo: Perspectiva, 2004.

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo: Edusp, 2000.

PEÑUELA CAÑIZAL, Eduardo. *Urdidura de sigilos: ensaios sobre o cinema de Pedro Almodóvar*. São Paulo: ANNABLUME: ECA-USP, 1996.

QUINET, Antonio. *Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SÁEZ, Javier. *Teoría queer y psicoanálisis*. Madrid: Editorial Síntesis, n/d.

TREVISAN, João Silvério. *Em nome do desejo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise fílmica*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1994.

PERSPECTIVAS DO FOLHETO DE CORDEL NA SUA TRANSPOSIÇÃO DOS SERTÕES PARA OS CENTROS URBANOS

Raymundo José da Silva*

Prof. Dr. Michael Korfmann (Orientador/UFRGS)

RESUMO

Este trabalho tem, como objetivo, verificar a transição dos folhetos de cordel do antigo meio social sertanejo para a vida urbanizada e as possibilidades de sua permanência e continuidade como produto da Literatura de Cordel, ante a concorrência das inúmeras formas de comunicação e expressão cultural atuais. Para essa finalidade, foi analisado um corpus de 18 (dezoito) folhetos divididos em duas partes, com 09 (nove) folhetos cada uma. A primeira, de textos mais antigos, escritos entre 1900 a 1980, que exploram temas, como o cangaço, o coronelismo e o misticismo. A segunda, com folhetos de 1990 até o presente, que abordam aspectos da vida moderna e urbana. Foram observados os conceitos de identidade, tradição e cultura popular, verificando-se, também, se ainda estão presentes, como temas, alguns fenômenos sociais que contribuíram para a consolidação do cordel no Nordeste do Brasil. Por fim, feita a análise dos dois grupos de folhetos, os antigos e os atuais, já se podem constatar diferenças e indícios de (trans)formações ou evolução do cordel, tanto em relação aos temas e à linguagem, quanto ao descentramento das identidades de personagens e poetas migrantes.

* Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: raysete@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Passados mais de quatro séculos, os índices de identidade da região Nordeste passaram a ser representados por fatores, tais como: as secas, a pobreza e migrações dos sertanejos; o coronelismo e seu poder ilimitado; a forte crença no sobrenatural e o sincretismo da religiosidade exacerbada; o surgimento de personagens lendárias, beatos e padres canonizados em vida pela fé popular; a era do cangaço, que deu origem a criminosos nacionalmente conhecidos, como Lampião e Antônio Silvino. Foram esses os aspectos socioculturais mais relevantes que proporcionaram o desenvolvimento da Literatura de Cordel no Nordeste.

Os poemas de cordel são publicados em pequenos livros que, de acordo com Souza (1976), recebiam variados nomes, como ABC, livrinho de feira, estória do meu padrinho, folheto e romance. Segundo os estudiosos, essa manifestação artística originou-se em além-mar, mas, chegando ao Brasil adquiriu autonomia artística. Assim, de acordo com Meyer (1980, p. 03), “Esta atividade literária adquiriu características próprias no Nordeste brasileiro, muito provavelmente pelas condições da região, que fazem dela, até hoje, um foco especialmente rico em manifestações culturais populares”. Portanto, muitas obras famosas ainda são lidas e reeditadas, como: *O Cachorro dos Mortos*; *O Romance do Pavão Misterioso*; *História da Princesa do Reino da Pedra Fina*. Por muito tempo, o cordel foi o mais apreciado, ou mesmo o único veículo de informação do povo sertanejo. No entanto, diante das rápidas transformações sociais da atualidade, cumpre questionar sobre o que permanece do cordel do passado; como será o formato e a aceitação desse novo cordel, escrito e lido com outra mentalidade, possivelmente com outra (s) identidade (s). Consequentemente, esta pesquisa procura desenvolver um estudo do possível descentramento das identidades (do narrador sertanejo urbanizado) verificável no folheto, provocado pelo (des)locamento do nordestino/autor/leitor ou pelo seu acesso a novas experiências promovidas pela vida moderna, sem necessidade de emigrar. Por conseguinte, serão apresentados os seguintes obje-

tivos específicos: realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a Literatura de Cordel no Brasil, observando os aspectos socioculturais mais relevantes, e demonstrar as possíveis (trans)formações, ou evolução, do cordel tradicional em relação ao que se produz na atualidade.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, cujo *corpus* constituiu-se de duas partes: a primeira, com seleção de 09 (nove) folhetos de autores sertanejos, ou seja, com poemas tradicionalistas editados de 1900 a 1980, em que predominavam temas como: a valentia do nordestino simbolizado pelo cangaceiro, o coronelismo dominador, o misticismo extremo, personagens da nobreza e a influência dos contos de fadas. A segunda parte do corpus é formada de 09 (nove) folhetos de cordelistas atuais (de 1990 até o presente), sobretudo os radicados nos centros urbanos, que trazem fatos do seu cotidiano como tema. Nesta parte, foram incluídos alguns textos, em que os autores tentam usar uma linguagem do sertanejo de pouca escolaridade talvez por julgá-la mais condizente com as características do cordel. Estruturado em cinco capítulos, este trabalho foi organizado da seguinte forma: o Capítulo I contém uma síntese da origem do cordel e discorre sobre a forma como essa literatura se desenvolveu e adquiriu características próprias após sua introdução no Nordeste; o Capítulo II apresenta um esboço dos aspectos físico-sociais nordestinos; o Capítulo III trata das configurações poéticas do cordel, dos temas explorados, da estética e da linguagem com análise de folhetos denominados tradicionais; o Capítulo IV, além da análise de poemas mais recentes, refere-se, especialmente, às possíveis mudanças quanto às temáticas, à apresentação material e formato do folheto, às formas de publicação e locais de consumo, bem como ao modo com que o poeta expressa sua (s) identidade (s) de pessoa e porta-voz perante as novas realidades; no Capítulo V, partindo do que foi tratado no trabalho, mas, sobretudo, da análise das duas partes do *corpus*, procura-se estabelecer um cotejo entre os antigos e novos textos,

com o objetivo de chegar a uma conclusão sobre as perspectivas do folheto de cordel ante as grandes transformações sociais do mundo atual.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com mais de um século de existência no Brasil, ainda se discutem as principais características do cordel, como o formato e as dimensões das capas, os temas explorados e o modo de distribuição dos livros publicados, como se tratasse de uma expressão artística incipiente. Isso se deve, talvez, ao fato de que a Literatura de Cordel nunca obteve o suficiente reconhecimento da intelectualidade brasileira e a plena valorização por parte da crítica literária oficial. De modo paradoxal, porém, é provável que os aspectos particulares da Literatura de Cordel é que contribuíram para sua pujança, possibilitando o bom êxito e longevidade, ao mesmo tempo que o acelerado desaparecimento ou mudanças de importantes elementos de suas antigas condições de produção podem estar provocando dúvidas quanto ao seu futuro. Observe-se que, a propósito da necessidade de abordagem de novas temáticas, na década de 1980, Luyten (1983, p. 67) já vislumbrava essa tendência do folheto, quando dizia: “Já se foi o tempo em que o poeta popular se referia a princesas e cavaleiros andantes, o tempo de bichos que falavam e de cangaceiros arrependidos. A participação hoje é direta”. No entanto, cumpre observar que foi com o desenvolvimento desses temas mais antigos e consagrados que o cordel atingiu o seu apogeu no Nordeste.

Após a análise dos textos, vê-se que os poetas atuais possuem maior escolaridade, não apresentando os antigos e espontâneos desvios da linguagem prestigiada, salvo quando o autor, de modo um tanto artificial, ainda tenta representar a suposta fala do camponês sem escolaridade. Nalguns folhetos mais recentes foram constatadas diferentes perspectivas em relação à exploração dos temas, reflexo do meio social onde o cordelista vive. Deste modo, existem autores oriundos da cidade que desejam escrever sobre qualquer assunto ou lugar, inclusive sobre o ambiente campestre, contrapondo-se ao pensamento do poeta sertanejo Patativa do Assaré, em

Cante lá que eu canto cá (1978). Outros poetas sertanejos, tendo vivido longo tempo no Nordeste, emigraram para a cidade grande e tornaram-se profundos conhecedores dos dois ambientes cujas temáticas podem aparecer em dois tipos de folhetos: os que se referem nostalgicamente a um passado vivido pelo poeta, que ainda parece desterritorializado, conforme os ensinamentos de Hall (2004), como em *Ah! Que Saudade Danada do Sertão de Antigamente*; outros que mostram o poeta nordestino plenamente adaptado à conturbada vida da metrópole, como *O trem da madrugada*. Ademais, veem-se obras que, como resultado da globalização e abrangência dos meios de comunicação, independem do lugar onde o poeta esteja residindo, como se viu em *Big Brother Brasil: um programa imbecil*.⁵²

CONCLUSÕES

Em face da nova realidade social predominantemente urbana, e em razão de os autores ainda não terem se desvencilhado totalmente da memória de relevantes aspectos socioculturais que colaboraram na formação da Literatura de Cordel no Brasil, os folhetos falam do passado, mas, simultaneamente, começam a expressar as experiências e o pensamento de autores e leitores de uma nova época. No que concerne à linguagem e aos temas, a impressão é de que o folheto ainda tateia em busca de um norte mais bem definido, uma vez que, nalguns textos, além da ambiguidade identitária demonstrada pelos poetas, transparecem também suas dúvidas quanto ao futuro do cordel e ao seu posicionamento como cordelistas.

Portanto, almejando um futuro mais promissor para a Literatura de Cordel, o poeta ainda tateia em busca de um ponto de equilíbrio para o folheto, oscilando entre o passado e o presente. Num meio social instável e globalizado, procura conservar o antigo encanto de sua literatura, com características bem definidas e representativas, mas que dificilmente será possível reaver, pelo menos do modo tão particularmente especial como ocorrera vigorosamente no Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSARÉ, Patativa do. *Cante lá que eu canto cá: Filosofia de um trovador nordestino*. Petrópolis, RJ: Vozes Limitada, 1978.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro DP&A. 2004. p. 7-97.
- LUYTEN, Joseph Maria *O que é literatura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MEYER, M. *autores de cordel: literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1980.
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. *Classificação popular da Literatura de Cordel*. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁵² Ocorpusdemaisreferênciasencontram-senatesepublicadaem:www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/114422/000951444.pdf?

DISCURSOS, MEMÓRIA E FABRICAÇÃO/CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE: OS BRASIGUAIOS NOS DOIS LADOS DA LINHA

Rosemere de Almeida Aguero*
Prof. Dra. Freda Indurski (Orientadora/UFRGS)

RESUMO

Neste estudo, o drama em torno da questão agrária, vivido pelo sujeito duplamente denominado *brasiguaiio/brasiguayo*, transforma-se em *objeto de análise* para refletirmos a propósito de questões como *discurso, memória e fabricação/construção discursiva* das identidades. Expulsos dos campos brasileiros no século XX, esses camponeses agora retornam do Paraguai, juntando-se ao MST na luta pela Reforma Agrária neste país. Partindo dessas *condições de produção* o objetivo deste trabalho é buscar, por meio da análise vertical de um *corpus* constituído por sequências discursivas recortadas da imprensa nacional, internacional e de depoimentos registrados em estudos acadêmicos, regularidades discursivas que ajudem a evidenciar como o *acontecimento, a memória social e discursiva* e os *efeitos de sentido* são articulados pelos *sujeitos* nos discursos *dos/sobre os brasiguaios/brasiguayos*, enunciados em ambos os lados da linha da

fronteira Brasil-Paraguai. Os procedimentos metodológicos utilizados para a análise do *corpus* circunscrevem-se a uma sequência de operações para a compreensão dos processos discursivos em AD. As sequências são analisadas pelo viés da *Análise do Discurso de linha francesa (AD)* a partir da voz teórica de Michel Pêcheux. As análises mostram que a denominação/designação *brasiguaiio/brasiguayo* está associada a uma *fabricação/construção discursiva* heterogênea de identidade, regulada pela existência de um *jogo oblíquo de efeitos de sentido* instaurado em ambos os lados da linha de fronteira Brasil-Paraguai. Esse jogo resulta das *condições de produção* dos discursos e das FD nas quais se inscrevem os sujeitos enunciadore e vão sendo instaurados na dispersão e circulação dos discursos, produzindo contradições no entremeio das FD que mobilizam a denominação/designação. Pelo viés dessa contradição pode-se constatar a existência de um embate ideológico entre as diferentes classes sociais.

1 INTRODUÇÃO

A exclusão do camponês do debate em torno da posse da terra deu origem à histórica questão agrária brasileira, cujo resultado foram as inúmeras lutas e a conquista de alguns direitos sociais para os trabalhadores do campo. Os avanços, entretanto, não foram suficientes para garantir a permanência de muitos trabalhadores em terras brasileiras. No decorrer do século XX camponeses empobrecidos pela mecanização da agricultura nacional, pela concentração fundiária e pelo *milagre econômico* foram expulsos dos campos brasileiros, atravessando a fronteira em direção ao Paraguai. Cinquenta anos após a emigração esses trabalhadores retornam ao Brasil, expulsos em decorrência de conflitos fundiários em território paraguaio integrando-se a movimentos nacionais, como o MST. Muitos resistem e permanecem lá, aguardando dos governos paraguaio e brasileiro uma solução para suas demandas.

Partindo destas *condições de produção*, trazemos ao debate a figura do *brasiguaiio/brasiguayo*, sujeito que se transforma, neste estudo, em *objeto*

* Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: raaguero@gmail.com

de análise para refletirmos em torno de práticas discursivas que atravessam o campo social. Buscamos responder a algumas questões, como: Quais *efeitos de sentido* são instaurados em torno da denominação/designação *brasiguaiio/brasiguayo* em ambos os lados da fronteira Brasil-Paraguai? Como a *denominação/designação brasiguaios/brasiguayos* marca discursivamente a identidade desses sujeitos? Existe um jogo de *denominações e efeitos de sentidos* em cada lado da fronteira? Estas são algumas perguntas que norteiam este estudo cujo objetivo geral é buscar, por meio de uma análise vertical do *corpus*, regularidades discursivas que ajudem a evidenciar como o *acontecimento*, a *memória social e discursiva* e os *efeitos de sentido* em torno da denominação/designação são articulados pelos *sujeitos* nos discursos *dos/sobre os brasiguaios/brasiguayos* enunciados em ambos os lados da linha da fronteira Brasil-Paraguai. O *corpus* é constituído por *sequências discursivas* recortadas da imprensa brasileira e internacional e de estudos acadêmicos, analisadas na perspectiva da AD francesa, a partir da voz teórica de Michel Pêcheux.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos circunscrevem-se a uma sequência de operações para a compreensão dos processos discursivos em AD, baseadas nas seguintes operações: 1) construção do *arquivo*; 2) *recortes* aos arquivos selecionados, mediante a posição teórica adotada e as perguntas de pesquisa a serem respondidas; 3) observação dos discursos na perspectiva de *quem* enuncia, o lugar social desse sujeito, as *condições de produção*, os *efeitos de sentidos* instaurados, os âmbitos institucionais de onde provêm, a conjuntura social, política e ideológica de produção; 4) as redes de memória com as quais os enunciados se relacionam; 5) os *jogos oblíquos* das denominações/designações construídas em cada lado das fronteiras física e discursiva Brasil/Paraguai, observando-se os vaivens dos sentidos que promovem (ou não) equívocos.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

As análises apontam o aparecimento da denominação/designação *brasiguaiio/brasiguayo* como um *acontecimento enunciativo* (Indursky, 2008, p. 29). As *condições de produção* da emigração e, mais tarde, do repatriamento determinam a ruptura desses sujeitos com as duas identidades (brasileira e paraguaia) com as quais anteriormente se identificavam, levando-os à criação de uma terceira identificação como *brasiguaiio/brasiguayo*. Essa nova identidade sintetiza a busca de valores e de relações de pertencimento por sujeitos que perderam a cidadania no Estado brasileiro e não possuem os direitos mínimos reconhecidos no país para onde emigraram.

O exame da dupla denominação remete à reconstituição da identidade desses sujeitos, uma vez que o nome é uma modalidade discursiva que designa o sujeito, inscrevendo-o no discurso desde o nascimento (Pêcheux [1975], 2009, p. 241). É também um objeto simbólico que dá existência aos grupos, cristalizando oposições entre eles (Seriot, 2001, p. 16-7). Assim, denominar é sempre um processo que instaura *relações de poder*, estabelecendo diferenças entre os grupos.

Essa desigualdade pode ser observada quando a denominação/designação *brasiguaios/brasiguayos*, em sua opacidade, instaura *efeitos de sentido* diversos em cada lado da fronteira Brasil-Paraguai, no interior de cada FD em que é acionada ou quando passa a marcar distinções entre duas *posições-sujeito* (*brasiguaios* e Sem Terra brasileiros) no interior da FD que afeta o MST. A chegada dos repatriados aos acampamentos do MST irá instaurar um embate ideológico, pelo viés de um *jogo de relações de força*, em torno da construção da identidade *brasiguaiia* e da demarcação de um espaço político entre os *brasiguaios* e os militantes do MST.

As análises do *jogo oblíquo de efeitos de sentido* indicam que os *sentidos*, em cada lado da fronteira, resultam das *condições de produção* dos discursos e das FD nas quais se inscrevem os sujeitos enunciativos. Do lado brasileiro as denominações/designações flutuam de acordo com o jogo de interesses políticos que irrompe em determinadas *condições de*

produção. Assim, no período histórico em que os *brasiguaios* são expulsos do Paraguai a imprensa constrói a imagem dos repatriados como um grupo de trabalhadores brasileiros que foi atraído ao Paraguai e enganado pela promessa de terras e melhores oportunidades. Em outras *condições de produção*, quando os *brasiguaios* participam de ações junto ao MST, passam a ser criminalizados nas *relações de poder* com os grupos socialmente estabelecidos.

Do lado paraguaio da fronteira o exame das discursividades aponta múltiplos efeitos de sentido que se dividem entre sujeitos que reproduzem o discurso crítico contra o que denominam de invasão estrangeira e outros que apoiam a imigração brasileira, mobilizando sentidos de legitimação e integração entre paraguaios e brasiguayos no âmbito das relações sociais. Registra-se a designação brasiguayo associada aos efeitos de sentido de usurpadores de propriedades, destruidores do meio ambiente, invasores de terras que deveriam pertencer aos camponeses paraguaios pobres, por um lado, e, por outro, como apóstolos do trabalho, imigrantes que ajudam no desenvolvimento econômico paraguaio, dentre outros. Em função da co-existência desses diferentes efeitos de sentido decorre o que denominamos de jogo oblíquo de efeitos de sentido, instaurado por posições-sujeito em ambos os lados da fronteira.

CONCLUSÃO

À vista de todas estas questões, pode-se concluir que a denominação/designação *brasiguaios/brasiguayos* está associada a uma *fabricação discursiva heterogênea de identidade*, negociada conforme os interesses dos grupos sociais postos em jogo. Diferentes sentidos vão sendo instaurados na dispersão e circulação dos discursos, produzindo contradições no entre-meio das FD que mobilizam a denominação/designação. Pelo viés dessa contradição pode-se observar o embate ideológico que atravessa as diferentes classes sociais em ambos os lados da linha de fronteira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: *Práticas Discursivas e Identitárias – Sujeito e Língua*, v. 22, p. 9-33, Porto Alegre: Revista do PPG Letras da UFRGS, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SERIOT, Patrik. *Ethnos e Demos: a construção discursiva da identidade coletiva*. RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – Nucredi. Campinas, SP, n. 7, mar. 2001.

ANÁLISE DE UM CORPUS DE PRODUÇÃO ESCRITA EM PORTUGUÊS POR INDÍGENAS BILÍNGUES/MONOLÍNGUES DE DOURADOS/MS A PARTIR DA LINGUÍSTICA DE CORPUS

Sandra Espíndola*

Prof. Dra. Ingrid Finger (Orientador/UFRGS)

RESUMO

A fim de compreender as diferenças apresentadas por crianças e adultos indígenas na produção de textos em português, surgiu esta investigação. Para tanto, foi construído um *corpus* de 832 textos de crianças e adultos indígenas e não indígenas, com o escopo da *Linguística de Corpus*. Os objetivos específicos da pesquisa foram: (a) verificar diferenças entre o tipo de dificuldades reveladas pelos indígenas monolíngues e bilíngues de diferentes etnias em comparação com os monolíngues não indígenas na produção de textos narrativos em português; (b) na comparação entre os dois grupos etários, observar em que medida o caminho percorrido do ensino básico à formação acadêmica interferiu no desenvolvimento da habilidade de escrita; e (c) no caso dos grupos de participantes adultos, investigar se o tempo de permanência no curso de graduação interfere no nível de dificuldade

na produção de textos. Espera-se contribuir para futuras orientações nos trabalhos de escrita proposto pela escola e pelos cursos universitários.

1 INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como objetivo geral descrever dificuldades na produção de textos narrativos escritos em português por crianças e adultos indígenas de três etnias – Kaiowá, Guarani e Terena – em comparação com crianças e adultos falantes monolíngues de português, a partir da Linguística de *Corpus*. Os objetivos específicos da pesquisa são: (a) Verificar se existem diferenças entre o tipo de dificuldades reveladas pelos indígenas monolíngues e bilíngues de diferentes etnias – Kaiowá/Guarani e Terena – em comparação com os monolíngues não indígenas na produção de textos narrativos em português; (b) Na comparação entre os dois grupos etários, crianças e adultos, observar em que medida o caminho percorrido do ensino básico à formação acadêmica interferiu no desenvolvimento da habilidade de escrita de textos; (c) No caso dos grupos de participantes adultos, investigar se o tempo de permanência no curso de graduação (alunos que estão no primeiro e no quarto ano de curso) interfere no nível de dificuldade na produção de textos.

A fim de atingir os objetivos da pesquisa, foram selecionados os grupos de participantes a partir dos critérios de faixa etária e língua/etnia, a saber: faixa etária - dois grupos, formados por crianças e por acadêmicos adultos. O Grupo 1, formado pelas crianças, foi subdividido em alunos matriculados no 4º ano do ensino fundamental e alunos matriculados no 5º ano do ensino fundamental. O Grupo 2, composto por informantes adultos, foi dividido em dois subgrupos, sendo um formado por acadêmicos que estão em início do curso de graduação e o outro composto por acadêmicos do último ano de graduação;

língua e etnia - três grupos, formados por (a) falantes bilíngues de português e guarani/kaiowá/ indígenas, (b) falantes monolíngues de português/ indígenas Terena; (c) falantes monolíngues de português/ não indígenas.

* Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: sandraesp@uems.br

Os informantes do grupo das crianças indígenas foram alunos que frequentam as escolas situadas na reserva. O grupo de crianças não indígenas foi selecionado em uma escola pública estadual. O grupo das crianças indígenas foi dividido em bilíngues Guarani/Kaiowá e monolíngues Terena. A junção das crianças Guarani e Kaiowá num único grupo, denominado de bilíngues Guarani/Kaiowá, surgiu porque ambas as etnias são extremamente semelhantes nos costumes e na língua e ambas são falantes de sua língua materna. Com relação aos Terena monolíngues, a escolha se deu porque não se encontra na reserva número suficiente de falantes do idioma terena, pois os indígenas dessa etnia, nesta reserva, costumam se comunicar essencialmente em português. A amostra do grupo das crianças contou um total de 175 crianças, sendo 111 indígenas (71 bilíngues Guarani/Kaiowá e 40 Terena monolíngues) e 64 não indígenas, falantes monolíngues de português. O grupo indígena abarcou 118 adultos, sendo 74 indígenas (36 bilíngues Guarani/Kaiowá e 38 Terena monolíngues) e 44 não indígenas, falantes monolíngues de português.

2 METODOLOGIA

Na tentativa de responder a um questionamento da comunidade escolar indígena, por meio de seus professores sempre preocupados com as dificuldades de seus alunos com o texto escrito, bem como, por meio dos professores universitários, também preocupados com a escrita em língua portuguesa de seus acadêmicos, pensou-se numa investigação que buscase mostrar, a partir dos textos dos próprios alunos/acadêmicos como ocorre essa escrita. Primeiro, coletou-se os textos do 4º e do 5º anos do ensino fundamental (grupo 1): 3 textos de cada aluno (num grupo de 20), distribuídos da seguinte forma: 20 guarani/kaiowá bilíngues, 20 terena monolíngues e 20 não indígenas. O mesmo procedimento ocorreu com o grupo dos acadêmicos do 1º e do último ano de um curso de graduação (grupo 2). Foram propostos três temas para a escritura: 1) Um conto da minha infância; 2) Minha família e eu; e, 3) O que é ser índio para mim.

Os mesmos temas foram solicitados a todos os grupos, salvo o tema 3 que teve modificação para os não indígenas: como dever ser “ser índio”. Os textos das crianças foram coletados em duas escolas da Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa em Dourados/MS e dos adultos nas várias universidades de Dourados e Região e em duas Reservas Indígenas, uma de Dourados e outra de Sidrolândia – Aldeia Buriti.

Como se trata de pesquisa em contexto indígena solicitou-se aos participantes sua anuência através de um Termo Livre e Esclarecido, além de se pedir permissão aos diretores e professores das escolas, no caso das crianças. A produção dos textos pelos participantes da pesquisa demandou bastante tempo. Foram meses de trabalho até se conseguir um número aproximado do que se pretendia. Cada sujeito da pesquisa recebia um *kit* contendo: 3 folhas com cabeçalho, indicando tema 1, tema 2 e tema 3; um questionário com questões sobre a língua utilizada por cada um deles em casa, na escola, na igreja etc., além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a computação e quantificação dos dados utilizou-se o programa computacional AntConc, assim como a abordagem da *Linguística de Corpus*. Para os textos foram determinados 09 critérios de análise, já com as etiquetas, descritos abaixo:

- A presença da hipossegmentação das palavras, ou seja, palavras que deveriam estar grafadas separadas aparecem justapostas (*nacassa*). HIPO
- A presença da hipersegmentação das palavras, ou seja, palavras que deveriam estar grafadas juntas aparecem separadas (*um m a*).HIPER
- Sintagma nominal: concordância nominal – ausência de determinante, (ela não sabia estrada) - SND
- Ausência ou erro de concordância de gênero (norio negra) - SNG
- Ausência ou erro de concordância de número (as gente). SNN
- Sintagma verbal: concordância verbal - ausência ou erro de concordância verbal de número e pessoa(ele foi procuramos). SVNP
- Ausência ou erro de concordância verbal de gênero (a dificuldade erra imenso) - SVG

- Erro de tempo verbal: emprego do tempo presente pelo pretérito ou futuro (eles forao pescava). SVT
- Ausência de cópula verbo *ser*: ela muito chata. SVC

Cada texto foi etiquetado manualmente segundo esses critérios e depois processados pelo programa AntConc para quantificar esses dados e disponibilizá-los para discussão.

Houve a necessidade de normalizar os dados, pois havia textos maiores e textos menores. Para verificar se a diferença normalizada é de fato, significativa e não aleatória foi utilizado o teste estatístico *Likelihood* (LL). Esse teste, conforme Rayson (2002, apud SARMENTO, 2008), tem se revelado o mais eficiente para a comparação de frequência de palavras ou expressões entre dois corpora. Se o resultado após a aplicação do teste for de 6,63 ou mais, a probabilidade da diferença entre os dois corpora ter acontecido de forma aleatória é de menos de 1%, então o resultado tem significância. O resultado vem expresso como $p < 0.01$. O endereço eletrônico do *Log Likelihood Calculator* é: <http://ucrel.lancs.ac.uk/llwizard.html>.

3 DISCUSSÕES

Para apoiar as análises foi escolhida a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (Bagno, 2011), por ser uma gramática que trabalha com a língua em uso, uma vez que será utilizado o escopo da *Linguística de Corpus*, que objetiva utilizar-se de conjunto de textos reais, produzidos pela própria comunidade investigada ou compilado eletronicamente (McEnery; Wilson, 1996).

Após o processamento dos dados pelo programa *AntConc*, seguindo os critérios de análise e os objetivos propostos, percebeu-se que, com relação ao primeiro objetivo, crianças indígenas do subgrupo Guarani/Kaiowá e Terena não apresentaram diferenças significativas, no entanto, chamou muito a atenção a excessiva presença de hipo e hipersegmentação em seus textos, processo natural na aquisição da escrita (Cunha, 2004). Com relação ao grupo adulto, constatou-se que o fenômeno da hipossegmentação

e da hipersegmentação continuou ocorrendo, embora no subgrupo indígena um pouco mais, no entanto, as questões voltadas para as concordâncias todos do grupo as possuem, os indígenas um pouco mais que os não indígenas. O grau de dificuldade dos grupos 1 e 2 mostraram que tanto indígenas quanto não indígenas possuem as mesmas dificuldades na escrita de língua portuguesa, ressaltando-se que com os indígenas o número de ocorrências fora do padrão é maior. No percurso do ensino fundamental ao nível superior, algumas ocorrências demonstram que o curso universitário não fez tanta diferença nas dificuldades de escrita do subgrupo indígena, basta observar que a maioria dos problemas de escrita que ocorrem nos textos das crianças aparece nos textos dos adultos. Os mais evidentes são os relacionados à ausência ou erro de concordância nominal e verbal (SNN/SVNP). A hipo e a hipersegmentação, que seriam inadmissíveis no contexto educacional adulto, também aparecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente, há melhora na escrita dos textos, desde o fundamental até a universidade e dos primeiros anos da universidade ao último. Os resultados deste último grupo, porém, demonstram que o percurso até a universidade não foi satisfatório a ponto de reduzir as dificuldades na produção escrita desses indígenas. Com isso, pode-se conjecturar que elas não estão na cultura ou na língua, uma vez que na comparação dos grupos indígenas que falam a língua materna, ou trazem-na consigo desde o berço, esses desvios do padrão exigido na escrita de língua portuguesa ocorrem tanto quanto no grupo indígena que é monolíngue em português. Nessa tese comprova-se que as dificuldades dos indígenas são praticamente as mesmas dos não indígenas, o que se destaca como significativo é a quantidade nas quais elas ocorrem. A presença da hipossegmentação e da hipersegmentação, por exemplo, é um caso bastante acentuado no grupo indígena, por isso se deve prestar atenção. Se as dificuldades ocorrem, as soluções devem aparecer sob forma de material didático direcionado para

questões específicas e o problema desse grupo. Cursos de capacitação de professores devem visar também essas dificuldades pontuais, locais. Afinal, da perspectiva dos novos letramentos deve-se trabalhar a partir do local e se estender ao global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CUNHA, A. P. N. da. *A hipo e a hipersegmentação nos dados de aquisição da escrita: um estudo sobre a influência da prosódia*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFPel, Pelotas, 2004.

McENERY, Tony & WILSON, Andrew. *Corpus Linguistics*. 2ª ed. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 1996.

SARMENTO, Simone. *O uso dos verbos modais em manuais de aviação em inglês: um estudo baseado em corpus*. Tese de Doutorado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Letras: Porto Alegre, 2008.